

—2021

**Relatório
Anual**





Conteúdo

Autoridades	4	IV Resultados da gestão no exercício de 2021	32
I Mensagem do presidente	6	1 Modelo de negócios	34
II Contexto econômico e social	10	2 Desempenho da gestão	35
III Operações por país	18	2.1 Fontes dos recursos para financiamento	35
1 Argentina	22	2.1.1 Estrutura do capital e capacidade de empréstimo	35
1.1 Cooperação técnica	23	2.1.2 Composição patrimonial	36
2 Bolívia	24	2.2 Covid-19 e seu efeito na receita e na rentabilidade	36
3 Brasil	25	2.2.1 Utilização do capital e capacidade de empréstimo	40
3.1 Empréstimos de risco não soberano	26	2.2.2 Evolução dos empréstimos	42
4 Paraguai	27	2.2.3 Carteira de crédito por país	44
5 Uruguai	28	2.2.4 Desempenho dos saldos de empréstimos a receber e dos empréstimos aprovados	45
5.1 Empréstimos de risco não soberano	29	2.3 Coerência com os objetivos estratégicos estabelecidos	48
5.2 Cooperação técnica	29	2.3.1 Cumprimento dos objetivos estratégicos da visão	48
6 Cooperação técnica regional	30	2.3.2 Consistência com a missão	52
		2.4 Eficiência operacional	53
		2.5 Solidez do perfil financeiro e patrimonial	55
		2.6 Financiamento dos empréstimos – liquidez e endividamento	56
		2.6.1 Empréstimos e alavancagem	56
		2.6.2 Liquidez	57
		2.7 Eficácia institucional	58
		2.8 Gerenciamento de riscos e conformidade	59
		2.9 Contribuição para o crescimento da sub-região	60
		Anexo I Informações históricas das operações aprovadas - risco soberano	62
		Anexo II Demonstrações financeiras do exercício 2021 e parecer dos auditores independentes	66
		Anexo III Apoio a iniciativas de desenvolvimento humano	134

Assembleia de governadores

Diretoria executiva

ARGENTINA



Gustavo Osvaldo Béliz

GOVERNADOR TITULAR

Leandro Adrián Gorgal

GOVERNADOR ALTERNO

ARGENTINA



Marcos Vago

DIRETOR TITULAR

MARÍA LAURA PELLEGRINI

DIRETOR ALTERNO

BOLÍVIA



Felima Gabriela Mendoza Gumiel

GOVERNADOR TITULAR

Marcelo Alejandro Montenegro Gómez García

GOVERNADOR ALTERNO

BOLÍVIA



Marcelo Laura Guarachi

DIRETOR TITULAR

Sergio Armando Cusicanqui Loayza

DIRETOR ALTERNO

BRASIL



Roberto Fendt Junior

GOVERNADOR TITULAR

Erivaldo Gomes

GOVERNADOR ALTERNO

BRASIL



Marcos Machado Guimarães

DIRETOR TITULAR

Eduardo Rolim de Pontes Vieira

DIRETOR ALTERNO

PARAGUAI



Óscar Llamosas Díaz

GOVERNADOR TITULAR

Iván Johnnatan Haas Rivas

GOVERNADOR ALTERNO

PARAGUAI



Oscar Antonio Pérez López

DIRETOR TITULAR

Francisco Katsuki Ogura Kono

DIRETOR ALTERNO

URUGUAI



Azucena Arbeleche

GOVERNADOR TITULAR

Alejandro Irastorza

GOVERNADOR ALTERNO

URUGUAI



Fernando Luis Scelza Martínez

DIRETOR TITULAR

A portrait of Juan E. Notaro Fraga, President of FONPLATA, is shown on the left side of the page. He is an older man with grey hair, wearing a dark suit, a light blue shirt, and a blue patterned tie. He is smiling slightly and looking towards the camera. The background behind him is a colorful abstract painting with vertical strokes of blue, green, and yellow. To the left of his portrait, the text 'Mensagem do Presidente' is written in a large, bold, black font, preceded by a small red vertical bar.

Mensagem do Presidente

Juan E. Notaro Fraga

PRESIDENTE EXECUTIVO

Em 2022, será o 10º aniversário do processo de relançamento do FONPLATA, que tive o privilégio de liderar desde a presidência do Banco.

Foram discussões de vários anos pelos Governadores de nossos cinco países membros antes de empreender mudanças decisivas na governança da instituição e na avaliação estratégica. Desejava-se reposicionar um Fundo que, até então, não havia alcançado a relevância esperada para acompanhar as necessidades de desenvolvimento e investimento nos países da Bacia do Prata.

Entre as expectativas dos Governadores estavam: fortalecer a nova arquitetura financeira regional promovida por nossos países, aprofundar a integração física, econômica e social, particularmente em áreas tradicionalmente menos favorecidas pelo financiamento internacional, e ter uma ferramenta financeira ágil, flexível e próxima de suas agendas de desenvolvimento, além das às fontes tradicionais de financiamento.

Nestes anos, o FONPLATA conseguiu corresponder às expectativas que os países membros estabeleceram para nós e superá-las. Entre outras coisas, a transição de Fundo Financeiro para Banco de Desenvolvimento foi implementada com sucesso, atualmente com as classificações de risco "A" com perspectiva positiva e "A2" com perspectiva estável, por duas das agências internacionais de classificação de risco de prestígio, Standard & Poor's e Moody's; enquanto a capacidade média anual de empréstimo aumentou onze vezes e a carteira de crédito aumentou 20% ao ano, tornando-se quatro vezes maior do que em 2012. Da mesma forma, o capital autorizado cresceu mais de seis vezes, passando de USD 489 milhões para USD 3,014 bilhões, e o retorno em financiamentos aos países foi, em média, de 5 dólares para cada dólar efetivamente aportado em capital efetivo.

Por outro lado, o nosso portfólio não só cresceu exponencialmente, como o fez incorporando as melhores práticas na atenção às alterações climáticas e ao ambiente, bem como a inclusão dos nossos cidadãos em todas as suas dimensões. Promoveu, ainda, ampla diversificação técnica, englobando, entre outras coisas, infraestrutura sustentável de logística e comunicações; desenvolvimento fronteiriço; desenvolvimento integrado de pequenas e médias cidades; infraestrutura social para saúde, educação, água e saneamento em áreas rurais; e energia renovável, mantendo um tamanho médio de projeto de USD 35 milhões. Este último aspecto é muito importante, pois tradicionalmente o segmento de pequenos projetos não tem sido suficientemente atendido pelo financiamento internacional.

Com foco em 2021, tivemos a aprovação pelos Governadores de um novo Plano Estratégico Institucional (PEI), que propõe uma revitalização dos objetivos estratégicos e das linhas de ação que devem nortear as ações da estrutura organizacional do Banco para os próximos cinco anos. Além disso, redobramos nossas capacidades de desembolso para apoiar nossos países membros em sua recuperação sanitária e econômica, como resultado da pandemia de COVID-19. Isso resultou em um fluxo de caixa líquido positivo para todos os países, com uma média de 3,9 vezes o valor das amortizações de principal e juros e taxas de empréstimo.

Por outro lado, em cooperação com o Banco Crédit Agricole CIB como assessor, e com base na avaliação independente realizada por *Sustainalytics*, o FONPLATA acaba de publicar o seu “Quadro de Dívida Sustentável”. A aprovação desse documento é fundamental para o financiamento de projetos com impacto ambiental e social, e consolida o FONPLATA como um dos bancos multilaterais pioneiros na América Latina na incorporação das diretrizes estabelecidas pela Associação Internacional de Mercados de Capitais.

Assim, chegamos a 2022 com um Banco sólido financeiramente e em sua imagem institucional; com capacidade de resposta rápida às necessidades dos países membros; com uma cultura operacional consolidada e eficaz, capaz de se adaptar às mudanças e capitalizar as oportunidades que surgem; e com uma equipe profissional comprometida em apoiar nossos países.

No curto prazo, um cenário de conflitos e instabilidade geopolítica, que impacta severamente à região, somou-se aos desafios que já enfrentávamos na saída da pandemia para a recuperação da atividade econômica: o emprego e a renda nos setores mais desprotegidos. A menor disponibilidade e os preços mais altos de matérias-primas e commodities ameaçam acelerar ainda mais a tendência inflacionária em nossas economias, bem como alterar o comércio e os fluxos de capital para a região.

Consequentemente, o desafio atual está em aumentar a capacidade do FONPLATA para apoiar seus países membros com maiores recursos e melhores condições para atingir as respectivas metas de desenvolvimento e redução das taxas de pobreza, que atingiram seu nível mais alto a partir da pandemia.

De fato, a iminente entrada da Bolívia como membro pleno do MERCOSUL posiciona estrategicamente o FONPLATA como o banco de desenvolvimento deste bloco regional. Em um contexto global de incertezas, podemos ter certa expectativa da necessidade de fortalecer e revitalizar o MERCOSUL, para o qual a disponibilidade de uma instituição financeira própria, sólida e confiável pode se tornar uma ferramenta crítica e estratégica para a promoção de políticas de integração e desenvolvimento regional.

Grato pelo apoio de nossos Governadores e Diretores Executivos e pelo esforço da equipe que me acompanha, posso afirmar que a decisão de relançar o FONPLATA há dez anos foi e se reafirma como um sucesso absoluto. Devemos trabalhar para continuar a garantir as condições necessárias para fortalecer a instituição e, como indica o nosso lema, continuar levando o desenvolvimento para mais perto das pessoas.



Contexto econômico e social



A ECONOMIA GLOBAL

O ano de 2021 começou sem vacinas, com a pandemia como protagonista central e o medo dos efeitos que isso poderia ter na economia real. A realidade indicava que o desempenho do crescimento da economia global superaria as expectativas no ano passado. Dois fatores principais explicam esse revés. Por um lado, na frente da saúde, a rápida implantação das campanhas de vacinação, especialmente nos países mais desenvolvidos, permitiu uma rápida reabertura de suas economias. Por outro lado, o forte estímulo à demanda doméstica provocado por políticas fiscais expansionistas e políticas monetárias frouxas que foram aplicadas pelos bancos centrais.

No terceiro trimestre, o panorama mudou, e os gargalos que surgiram em diferentes pontos das cadeias produtivas globais ganharam destaque, trazendo consigo a inflação. No final de 2021, a inflação tornou-se o protagonista da economia e tudo indica que manterá esse papel nos próximos trimestres. Essa é uma mudança de cenário muito importante, uma vez que o ressurgimento da inflação deu origem a um processo global de reajuste da política monetária e financeira. Isso tem sido mais acentuado e rápido nas economias emergentes, especialmente em nossa região.

De acordo com os dados mais recentes (WEO – World Economic Outlook, janeiro de 2022), depois de cair 3,1% em 2020, a produção mundial cresceu 5,9% em 2021. Na desagregação desse crescimento por zonas e nível de desenvolvimento econômico, verifica-se que a magnitude da quebra da atividade em 2020 e a velocidade de recuperação no ano seguinte foram marcadamente heterogêneas. Em média, os países desenvolvidos tiveram queda de 4,5% em 2020 e recuperação de 5,0% em 2021. Para as economias asiáticas emergentes, a queda foi bem menor no primeiro ano da pandemia (0,9%), e a recuperação no ano seguinte foi consideravelmente maior (7,2%). Na América Latina e Caribe (ALC), a queda média em 2020 foi maior (6,9%) e o crescimento em 2021 chegou a 6,8%.

PERSPECTIVAS DIVERGENTES DE RECUPERAÇÃO DE ECONOMIAS E PAÍSES REGIONAIS (VARIAÇÃO % DO PIB - PERÍODO 2019-2022)

REGIÃO/SUB-REGIÃO	2019	2020	2021*	2022*
Economia Mundial	2,8	-3,1	5,9	4,4
Economias Avançadas	1,7	-4,5	5	3,9
EEUU	2,3	-3,4	5,6	4
Área Euro	1,5	-6,3	5,2	3,9
EMDE	3,7	-2,1	6,4	4,8
China	6	2,3	8,1	4,8
Ásia Emergente	5,4	-0,9	7,2	5,9
Europa Emergente	2,5	-2	6,5	3,5
LAC	0,1	-7	6,8	2,4
FONPLATA-5	0,5	-5,3	5,8	1

Fuente: Elaborado com base em informações da WEO, países membros e estimativas próprias.

A economia dos EUA cresceu 5,6%, impulsionada principalmente pelo aumento do consumo privado (+7,9%) e em segundo lugar pelo aumento do investimento privado (+9,5%). O consumo e o investimento do governo mantiveram-se praticamente inalterados (+0,5%) e o setor externo teve contribuição negativa. Ao contrário, na China, onde o produto cresceu 8,1%, as exportações líquidas tiveram a maior contribuição para o crescimento dos últimos 25 anos. Por seu turno, a União Europeia (UE) cresceu 5,2%, conseguindo recuperar o nível de produção anterior à pandemia no último trimestre do ano. Tal como nos Estados Unidos (EUA), o crescimento foi impulsionado pelo consumo e pelo investimento privado, mas ao contrário daquele país, na Europa as exportações líquidas contribuíram positivamente para o crescimento. Na América Latina e Caribe (ALC), o padrão de recuperação foi marcado pelo dinamismo do consumo e do investimento privado. Embora o valor das exportações da região tenha crescido cerca de 25% (8% em termos de volume), o aumento das importações (32%) foi ainda maior e resultou em uma contribuição negativa das exportações líquidas.

Os aumentos incomuns dos preços de matérias-primas e energia observados no ano passado geraram pressões inflacionárias em todo o mundo. Durante 2021, a inflação atingiu recordes históricos tanto nos EUA, onde chegou a 7%, a maior em 39 anos, quanto na Zona Euro (5%), a maior desde que o índice começou a ser registrado em 1997. Em ambos os casos, os itens da cesta com aumentos mais significativos foram energia (29,3% nos EUA e 26% na Zona Euro) e transportes (21,1% nos EUA e 11% na Zona Euro). Excluindo energia e alimentos, o aumento de preços em 2021 caiu para 5,5% nos EUA e 2,7% na Zona Euro. Na China, por sua vez, os preços tiveram um comportamento muito mais moderado, a inflação interanual em dezembro de 2021 foi de 1,5%.

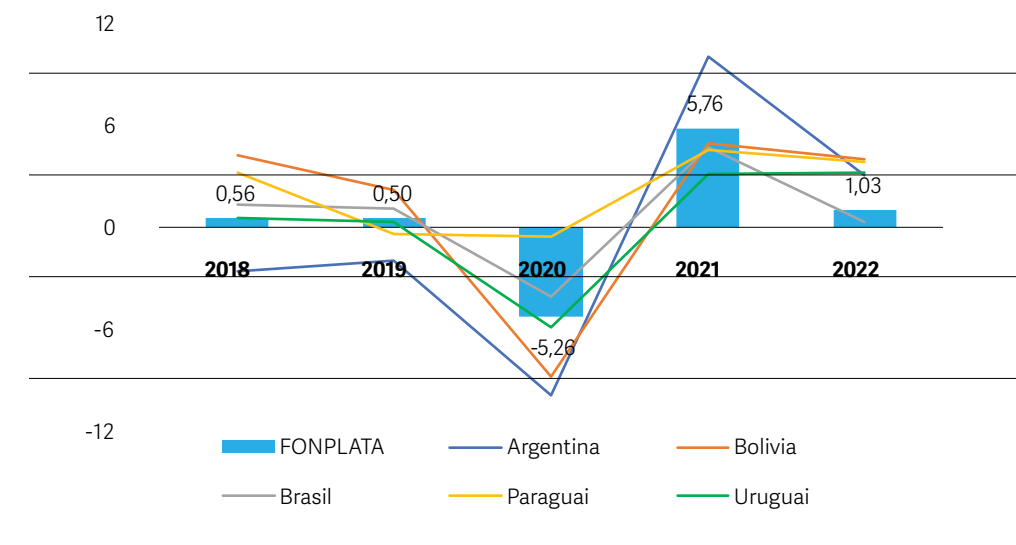
Para combater os efeitos da pandemia, desde março de 2020, o FED (US Federal Reserve) reduziu a sua taxa de referência para um intervalo entre 0-0,25%. Essa instância de política monetária permaneceu inalterada até outubro de 2021, quando o FED decidiu começar a responder às pressões inflacionárias reduzindo progressivamente seu programa de compra de ativos. De acordo com os anúncios do *Federal Open Market Committee* (FOMC), a autoridade monetária pretende concluir o referido programa até ao final de março de 2022 e iniciar um processo de aumento da taxa de referência da política monetária. Para os mercados emergentes e para nossa região em particular, isso implica um aumento progressivo do custo de financiamento em dólares.

A pandemia afetou mais fortemente o setor de serviços do que o setor de bens. Os indicadores de comércio global publicados recentemente pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) mostram comportamentos muito diferentes nesses dois macrossetores. Enquanto em 2020 o valor do comércio global de mercadorias caiu em média 7,4%, o de serviços caiu 20%. A recuperação durante 2021 também foi heterogênea, com o comércio global de mercadorias apresentando aumento de 25,3%, enquanto os serviços cresceram apenas 14,4%. A magnitude inesperada da recuperação do comércio global de mercadorias durante 2021 gerou gargalos nas cadeias de valor globais que resultaram em aumentos significativos de preços das matérias-primas.

De fato, após o declínio geral dos preços das commodities em 2020, elas aumentaram significativamente em 2021, em muitos casos atingindo seus máximos históricos. De acordo com os índices de preços das matérias-primas divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o aumento médio em 2021 foi de 53,3%, o que se traduziu num aumento de 26,8% para as matérias-primas não energéticas e de 101,8% para as matérias-primas energéticas. O aumento das matérias-primas energéticas traduz-se, por sua vez, num aumento de 262,6% no preço do gás, 110,8% no preço do carvão e 63,8% no preço do petróleo.

Nas matérias-primas não energéticas, os alimentos tiveram aumento de 28%. O preço internacional da soja oscilou na faixa aproximada de USD 550-650 por tonelada em 2021 e acumulou aumento médio de 43,4%. A carne, cujos preços já eram altos antes da pandemia, teve uma mínima redução de preços em 2020 (-2%) e uma recuperação significativa ao longo de 2021, acumulando um aumento de preços de 15,4%, e mantendo recordes de preços nos últimos 3 meses. O preço do milho subiu 56,9%, em 2021, e o do trigo 13,6%.

VARIAÇÃO ANUAL DO CRESCIMENTO DA SUB-REGIÃO DE PAÍSES MEMBROS DO FONPLATA



Fonte: Bancos centrais dos países e WEO

Metais básicos também apresentaram aumentos extraordinários de preços em 2021. O zinco cresceu 32,5%, a prata 22,5%, o chumbo 20,6% e o estanho, que está em patamar recorde há dois trimestres, acumula alta de 89,1%. Por fim, o preço da uréia cresceu 110,9% e também está em patamares recordes. A alta geral dos preços das matérias-primas resultou em choque positivo nos termos de troca para todas as economias dos Países da Bacia do Prata (PACPLA) durante o ano de 2021.

VISÃO GERAL SUB-REGIONAL

Ao longo de 2021, as economias dos Países da Bacia do Prata (PACPLA) superaram a forte recessão que afetou os níveis de atividade em 2020. Os avanços nos programas de vacinação permitiram reduzir o impacto da onda mais recente de infecções por COVID-19, associada à variante *ômicron*. Embora as infecções tenham crescido significativamente em todos os países da sub-região, a proporção de casos que requerem internação em unidades de terapia intensiva e a taxa de letalidade do vírus foram drasticamente reduzidas, permitindo a liberação gradual das atividades produtivas e maior mobilidade dos cidadãos dos países da sub-região. No entanto, o possível aparecimento de novas cepas de COVID-19 significa que a situação sanitária continua a ser fator de grande incerteza tanto no nível global como regional.

Em geral, as economias da sub-região registraram expansões que envolveram muitas das atividades produtivas mais fortemente afetadas pela emergência sanitária. As atuais projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021 concordam que a reativação econômica em curso está permitindo superar a grave situação recessiva e que, na maioria das economias da sub-região, a expansão dos níveis de atividade permitiu superar níveis do PIB pré-pandemia.

Entre as economias dos PACPLA, destaca-se a trajetória de recuperação econômica do Paraguai, pois foi o país que registrou as quedas menos pronunciadas do PIB em 2020 e que conseguiu recuperar seu nível de atividade pré-pandemia já no primeiro trimestre de 2021. A economia brasileira também conseguiu recuperar o tamanho pré-pandemia no primeiro semestre de 2021, mas perdeu força no segundo semestre e está tecnicamente em recessão no final do ano, o que poderia, potencialmente, afetar o resto das economias da sub-região neste ano. Argentina e Uruguai surpreenderam com os resultados de suas contas nacionais, que mostraram que, a partir do terceiro trimestre, ambos operaram acima dos níveis anteriores à crise sanitária. O contexto da recuperação argentina é um tanto particular, pois, no ano anterior à pandemia, a economia já estava em processo de contração. No caso da Bolívia, observa-se crescimento econômico de 6,1% em 2021, valor superior aos níveis de atividade anteriores à pandemia.

Em relação à inflação da região, o Brasil teve a maior alta em 18 anos (10,1%) e o Paraguai, a maior em 11 anos (6,8%). Em ambos os casos, a inflação atingiu níveis consideravelmente superiores à meta estabelecida por suas respectivas autoridades monetárias (3,75% no Brasil e um máximo de 6% no Paraguai). No Uruguai, a inflação foi de 8% e também ficou fora da meta (3-7%). Na Argentina, a inflação chegou a 50,9%, mas permanece em níveis muito elevados desde antes da pandemia. Finalmente, a Bolívia apresentou um aumento de preços consideravelmente menor: 0,9%.

A fase expansionista das políticas monetárias iniciada em 2020, que durou grande parte de 2021, concluiu. No contexto de fortes pressões inflacionárias, os bancos centrais dos países da sub-região começaram a aumentar as taxas de juros de referência, embora em alguns países as taxas de juros reais permaneçam negativas. O único país que não foi afetado por aumentos nas taxas de inflação é a Bolívia, que mantém índices de inflação semelhantes aos existentes no período anterior ao início da pandemia.

Ao longo de 2021, foi-se consolidando o processo de recuperação dos fluxos de comércio externo, num contexto em que a maioria das economias dos PACPLA manteve saldos positivos na balança comercial de bens e serviços. O aumento das importações acompanhou a reativação econômica, enquanto as exportações de origem agropecuária e de minerais apresentaram crescimento notável, impulsionadas pela melhora dos preços internacionais. A continuidade do processo de recuperação do comércio mundial manteria um cenário favorável à expansão das exportações, embora seja importante ter em mente que as distorções causadas pela pandemia na logística do comércio internacional se manifestaram em aumentos consideráveis dos valores dos bens comercializados.

PERSPECTIVAS PARA 2022

As perspectivas para o futuro estão condicionadas pelos seguintes quatro fatores: (i) A situação sanitária continuará a ser um elemento preponderante, dada a possibilidade de novas variantes do COVID-19; (ii) De mãos dadas com gargalos na produção e mudanças na oferta de mão de obra, a inflação ganhou tração significativa, com o FED e outros bancos centrais demonstrando preocupação com as pressões inflacionárias, o que poderia gerar o ressurgimento das pressões observadas no segundo semestre de 2021; (iii) Alterações nos fluxos financeiros internacionais decorrentes da normalização da política monetária nas economias desenvolvidas que poderiam afetar a estabilidade dos mercados emergentes. Os aumentos da taxa de juros nos EUA tornarão mais caro o endividamento dos países emergentes e gerarão pressão para depreciar suas moedas; e (iv) Riscos geopolíticos com alto potencial de perturbação da economia global, particularmente em torno dos mercados de energia.

Diante desse cenário, as projeções de crescimento global para 2022 apontam para 4,9%. Para a Zona Euro, prevê-se um crescimento de 3,9%, com prolongadas restrições de oferta e transtornos provocados pela COVID-19, apontando para um crescimento mais moderado do que o inicialmente previsto. Em relação às economias da América Latina e Caribe (ALC), espera-se um crescimento de 2,4%.

Quanto à sub-região do FONPLATA, num contexto macroeconômico caracterizado pela emergência de pressões inflacionárias que começam a preocupar os responsáveis pela política monetária nos seus países membros, os analistas concordam com projeções de crescimento mais modestas para 2022, especialmente no caso de Brasil. Entretanto, espera-se que em 2022 persista um contexto externo favorável, em particular, com preços elevados dos bens exportáveis, gerando assim um dinamismo significativo do lado da demanda externa. O caso da Bolívia é um pouco diferente. Espera-se que a procura interna desempenhe papel preponderante, fruto do ambicioso plano de investimento público que o governo anunciou para os próximos anos.

Nas restantes economias da sub-região, as quedas da renda do trabalho das famílias, a retirada das medidas de apoio implementadas para fazer face à emergência sanitária e a necessidade de avançar na consolidação orçamental moderam as expectativas quanto ao possível papel expansivo da demanda interna.

Embora especialistas em saúde alertem que a pandemia não terminou, e que ainda existem alguns componentes dos gastos públicos que os governos mantêm como medidas de precaução, o avanço para a normalização da situação fiscal aparece como o cenário mais provável a partir de 2022. Parece claro que os gastos correspondentes à aquisição das doses de vacinas necessárias à sustentação dos planos de vacinação não podem ser retirados de imediato, mas esse componente do gasto público não parece ser um fator determinante que afete o ajuste das contas públicas. Assim, o processo de consolidação fiscal com o qual os governos dos PACPLA se comprometeram marca o fim da etapa em que a política fiscal foi usada para enfrentar a crise econômica causada pela pandemia.

Dadas as pressões inflacionárias existentes, espera-se que os bancos centrais dos países da região continuem elevando as taxas de juros para controlar a inflação. Para o Brasil, o ciclo de alta de juros deve moderar nas próximas reuniões. Para os demais países da região, espera-se também um aperto da política monetária em 2022, em especial para Uruguai e Paraguai. Esses países têm como prioridade ancorar as expectativas inflacionárias no horizonte de política, que ficaram desalinhadas com os objetivos em 2021.





III Operações por país

III
OPERAÇÕES
POR PAÍS

Após a intensa crise da COVID-19 na região, nossos países parecem estar tomando fôlego. Embora a vacinação tenha avançado na gestão 2021, foi ainda necessário enfrentar várias ondas que impediram o desenvolvimento normal em questões econômicas e sociais na região.

Para se adaptar a esta nova realidade (o chamado “novo normal”), o Banco avançou na consolidação da descentralização do pessoal operacional nos países membros, conseguindo estar presente em cada um dos cinco países.

O período pós-pandemia foi marcado pelo avanço da execução de projetos de desembolso rápido aprovados na gestão anterior, que permitiram promover a recuperação da economia em nossos países.

Dando continuidade à busca pela eficiência institucional do Banco, atuou-se na área regulatória para consolidar aspectos fiduciários e ferramentas de controle de qualidade dos documentos aprovados, desenvolver a autoavaliação e a atualização das atividades críticas e seus riscos, bem como o Sistema de Informação de Projetos e Operações e Dashboard. Por outro lado, desenvolveu-se sistema de acompanhamento de projetos com base em marcos e riscos que servirá de base para a futura completa informatização de um sistema integrado de gestão de projetos.

Trabalhou-se, ainda, na identificação da contribuição de cada uma das operações do Banco para os Objetivos de Desenvolvimento (ODS 2030), concluindo-se que a carteira contribui para 16 dos 17 ODS (não contribuimos para o ODS 14 – Oceanos). Sendo que 39 operações estão alinhadas para contribuir com o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 33 operações contribuem para o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 24 operações, para o ODS 10 (Redução das Desigualdades). Ademais, em colaboração com a Gerência de Finanças e Administração, trabalhou-se no desenvolvimento do Quadro de Dívida Sustentável do FONPLATA, que foi submetido à Avaliação de Segunda Parte (SPO), obtendo parecer favorável que destaca a credibilidade, o impacto e o alinhamento com as melhores práticas internacionais.

Na gestão 2021, revisou-se a orientação estratégica operacional, estabelecendo o negócio, a visão, a missão e os valores do Banco e, a partir daí, definiram-se os seguintes atributos:

Confiabilidade: Proximidade do cliente, descentralização, empatia, acessibilidade, eficiência, resposta eficaz e diálogo contínuo.

Eficiência nos custos operacionais e transacionais: Baixos custos operacionais e transacionais como forma de melhorar as condições financeiras dos clientes.

Proatividade: Agilidade, velocidade, resposta rápida, flexibilidade.

Simplificação dos processos de negócios: Processos integrados, simples, diretos, automatizados e baseados em riscos.

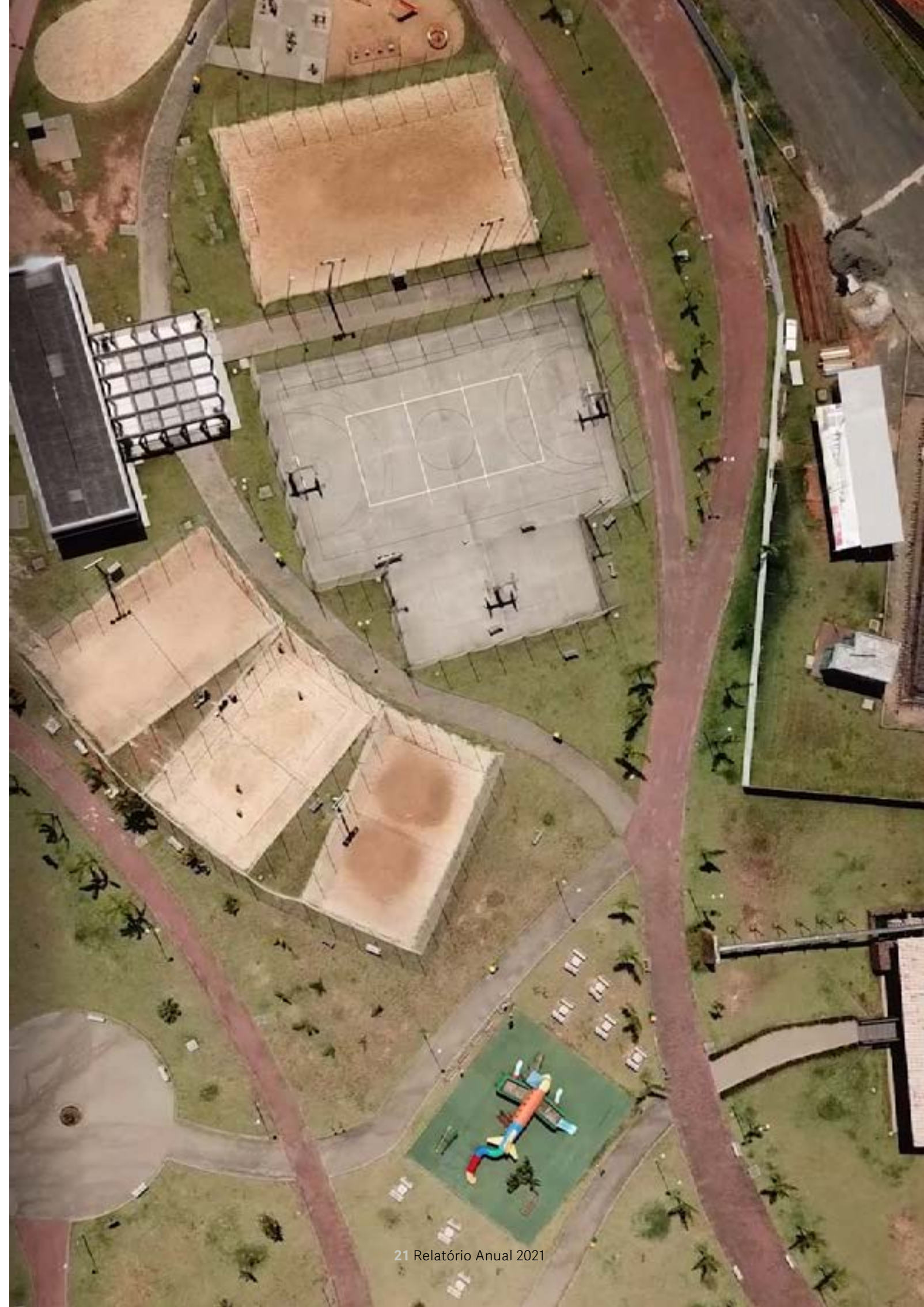
Produtos financeiros diferenciados: Uma gama de produtos financeiros que se diferenciam de outras entidades e que atendem aos países da melhor forma possível.

Conhecimento em áreas de especialização: Equipe de alto valor, com conhecimento setorial, nas áreas de especialização determinadas no PEI do Banco.

Autonomia operacional: com processos e políticas validados e reconhecidos interna e externamente e que garantam o funcionamento do FONPLATA.

Neste contexto, a carteira de financiamento ao final de 2021 compunha-se de 96 operações com valor global de USD 2,833 bilhões, repartidas da seguinte forma: 48 operações em execução, no valor de USD 1,550 bilhões; 15 operações pendentes de entrada em vigor, no valor de USD 648 milhões; 9 operações em processo de fechamento, no valor de USD 206 milhões, e 24 operações em fase de amortização de principal, com valor global de USD 429 milhões.

Durante o mandato de 2021, foram aprovadas 14 novas operações, com valor global de USD 353,4 milhões.



1. ARGENTINA

Na gestão 2021, as operações foram mais voltadas para o setor econômico produtivo e infraestrutura nas áreas de governança, produção, serviços não financeiros, esportes e telecomunicações, além de dar continuidade ao apoio ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, à redução da pobreza e à proteção dos setores mais vulneráveis.

A carteira de projetos ascende a cerca de USD 797 milhões e é composta por 41 operações, das quais 8 foram aprovadas no ano de 2021, totalizando USD 121 milhões. Do total da carteira ativa, 9 operações encontram-se em fase de amortização do principal (USD 93 milhões), 4 aguardam assinatura do respectivo contrato de empréstimo (USD 65 milhões), 20 encontram-se em execução (USD 438 milhões), e 8 já desembolsaram a totalidade dos recursos e estão em processo de assinatura do ato de encerramento (USD 201 milhões).

Entre os financiamentos aprovados durante o ano de 2021, destaca-se o apoio à expansão da fibra ótica no país, no valor de USD 18 milhões, operação que visa melhorar a conectividade digital dos centros urbanos com baixa densidade populacional na Província de Buenos Aires.

De igual modo, destaca-se o apoio à governabilidade por meio da aprovação de duas operações que visam ao desenvolvimento harmonioso e ao funcionamento do Conselho Económico e Social, com valor total de USD 33 milhões.

Por outro lado, foram aprovadas as operações de apoio ao turismo e esportes no valor de USD 37 milhões, o que permitirá a melhoria das emblemáticas unidades turísticas de Chapadmalal, em Mar del Plata, Província de Buenos Aires, e de Embalse de Río Tercero, na província de Córdoba, bem como da qualidade da infraestrutura esportiva do país, além da promoção da atividade física e da prática esportiva.

Dando continuidade ao apoio ao combate aos efeitos da pandemia de COVID-19, foi aprovada uma operação que visa contribuir para o fortalecimento da infraestrutura para o desenvolvimento de estratégias sociais, familiares e de atenção à saúde da população em situação de vulnerabilidade crítica, e outra que visa ao setor cultural com o intuito de apoiar centros de inclusão cultural e social, no valor total de USD 20 milhões.

Por fim, é importante destacar que foi aprovada uma operação de promoção de sistemas agroalimentares resilientes e sustentáveis para a agricultura familiar no valor de USD 13 milhões, que tem cofinanciamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que contribui com o mesmo valor.

1.1 COOPERAÇÃO TÉCNICA

OCT/NR-ARG-50/21 Infraestrutura para o desenvolvimento territorial sustentável da região metropolitana de Buenos Aires – USD 75 mil.

O objetivo geral do projeto é auxiliar no desenvolvimento de diretrizes de políticas públicas para a consolidação territorial sustentável do segundo e terceiro cordões de conectividade viária e a expansão dos serviços públicos na região metropolitana de Buenos Aires. O Projeto foi estruturado em três componentes principais, que derivam do objetivo acima mencionado: a) Diagnóstico territorial a partir dos usos legais e reais da área de influência do novo traçado da Av. Presidente Perón (incluindo as dimensões social, econômica, ambiental, infraestrutura de serviços, conectividade viária e uso do solo); b) Proposta de desenho e implementação de políticas públicas no eixo de conectividade viária e sua articulação com demandas de outros serviços complementares; e c) Perfil do Projeto de Investimento de acordo com as diretrizes da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Adicionalmente, incorporou-se um componente de validação e comunicação das propostas que inclui atores públicos atingidos pelas políticas públicas.

OCT/NR-ARG-54/21 Melhoria da supervisão financeira das demonstrações financeiras auditadas no âmbito da função de gestão da SSRFID dos projetos/ programas financiados pelo FONPLATA – USD 75 mil

A Subsecretaria de Relações Financeiras Internacionais para o Desenvolvimento (SSRFID) tem entre suas atribuições “supervisionar a administração de programas e projetos com financiamento externo do setor público nacional e realizar sua avaliação e controle”. Nesse contexto, e como forma de melhorar o cumprimento dessa responsabilidade, o FONPLATA concedeu à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da Nação Argentina cooperação técnica para a realização de estudo que permita fortalecer o papel de gestor da SSRFID para o controle e acompanhamento das auditorias das demonstrações financeiras auditadas no âmbito de todas as operações de crédito vigentes entre o FONPLATA e a Subsecretaria, além de fortalecer e oferecer ferramentas tecnológicas para monitoramento e tomada de decisão para as operações em que a SAE atua como órgão executor.

2. BOLÍVIA

Em 2021, deu-se continuidade ao apoio à geração de emprego e à reativação econômica do país, com foco na inclusão de mulheres chefes de família e jovens desempregados na construção das diferentes obras de infraestrutura e em micro, pequenas e médias empresas em todo o território.

Nesse contexto, visando à inclusão de setores vulneráveis no desenvolvimento dos diferentes projetos, o foco foi colocado na: (i) Integralidade, que contribui para o desenvolvimento das múltiplas capacidades da força de trabalho local, de renda familiar digna pelo serviço prestado e da melhoria das ruas e estradas nas áreas de intervenção; e na (ii) Abordagem Comunitária, que se baseia na identidade e nas formas de organização e autogestão das comunidades locais. As intervenções ocorreram nos 9 departamentos e em mais de 24 municípios, com cerca de 350 projetos em nível nacional. Da mesma forma, 220 mil famílias foram beneficiadas em todo o território e foram gerados mais de 50 mil empregos diretos e indiretos.

Deu-se continuidade à construção e à manutenção viária em parte do corredor bioceânico da zona tropical do país, apesar das dificuldades da pandemia, contribuindo para construção de estrada de pista dupla, buscando reduzir custos e tempos de viagem, melhorar a segurança e aumentar a competitividade do país.

No Departamento de Potosí, nos municípios de Tacobamba, Ravelo e Ocurí, foram entregues 1.263 soluções residenciais de captação de água e 20 soluções sociais de captação de água (postos de saúde e escolas). Da mesma forma, foram recebidos o mesmo número de sistemas fotovoltaicos, que serão instalados nesses municípios. Até 2022, está prevista a instalação de aproximadamente 3 mil painéis fotovoltaicos nos departamentos de Beni e Chuquisaca.

Na gestão 2021, foi entregue a última das 24 pontes construídas em áreas rurais do departamento de Cochabamba. Essas obras beneficiarão 24 mil famílias de 15 municípios rurais, reduzindo o tempo de viagem entre povoados, a centros educacionais, de saúde e mercados para venda de produtos. Seu impacto se traduzirá em melhores preços para suas produções nos mercados centrais e um aumento nos padrões educacionais e de saúde.

No final da gestão de 2021, a carteira em execução ascende a USD 552 milhões, distribuída em 16 projetos. Desta carteira, 4 projetos estão em fase de pagamento do principal (USD 90 milhões), 1 já desembolsou a totalidade dos recursos e está em processo de assinatura da ata de encerramento (USD 5 milhões), 10 estão em execução, (USD 357 milhões), e 1 aguarda assinatura do contrato de empréstimo (USD 100 milhões).

3. BRASIL

A estratégia do FONPLATA, como em anos anteriores, continua sendo a captação de novas operações com a formação de clusters de projetos concentrados por Estado. Isso possibilita promover maior presença e impacto muito mais importante nessas regiões. Assim, há projetos em andamento nos Estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Rio Grande do Norte. Todos os projetos buscam melhorar a qualidade de vida de seus habitantes e adequar a infraestrutura considerando os impactos da mudança do clima.

A carteira brasileira é composta por 20 operações, no valor de USD 486 milhões. Em 2021, foram aprovados 5 projetos, no valor total de USD 132 milhões. Esses 20 projetos compreendem 6 operações na fase de pagamento do principal (USD 33 milhões), 7 operações aprovadas aguardando assinatura do contrato (USD 207 milhões), e 7 operações em execução e desembolso (USD 246 milhões).

Fazendo uma breve descrição das 5 operações aprovadas em 2021, pode-se mencionar o seguinte:

- a) Em Indaiatuba (SP), no valor de USD 30 milhões, o projeto visa apoiar ações setoriais a curto, médio e longo prazos para reduzir o déficit hídrico e recuperar e preservar a qualidade ambiental dos cursos d'água por meio da ampliação da cobertura do serviço de água potável e saneamento, do uso sustentável dos recursos hídricos e da redução da vulnerabilidade da população ao risco de estresse hídrico.
- b) O "Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Urbano de Sorocaba", com orçamento de USD 16 milhões, desenvolverá uma série de ações e investimentos que permitam a reestruturação da malha viária por meio da implantação e/ou melhoria das vias urbanas, incluindo, entre outros serviços, ciclovias, pavimentação, drenagem, sinalização, obras de arte e acessos.
- c) "Acelera Palhoça", no Estado de Santa Catarina, com orçamento no valor de USD 11 milhões, tem como objetivo resolver problemas de infraestrutura urbana relacionados a aspectos do abastecimento de água potável, mobilidade e planejamento urbano. Essas intervenções melhorarão a qualidade de vida em áreas ocupadas por populações de baixa renda.

- d) Em Criciúma são realizadas paralelamente duas operações que totalizam USD 42 milhões, que se apoiarão na elaboração do Plano de Mobilidade Urbana (PMU) da cidade, instrumento que definirá a construção de novas estradas, duplicação e alargamento de pistas, implantação de ciclovias e calçadas, implantação de faixas exclusivas para o transporte público, micro drenagem e iluminação/sinalização. Para adaptação às mudanças climáticas, também serão financiadas melhorias na drenagem pluvial na Bacia do Rio Criciúma e o condicionamento do Parque Ecológico Morro Cechinel.
- e) O projeto de Blumenau, no valor de USD 50 milhões, busca melhorar a qualidade de vida da população por meio de investimentos em obras de infraestrutura urbana sustentável e do sistema de abastecimento de água potável.

3.1 EMPRÉSTIMOS DE RISCO NÃO SOBERANO

No início de 2020, com o objetivo de financiar o atendimento à demanda por recursos financeiros do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), cujo objetivo é auxiliar os municípios do Estado de Minas Gerais, foi concedido o financiamento de USD 36 milhões. Em 2021, esse financiamento foi ampliado em USD 6 milhões.

4. PARAGUAI

A gestão de 2021, no Paraguai, deu continuidade à execução das obras de integração regional e internacional do país, avançando na construção, melhoria e manutenção de estradas, construção de pontes em todo país.

Da mesma forma, foi consolidada a execução do projeto “Construção da Subestação de Transformação e Linhas de Transmissão de Energia em Valenzuela”, no Departamento de Cordillera, com a contratação da empresa responsável pela provisão e instalação da usina de transformação de 500kV.

É importante notar que, com o financiamento da KfW (*Kreditanstalt für Wiederaufbau*), o FONPLATA contratou e supervisiona o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Construção da Linha de Transmissão Villa Hayes de 220 kV – Villa Real de la Concepción – Pozo Colorado – Loma Plata e a Subestação Pozo Colorado de 220 kV, na Região Oeste, que permitirá preparar durante a gestão de 2022 um projeto de financiamento que ultrapassará cem milhões de dólares.

No final de 2021, a carteira ativa no Paraguai totaliza USD 698 milhões, distribuídos em 11 operações: 3 operações aguardando ratificação pelo Congresso (USD 276 milhões), 6 operações em execução (USD 339 milhões), e 2 projetos em etapa de pagamento do principal (USD 83 milhões).



5. URUGUAI

Em 2021, a carteira ativa de empréstimos totaliza USD 300 milhões e compõe-se de 8 operações distribuídas da seguinte forma: 5 operações em execução (USD 171 milhões), e 3 operações em processo de amortização do principal (USD 129 milhões). Os empréstimos vigentes contribuem para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pelas Nações Unidas para o ano de 2030 (em especial os ODS 1, 6, 8, 9, 10 e 11).

Durante a gestão de 2021 e no contexto pós-COVID, em apoio aos esforços liderados pelo Governo desde 2020, continuou-se o trabalho para aliviar os impactos sobre as micro e pequenas empresas e prestar assistência financeira por meio da execução de duas operações no valor total de USD 30 milhões. Desse total, foram desembolsados USD 29 milhões, o que permitiu injetar recursos financeiros nas micro e pequenas empresas mais vulneráveis aos efeitos da pandemia e reduzir o fechamento desses empreendimentos.

Da mesma forma, durante a gestão de 2021 e no âmbito dos projetos mais relevantes da carteira, foi possível concluir um marco importante que corresponde à instalação da ponte de acesso à área portuária de Montevideu, com a qual se espera aumentar a capacidade e funcionalidade dos acessos existentes, além de contribuir para a melhoria do tráfego em região importante da cidade próxima ao centro.

Por outro lado, com bom ritmo de execução, algumas das obras previstas para a recuperação, adaptação e manutenção de pontes que contribuem para a melhoria dos corredores florestais localizados em várias partes do país também foram concluídas.

Por fim, no que se refere à melhoria da qualidade ambiental, a conclusão das Estações de Tratamento e Sistemas de Esgoto nas localidades da Bacia do Rio Santa Lucía (São Ramón, Frei Marcos, Casupá e Flórida) contribui para a redução da poluição marinha, levando em conta que o tratamento inclui remoção importante de nutrientes e, portanto, melhoria na qualidade das águas superficiais daquela Bacia.

5.1 EMPRÉSTIMOS DE RISCO NÃO SOBERANO

Na gestão de 2021, foi aprovado financiamento de USD 42 milhões para a *Corporación Vial del Uruguay (CVU)*. Os recursos serão aplicados principalmente em investimentos em obras, bens e serviços, gerando desenvolvimento econômico e social.

5.2 COOPERAÇÕES TÉCNICAS

OCT/NR-URU-51/21 Ajuda Humanitária COVID-19: Uruguai – campanha de comunicação do Plano Nacional de Vacinação – USD 100 mil

A cooperação técnica decorre da OCT/NR-COVID-35/20 “Fundo de Emergência para Ajuda Humanitária COVID-19”, aprovada pela Diretoria Executiva para a alocação de recursos não reembolsáveis para auxiliar os países membros no financiamento de atividades elegíveis que fornecem respostas imediatas à emergência decorrente da pandemia de COVID-19. O principal objetivo desta operação é ajudar a disseminar detalhadamente como as diferentes etapas da campanha de vacinação serão desenvolvidas no Uruguai e, por outro lado, conscientizar sobre a importância desse processo para superar a pandemia sem gerar retrocesso que sustente a necessidade de apelar para medidas mais restritivas de mobilidade social.

OCT/NR-URU-53/21 Fortalecimento institucional da Agência Nacional de Desenvolvimento (ANDE) para a execução do Projeto URU-22 “Programa de assistência financeira às micro e pequenas empresas” – USD 70 mil

O FONPLATA aprovou o financiamento do projeto “Programa de assistência financeira às micro e pequenas empresas”. A assistência financeira representa um desafio significativo para a ANDE, principalmente nas áreas de acesso a programas e de apoio, tornando imperativo fortalecer suas capacidades institucionais para garantir implementação e divulgação bem-sucedidas dos instrumentos e ações incluídos no Programa. Nesse sentido, o objetivo da cooperação técnica é contribuir para o fortalecimento técnico da Agência por meio do financiamento de atividades técnicas através de consultorias e contratação de serviço técnico especializado para o aprimoramento em 18 fevereiro de 2021.



6. COOPERAÇÃO TÉCNICA REGIONAL

OCT/NR-ISM-52/21 Treinamento de competências em inovação e tecnologias sociais – USD 10 mil

O FONPLATA uniu forças com o Instituto Social do Mercosul (ISM) com base em sua missão de apoiar a integração dos países membros para alcançar o desenvolvimento harmonioso e inclusivo e privilegiar a complementaridade e sinergia dos esforços das instituições nacionais de desenvolvimento, bem como de outras agências de desenvolvimento. Por meio desta cooperação técnica, outorga recursos técnicos e financeiros à Escola de Governo do ISM para transferir conhecimentos e experiências qualificadas e promover a transferência e adaptação de tecnologias e conhecimentos aplicados que ajudam a complementar e fortalecer a capacidade de elaboração e execução de projetos para promover seu próprio desenvolvimento.

OCT/NR-ILAT-55/21 Plano de Trabalho de Gestão da Aliança ILAT 2022 - USD 200 mil

Em maio de 2020, o BID, a CAF e o FONPLATA assinaram Memorando de Entendimento por meio do qual concordaram em continuar trabalhando em conjunto e estabelecer a Aliança para a Integração e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (ILAT). O objetivo da Aliança é identificar, planejar e priorizar, junto com os países, projetos e iniciativas de integração, gerando conhecimento e tecnologia aplicada aos projetos, para desenvolver espaços de integração binacionais e/ou multinacionais e executar obras de infraestrutura regional com altos padrões de qualidade técnica e transparência. Nesse sentido, o FONPLATA cofinancia o Plano de Trabalho da Aliança para a gestão 2022, que visa consolidar e posicionar a ILAT como um espaço de trabalho para o desenvolvimento de infraestrutura de integração de qualidade e inovadora, dentro de um quadro de transparência e colaboração.



IV

Resultados da gestão no exercício de 2021

(em milhões de dólares estadunidenses)

IV
RESULTADOS
DA GESTÃO NO
EXERCÍCIO DE 2021

A seguir são apresentados de forma comparativa os resultados do Banco nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Entre 2020 e 2021, e sob os efeitos da pandemia causada pelo vírus da COVID-19, o Banco consolidou seu papel como instituição financeira multilateral para o desenvolvimento regional, alcançando e excedendo os objetivos estratégicos contidos no Plano Estratégico Institucional (PEI) 2018–2022.

A título de ilustração e com base nos resultados de 2012, que constitui o parâmetro inicial do primeiro PEI, que abrangeu o ciclo 2013–2022, a capacidade média anual de empréstimo expandiu-se com base em multiplicador de 11 vezes e a carteira de empréstimos cresceu 5 vezes, a uma taxa de mais de 20% da média anual. O capital autorizado cresceu pouco mais de 6 vezes, de USD 489 milhões para USD 3,014 bilhões. Ao final de 2016, foram obtidas classificações de risco A- pela Standard & Poor's, que foi elevada para A com perspectiva positiva em 2021, e A2 com perspectiva estável pela Moody's. Ambas as agências internacionais de classificação de risco são muito prestigiadas.

Reconhecendo essas conquistas e a fim de reafirmar seu compromisso com o crescimento e a projeção futura do Banco, em setembro de 2021, a Assembleia de Governadores aprovou a segunda atualização do PEI, abrangendo o período de 2022–2026.

Esta atualização destacou a necessidade de reafirmar o papel do Banco como parceiro confiável, proativo e adaptável para responder de forma rápida e eficaz às demandas de financiamento de seus países membros para reduzir as lacunas existentes no desenvolvimento social inclusivo, saúde, educação e infraestrutura.

Nesse sentido, o PEI contém três objetivos estratégicos e 10 linhas de ação que marcarão o foco da gestão 2022–2026, reafirmando o compromisso dos países membros com o crescimento contínuo do capital, como forma de aumentar a capacidade de empréstimo e a capacidade de captação de recursos nas melhores condições possíveis.

Desde 2013, o Banco se caracteriza pela gestão prudencial de ativos e passivos financeiros que atendam às expectativas do mercado de capitais, o que lhe permitiu acessá-los diretamente, captando recursos em melhores condições e a um custo financeiro menor em benefício de seus países membros.

Por meio de marcado foco no planejamento e gestão por resultados, e graças aos investimentos em tecnologia que começaram a ser feitos a partir de 2017, o Banco possui sólida infraestrutura de sistemas de informação que permitiu passar sem interrupção para a modalidade de trabalho virtual, durante a pandemia, protegendo assim a saúde de sua equipe sem afetar o desempenho e a realização dos resultados esperados.

Em 2021, a carteira de crédito, principal ativo financeiro do Banco, passou de USD 1,251 bilhão para USD 1,520 bilhão, o que equivale a um crescimento de 21,5%. Esse aumento líquido é resultado de desembolsos de USD 346 milhões, líquidos de arrecadações do principal no valor de USD 77 milhões, para um crescimento líquido de USD 269 milhões (2020 – USD 315 milhões de crescimento líquido). A redução de 15% no crescimento líquido da carteira vivenciada em 2021, em relação a 2020, deve-se à demora nos desembolsos causada por atrasos nos processos de licitação e contratação de obras pelos órgãos executores.

Ademais, USD 504 milhões também foram captados por meio de duas emissões de títulos no mercado suíço e uma instituição financeira privada. Também houve a assinatura de uma linha de crédito com outro banco multilateral de desenvolvimento. Esses recursos serão utilizados para financiar desembolsos de empréstimos a serem requeridos nos próximos 12 meses, a manutenção do serviço da dívida, e o pagamento de despesas relacionadas à operação do Banco, em conformidade com a política de liquidez.

O acesso ao mercado de capitais suíço e os juros referentes às emissões do Banco em outros mercados de capitais, juntamente com a melhoria no rating de risco de crédito obtido em setembro de 2021 pela Standard & Poor's (de A- para A), demonstra o prestígio e a credibilidade alcançados por meio do crescimento e da relevância demonstrados de 2013 até agora.

Por fim, deve-se notar que o FONPLATA continua a servir como agente fiduciário do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), função atribuída em 2020 graças à confiabilidade e o prestígio da Instituição.

1. MODELO DE NEGÓCIOS

A arquitetura do modelo de negócios foi desenhada com vistas a ajudar seus países membros a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes por meio do financiamento de projetos focados em melhorar a integração e o desenvolvimento socioeconômico. O Banco financia seu programa de empréstimos por meio da alavancagem de seu patrimônio, que é composto por subscrições de caixa e capital exigível e, também, por reservas provenientes de lucros acumulados.

A capacidade de empréstimo do Banco ascende atualmente a USD 3,615 bilhões, e é calculada com base num multiplicador de 3 vezes o valor do capital próprio, que, em 31 de dezembro de 2021, ascende a USD 1,205 bilhão (2020 – USD 1,110 bilhão). Por outro lado, a capacidade de endividamento do Banco, que equivale a USD 3,043 bilhão, também é determinada com base no multiplicador de 2 vezes o valor do patrimônio líquido mais os ativos líquidos.

O principal ativo financeiro do Banco são os empréstimos outorgados a seus países membros. Todos os ativos financeiros e parte dos passivos financeiros são contratados e expressos em dólares estadunidenses e rendem juros com base na taxa Libor mais spread operacional. Os passivos contratados em moedas e taxas diferentes da Libor, que é a taxa de referência das operações de financia-

mento, são trocados por obrigações denominadas em dólares estadunidenses com base na taxa Libor, reduzindo assim a exposição a riscos na movimentação das taxas de câmbio e taxas de juros.

O Banco mantém liquidez para assegurar sua capacidade de cumprir seus compromissos estimados de desembolso de empréstimos, serviços de dívida e para custear despesas operacionais e investimentos de capital planejados, que devem ocorrer nos 12 meses seguintes ao encerramento de cada mês. A liquidez é investida com o único objetivo de reduzir custos e otimizar a utilização dos recursos necessários à manutenção do nível de liquidez exigido pelas políticas do Banco.

As seções e subseções a seguir contêm explicação detalhada do desempenho financeiro durante os exercícios fiscais compreendidos entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2021.

Nesse sentido, como o crescimento do patrimônio é função direta do aumento de ativos sobre passivos, é incluída explicação detalhada da evolução de ativos e passivos financeiros, o que ajuda a ilustrar o crescimento e a força financeira alcançados até o momento..

2. DESEMPENHO DA GESTÃO

2.1. FONTES DOS RECURSOS PARA FINANCIAMENTO

2.1.1. Estrutura do Capital e Capacidade de Empréstimo

O processo de subscrição e comprometimento de todo o capital exigível correspondente aos aumentos de capital 1 e 2 aprovados em 2013 e 2016, respectivamente, foi concluído em 2018, ano no qual foram recebidas as contribuições em dinheiro correspondentes ao primeiro aumento e iniciou-se o cronograma de pagamento do segundo aumento. O total de capital recebido em 2021 foi de USD 90 milhões (2020: USD 51 milhões), para um total de capital em dinheiro, em 31 de dezembro de 2021, de USD 1,006 bilhão (2020: USD 917 milhões).

A tabela 1 mostra a evolução da estrutura de capital para cada um dos últimos três exercícios.

TABELA 1 - ESTRUTURA DE CAPITAL
(em milhões de dólares estadunidenses)

CAPITAL	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE		
	2019	2020	2021
AUTORIZADO	3.014,2	3.014,2	3.014,2
A integralizar em dinheiro	1.349,2	1.349,2	1.349,2
Exigível a comprometer	1.665	1.665	1.665
SUBSCRITO	3.014,2	3.014,2	3.014,2
A integralizar em dinheiro	1.349,2	1.349,2	1.349,2
Exigível a comprometer	1.665	1.665	1.665
DISPONÍVEL	2.530,5	2.581,8	2.671,4
Integralizado em dinheiro	865,5	916,8	1.006,4
Exigível comprometido	1.665	1.665	1.665

2.1.2. Composição patrimonial

O patrimônio do Banco cresce através de dois canais: (i) a integralização de capital em dinheiro por seus países membros; e (ii) o excedente de receita sobre despesas financeiras e administrativas. O montante arrecadado é resultado da cobrança de juros sobre empréstimos e rendimento de investimentos dos ativos líquidos, que compõem os ativos financeiros (líquidos de provisões para perdas esperadas em empréstimos e investimentos). As despesas referem-se ao custo de captação e juros e comissões das dívidas contratadas, que compõem o passivo financeiro, bem como as despesas necessárias ao normal funcionamento do Banco. As seções 2.2 e 2.6 contêm análise mais detalhada da evolução dos ativos e passivos financeiros durante o exercício de 2021.

Conforme mostrado na Tabela 2, em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido totalizava USD 1,109 bilhão, representando aumento de 8,6% em relação ao volume alcançado em 2020, de USD 1,028 bilhão. Este aumento é composto por USD 90 milhões de integralização de capital em dinheiro mais USD 24 milhões de lucro líquido do exercício, que inclui a dotação ao Fundo Especial de Compensação de Taxas de Operações (FOCOM), no valor de USD 7 milhões, e ao Fundo Especial para Programa de Cooperação Técnica (PCT), no valor de USD 1,5 milhão.

TABELA 2 - PATRIMÔNIO
(em milhões de dólares estadunidenses)

ITEM	EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE		
	2019	2020	2021
Capital em dinheiro	865,5	916,9	1.006,5
Reservas	134,3	156,8	174,5
Resultados Acumulados	28,3	35,9	24
TOTAL DO PATRIMÔNIO	1.028,1	1.109,6	1.205

2.2 A COVID-19 E SEU EFEITO NA RECEITA E NA RENTABILIDADE

O efeito imediato da pandemia gerada pela COVID-19 para o Banco é a redução do lucro líquido total em função da redução do valor dos juros acumulados em empréstimos. Esta redução é resultado da queda, que se verifica desde o início de 2020, da taxa Libor de 6 meses, que é a taxa de referência utilizada para empréstimos. A redução foi de 11 pontos base em 2021, em relação ao fechamento de 2020, para uma redução acumulada de 174 pontos base, relativamente ao valor da taxa Libor de 6 meses em 31 de dezembro de 2019.

Tal redução foi amplamente compensada pelo crescimento da carteira de créditos a receber que, em 2021, teve aumento de 21% como resultado dos desembolsos de empréstimos líquidos de amortizações de principal.

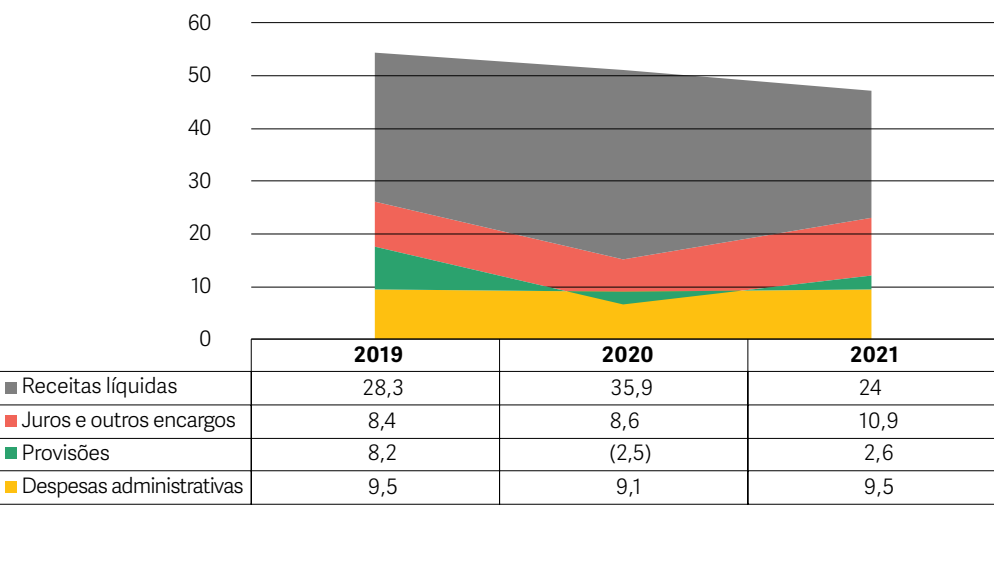
Da mesma forma, o custo do endividamento, em termos relativos, sofreu redução de 61 pontos base, passando de 2,07%, em média, em 2020, para 1,46% em 31 de dezembro de 2021, contribuindo assim para a redução do custo da dívida e aumentando o lucro líquido total.

O Gráfico 1 mostra a evolução das receitas com ativos financeiros, observando redução na tendência de crescimento exibida até 2019, devido à queda da taxa de juros Libor de 6 meses.

A receita sobre ativos financeiros totalizou USD 47 milhões, que comparada com USD 51 milhões em 2019, que representa redução equivalente a 8%. Essa redução se compara de forma muito favorável à redução de 164 pontos base na taxa de juros Libor de 6 meses durante o mesmo período, que equivale a 87%. Isso ilustra o apoio e a crescente demanda de seus países membros por recursos de financiamento, fortalecendo o perfil de negócios do Banco.

A receita financeira obtida durante o exercício de 2021 consiste em juros e comissões dos empréstimos, no valor de USD 42 milhões, e USD 5 milhões provenientes de receitas de investimentos e outras receitas (2020 - USD 43 milhões e USD 8 milhões, respectivamente).

GRÁFICO 1 - RECEITAS E DESPESAS
(em milhões de dólares estadunidenses)



A receita gerada em 2021, de USD 47 milhões (2020 – USD 51 milhões), proporciona um índice de cobertura de 4,3 vezes o valor dos custos de empréstimos, de USD 10,9 milhões (2020 – 5,9 vezes). Da mesma forma, o valor das receitas geradas em 2021 é 4,9 vezes superior ao valor das despesas administrativas, de USD 9,5 milhões (2020 – 5,6 vezes para um total de USD 9,1 milhões).

Embora os resultados do ano sejam inferiores aos obtidos em 2020, deve-se salientar que a queda da taxa Libor provocou uma redução nas receitas de juros de empréstimos equivalente a USD 11 milhões, enquanto no exercício de 2020 houve recuperação de USD 2,5 milhões no valor da provisão para perdas com empréstimos, enquanto em 2021 esta provisão cresceu USD 2,6 milhões. Com base no exposto, e se não tivesse havido reduções na taxa de referência para empréstimos, nem aumento nos saldos de provisões para perdas com empréstimos, o resultado do exercício teria ascendido a aproximadamente USD 40 milhões.

Por fim, as despesas administrativas, compostas por todas as despesas para assegurar o funcionamento do Banco, totalizaram USD 9,5 milhões. Este valor inclui USD 421 mil correspondentes a itens que não representam desembolsos de recursos, mas apenas ajustes contábeis, como depreciação do exercício e diferenças por câmbio de moedas, para os quais o valor desembolsado em despesas administrativas é de USD 9 milhões. Isso é praticamente o mesmo que foi gasto em 2020, e representa uma economia de aproximadamente USD 3 milhões em relação ao valor do orçamento aprovado pela Assembleia de Governadores no final de 2020.

Conforme demonstrado na Tabela 3, em 2021, consistente com seu compromisso de garantir um custo de transação relativamente baixo, reduziu as despesas administrativas em 5 pontos base em relação aos ativos financeiros líquidos, totalizando 77 pontos base (2020 – 82 pontos base).

A Tabela 3, abaixo, apresenta detalhe da evolução dos ativos e passivos financeiros, ativos líquidos e patrimônio, bem como suas respectivas taxas de retorno durante os anos de 2019 a 2021, e é ilustrativa do crescimento e da força alcançada pelo Banco.

TABELA 3 - RENTABILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS
(em milhões de dólares estadunidenses)

CONCEP TO	31 de dezembro de								
	2019			2020			2021		
	SALDO MÉDIO	RECEITAS	RENTABILIDADE¹ %	SALDO PROMEDIO	RECEITAS	RENTABILIDADE¹ %	SALDO PROMEDIO	RECEITAS	RENTABILIDADE¹ %
Empréstimos a receber	867,9	46,7	5,38	1.093,9	43,1	3,94	1.385,5	42,2	3,05
Investimentos e outros	302	7,8	2,59	403,9	8,1	2	535,9	4,8	0,90
Ativos financeiros	1.169,9	54,5	4,66	1.497,8	51,3	3,42	1.921,4	47	2,45
Dívidas	(171,7)	(8,4)	(4,92)	(416,5)	(8,6)	(2,07)	(747,5)	(10,9)	(1,46)
Ativos financeiros líquidos	998,2	46,1	4,62	1.081,3	42,3	3,93	1.173,9	36,1	3,07
Provisões e outros encargos	--	(8,4)	(0,84)	--	2,2	0,21	--	(3)	(0,25)
Despesas administrativas	--	(9,3)	(0,94)	--	(8,9)	(0,82)	--	(9,1)	(0,77)
Ativos líquidos	1.000,2	28,3	2,84	1.081,3	35,9	3,32	1.173,9	24	2,05
Patrimônio líquido	990,5	28,3	2,86	1.068,9	35,9	3,36	1.157,3	24	2,08

1 A rentabilidade é apurada com base nas receitas/despesas reais ao final do ano, divididas pelo saldo médio de cada categoria de ativos e passivos financeiros. Tais médias são apuradas somando o saldo inicial do ano anterior com o saldo final do ano corrente e dividindo por 2, de forma que podem ser diferentes da média real.

Os principais indicadores financeiros são consistentes com os de uma instituição em crescimento; tendo registrado por 10 anos consecutivos aumento de dois dígitos no crescimento da carteira de empréstimos a receber e atingindo 21% em 2021.

Conforme mostra a Tabela 3, os ativos financeiros médios em 2021 atingem o montante de USD 1,921 bilhão, o que representa crescimento de USD 423 milhões em relação ao total alcançado em 2020, de USD 1,498 bilhão, equivalente a 28% de aumento, como em 2020.

O aumento nos ativos financeiros médios é o resultado de: (i) aumento líquido de USD 268 milhões no saldo de empréstimos a receber (2020 – USD 315 milhões), como resultado de desembolsos excedentes (USD 345 milhões) sobre amortizações do principal (USD 77 milhões), e (b) aumento de ativos líquidos de investimento de USD 194 milhões, provenientes principalmente de recursos captados durante o exercício e integralizações de capital em dinheiro pelos países membros.

Conforme indicado nos parágrafos anteriores, a despesa administrativa teve redução de 5% em sua incidência sobre o ativo financeiro líquido médio, em relação ao ano de 2020. O retorno sobre o patrimônio apresenta redução de 128 pontos base em relação ao exercício de 2020, fruto da redução da taxa referencial dos empréstimos, que atingiu o seu ponto mais baixo em 2021.

2.2.1 Utilização do Capital e Capacidade de Empréstimo

Conforme explicado em 1. “Modelo de Negócios”, o Banco determina sua capacidade de endividamento e empréstimo com base em multiplicador sobre o valor de seu patrimônio. Assim, a capacidade máxima de empréstimo é equivalente a 3 vezes o patrimônio. A exposição máxima da carteira de empréstimos por país não pode exceder 25% da capacidade de empréstimo e a carteira de créditos a receber por país não pode exceder 30% dos ativos totais.

Por seu turno, a capacidade de empréstimo utilizada é expressa como a soma do saldo dos empréstimos a serem desembolsados e a receber e o saldo dos empréstimos aprovados ainda não vigentes. A capacidade restante de empréstimo decorre da diferença entre a capacidade máxima de empréstimo e a utilizada (ver Tabela 4).

Portanto, o crescimento do patrimônio é determinante da capacidade de empréstimo e de endividamento. Conforme explicado em mais detalhes nas seções 2.1.1. “Estrutura do Capital e Capacidade de Empréstimo” e 2.1.2. “Composição Patrimonial”, a capacidade de empréstimo cresce como resultado da integralização do capital a pagar em dinheiro recebida dos países membros e da acumulação de renda líquida. Em suma, o patrimônio líquido resulta do excesso do ativo total sobre o passivo.

A Tabela 4, abaixo, mostra detalhe da capacidade máxima de empréstimo utilizada e restante em 31 de dezembro de 2021 e sua evolução durante o período 2019-2021. Como se pode observar, a capacidade de empréstimo restante é de USD 704 milhões, o que permitirá manter as aprovações de empréstimos nos próximos anos, depois de considerar o resultado líquido projetado, as amortizações de principal esperadas, bem como a integralização de cotas de capital em dinheiro.

1 Retorno sobre o patrimônio: razão entre a receita líquida do exercício e o patrimônio médio.

IV
RESULTADOS
DA GESTÃO NO
EXERCÍCIO DE 2021

TABELA 4 - CAPACIDADE DE EMPRÉSTIMO E SUFICIÊNCIA DE CAPITAL
(em milhões de dólares estadunidenses e %)

ITEM	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2019	2020	2021
Ativos líquidos	1.028,1	1.109,6	1.205
Capacidade máxima de empréstimo	3.084,4	3.328,8	3,615
Variação anual da carteira de créditos a receber	17,2%	33,6%	21,4%
Carteira de empréstimos a desembolsar	974,7	892,5	701
Carteira de créditos a receber	936,5	1.251,5	1.519,6
Contratos de empréstimo não vigentes	290,2	477,1	690
Capacidade de empréstimo utilizada	2.201,4	2.621,1	2.910,6
Capacidade de empréstimo remanescente	883,1	707,7	704,4
Percentagem de capacidade de empréstimo utilizada	71,4%	78,7%	80,5%
Cobertura patrimonial s/carteira bruta de créditos	109,8%	88,7%	79,2%
Exposição do patrimônio (%)¹	79,3%	65,6%	56,3%
Exposição da carteira ajustada pelo risco (em %)²	99,3%	80,2%	57,7%
Limite mínimo de suficiência de capital (em %)³	35%	35%	35%

1 (Patrimônio líquido + provisão para créditos de liquidação duvidosa - Imobilizado) / Ativo financeiro.
2 (Patrimônio líquido + provisão para créditos de liquidação duvidosa - Imobilizado) / Ativo financeiro ajustado por risco.
3 Percentual mínimo de capital necessário para cobrir empréstimos a receber.

CEm consonância com a estrutura de capital do Banco, o crescimento da carteira de crédito ocorre pelo excesso de desembolsos sobre recebimentos de amortizações de principal. Esse crescimento exige o financiamento de parte dos desembolsos por meio da captação de dívida de terceiros.

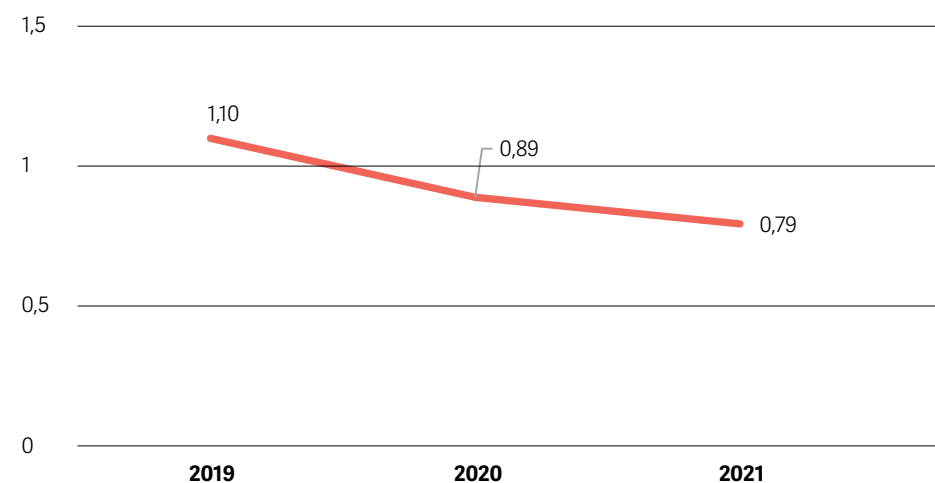
Neste sentido, desde 2016 a instituição tem captado recursos para financiar desembolsos em empréstimos, o que, naturalmente, resulta na redução gradativa da percentagem de cobertura patrimonial. Essa redução foi considerada no planejamento financeiro e responde à filosofia de gestão prudencial, focada nos resultados e baseada em robusto modelo de controle e gestão integral de riscos.

O coeficiente de cobertura dos empréstimos indica o número de vezes que o patrimônio líquido contém o saldo dos empréstimos a receber ou da carteira de empréstimos. Conforme ilustrado no gráfico 2, esse coeficiente tem tendência gradualmente decrescente, pois parte do crescimento da carteira de empréstimos deve ser financiada com recursos de terceiros. Esse coeficiente passou de 1,10 vezes, em 2019, para 1,89, em 2020, e para 0,79, ao final de 2021.

O gráfico 2 mostra o espaço de alavancagem disponível como resultado da sólida posição financeira mantida pelo Banco.

Os indicadores financeiros alcançados e apresentados neste Relatório Anual reafirmam a solidez patrimonial e financeira do Banco, a qualidade e maturidade de sua governança e gestão prudencial, bem como a validade de suas políticas operacionais e financeiras.

GRÁFICO 2 – ÍNDICE DE COBERTURA DOS EMPRÉSTIMOS



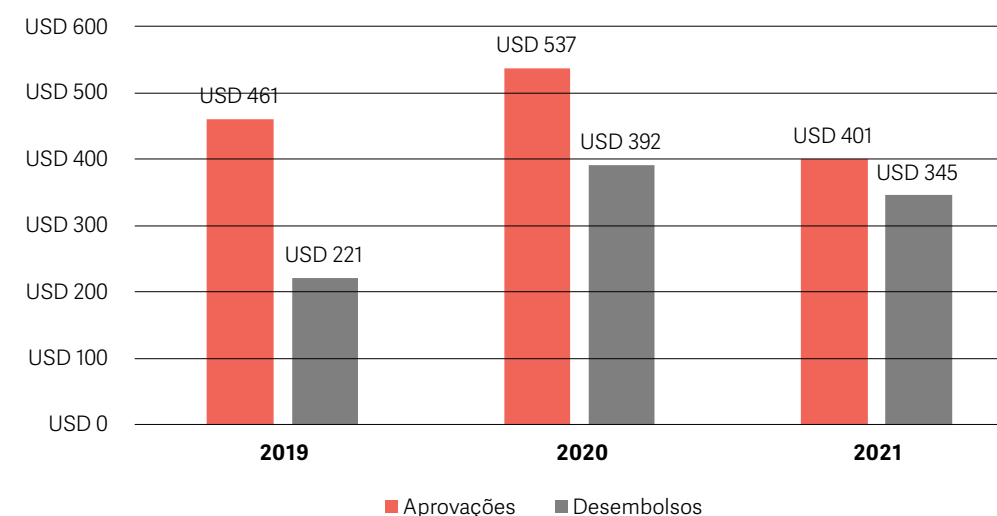
2.2.2 Evolução dos Empréstimos

O Gráfico 3 – “Valor de Aprovações e Desembolsos de Empréstimos”, mostra as aprovações de novos financiamentos, no valor de USD 401 milhões, incluindo USD 42 milhões em novo financiamento sem garantia soberana para a *Corporación Vial del Uruguay* (CVU), e a expansão da linha de crédito que foi aprovado para o Banco de Minas Gerais, em 2020, passando de USD 36 milhões para USD 42 milhões. Por outro lado, os desembolsos de empréstimos totalizaram USD 345 milhões. Estes valores são inferiores aos registrados em 2020, principalmente como consequência das dificuldades resultantes da pandemia de COVID-19 na tramitação das licitações com o consequente impacto nos atrasos nos processos de adjudicação e contratação de obras, que acarretou a redução do valor dos desembolsos exigidos pelos projetos. Essa situação é temporária e será corrigida gradualmente à medida que os efeitos da pandemia se dissiparem.

Vale destacar que, apesar dos efeitos temporários causados pela pandemia de COVID-19 no montante de empréstimos e desembolsos aprovados, a carteira de crédito cresceu 21% em 2021, valor ligeiramente superior ao crescimento médio observado nos últimos anos, de 20% anual.

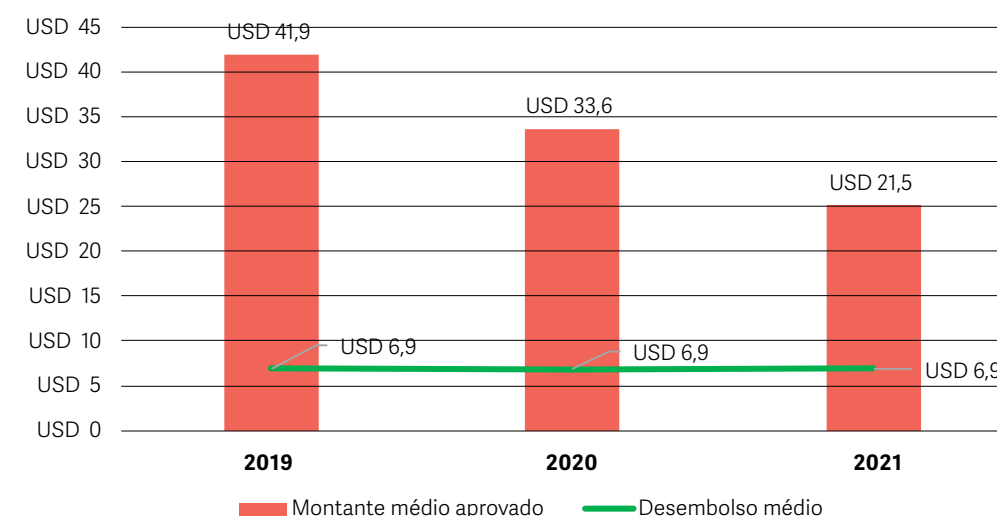
O crescimento constante da carteira de empréstimos está diretamente alinhado com o mandato recebido da Assembleia de Governadores no momento do 2º aumento de capital, de aumentar de forma progressiva a capacidade de empréstimo e estreitar o diálogo com os países membros para antecipar suas necessidades de financiamento em matéria de integração e desenvolvimento.

GRÁFICO 3 - MONTANTE DAS APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS DE EMPRÉSTIMOS ¹
(em milhões de dólares estadunidenses)



¹ Desembolsos antes dos retornos de USD 6,7 milhões em 2019.

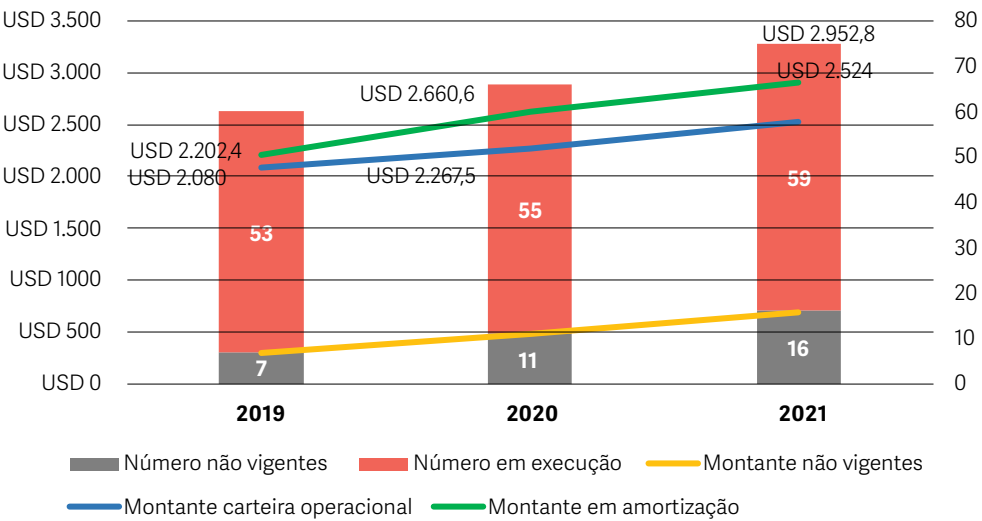
GRÁFICO 4 – MONTANTE MÉDIO DOS EMPRÉSTIMOS APROVADOS E DOS DESEMBOLSOS
(em milhões de dólares estadunidenses)



O tamanho médio dos empréstimos individuais é de USD 25 milhões, o que representa uma redução de USD 8,5 milhões em relação a 2020.

Por sua vez, o número total de projetos da carteira, que consiste em financiamentos na fase de pagamento, financiamentos na fase de desembolso e financiamentos aprovados que não entraram na fase de desembolso, passou de 60 operações, em 2019, para 66, em 2020, chegando a 75, em 2021, incluindo 16 operações não vigentes e antes de considerar 21 operações em etapa de amortização (2020 – 18 operações), para aumento de 9 operações, equivalente a 14% (ver Gráfico 5).

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DA CARTEIRA
Em número de projetos



2.2.3 Carteira de crédito por país

O Banco busca alcançar uma distribuição equilibrada ao longo do tempo entre seus países membros, tanto no nível de aprovações quanto no valor acumulado dos empréstimos a receber.

A Tabela 5 mostra a participação relativa de cada país no saldo da carteira de crédito a receber no final de cada período entre 2019 e 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição por país da carteira está dentro dos limites prudenciais estabelecidos na política.

TABELA 5 - SALDO DE EMPRÉSTIMOS A RECEBER POR PAÍS

PAÍS	2019	2020	2021
Argentina	25%	26%	27%
Bolívia	30%	27%	22%
Brasil	8%	11%	12%
Paraguai	16%	17%	21%
Uruguai	21%	19%	18%
Total	100%	100%	100%

Apurado com base nos saldos a receber em empréstimos no final do exercício

2.2.4 Desempenho dos saldos de empréstimos a receber e dos empréstimos aprovados

Em 31 de dezembro de 2021, a carteira de empréstimos aprovados e em fase de execução, incluindo as operações aprovadas em 2021 e ainda pendentes de assinatura de contrato ou ratificação parlamentar, totaliza USD 2,953 bilhões, representando aumento de USD 292 milhões, equivalente a 11%, em relação aos USD 2,662 bilhões alcançados em 2020 (ver Tabela 4).

O crescimento observado de forma sustentada na carteira de créditos desde 2013 é reflexo do trabalho árduo realizado e do compromisso de apoiar os países membros a aproximar o desenvolvimento das pessoas, realçando assim a relevância e o impacto do Banco como parceiro confiável para apoiar, promover e aprofundar o desenvolvimento e a integração regional.

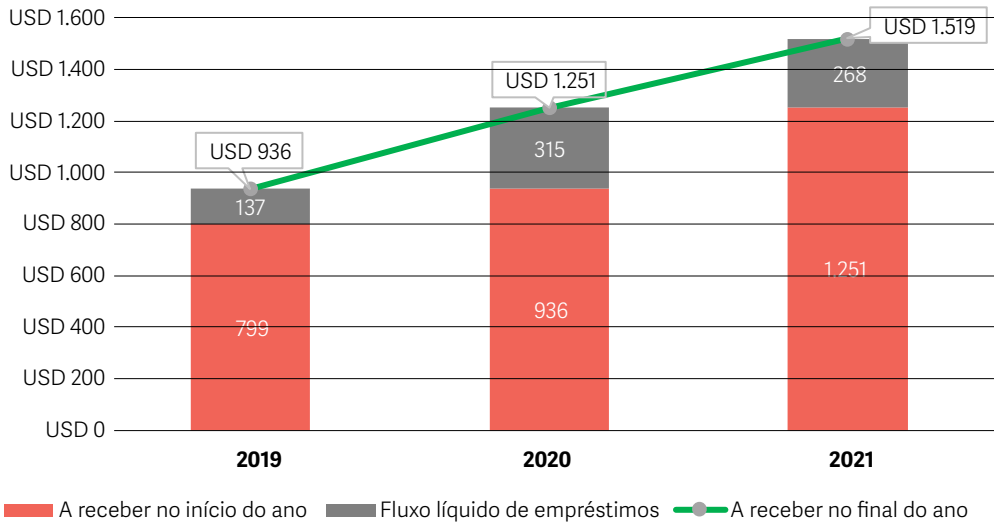
A carteira de crédito a receber apresentou crescimento líquido de USD 268 milhões, equivalente a 21%, e resulta de desembolsos de USD 345 milhões, líquidos de amortizações de principal, de USD 77 milhões. O valor da carteira de crédito a receber, antes de deduzir o valor das comissões administrativas e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ascende a USD 1,520 milhão (ver Gráfico 6).

Esse crescimento líquido é 15% inferior ao alcançado em 2020. Essa redução, em relação à curva de crescimento experimentada nos últimos dois anos é temporária, e é resultado de atrasos nos processos licitatórios e justificativa de desembolsos em projetos financiados, causados pela COVID-19.

O saldo dos empréstimos a desembolsar em 2021 ascende a USD 701 milhões, o que representa redução equivalente a 22%, em relação ao saldo a desembolsar de USD 893 milhões, em 2020. Essa redução reflete positivamente no esforço realizado pelo Banco, junto com os órgãos executores dos projetos financiados, para agilizar o processo de desembolso, apesar das dificuldades enfrentadas pela pandemia de COVID-19.

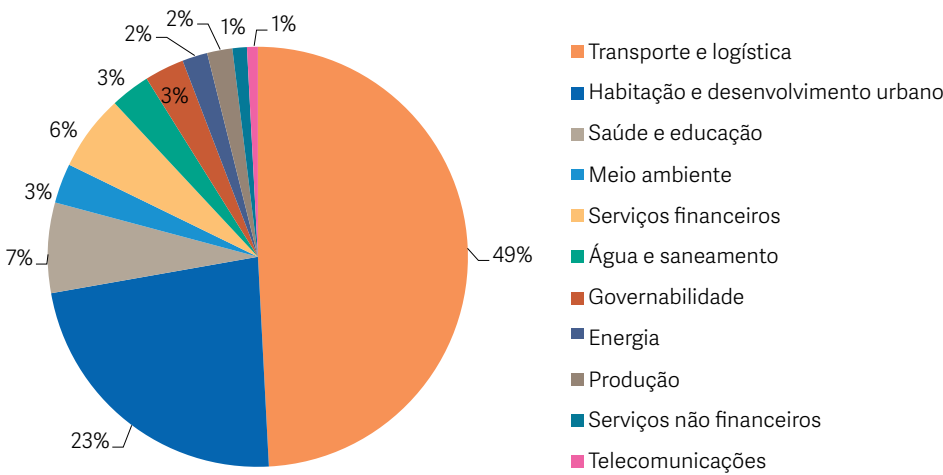
Por seu turno, o saldo dos empréstimos aprovados pendentes de assinatura ou ratificação parlamentar foi de USD 690 milhões, o que representa um acréscimo de USD 213 milhões, equivalente a 45%, em relação aos USD 477 milhões em 31 de dezembro de 2020.

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS
(em milhões de dólares estadunidenses)



No que diz respeito à classificação setorial dos empréstimos (ver Gráfico 7), o setor de infraestrutura constitui o destino predominante dos financiamentos concedidos até o momento, principalmente no subsetor de transporte e logística, que representa 49% do total de financiamento concedido. Assim como em 2020, esse percentual mostra redução de 9% a favor de financiamento de outros subsetores, como resultado do foco em alcançar maior grau de diversificação no tipo de projetos a serem financiados.

GRÁFICO 7 - DESTINO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR SUBSETOR - ANO 2021
Em percentagens



Se deslocarmos o foco para o financiamento de projetos com impacto em mais de um país e com ênfase no desenvolvimento em regiões fronteiriças, eles representam um terço do total de aprovações.

O exercício de programação de operações conjuntas, iniciado em estreita coordenação com os países membros, determina o foco do financiamento concedido. (ver Tabela 6)..

TABELA 6 - DESTINO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS POR SETOR
Em percentagens

SETOR	2019	2020	2021
Infraestrutura	82%	74%	75%
Desenvolvimento socioambiental	11%	16%	13%
Desenvolvimento econômico e produtivo	7%	10%	12%

2.3 COERÊNCIA COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ESTABELECIDOS

2.3.1 Cumprimento dos objetivos estratégicos da Visão

A tabela a seguir contém um resumo do cumprimento das metas alcançadas em 2021. Essas metas são consistentes com os objetivos e diretrizes contidos no PEI 2018-2022, visando a consolidação do FONPLATA como banco regional de desenvolvimento.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	LINHA DE AÇÃO
Garantir a relevância do FONPLATA como entidade de financiamento para a integração e o desenvolvimento regional.	Aumentar continuamente a capacidade de empréstimo com condições financeiras convenientes.
	→ Em 17 de setembro de 2021, a Assembleia de Governadores aprovou por unanimidade a atualização do PEI para o período 2022-2026, que foi apresentada pela Administração. Esta atualização contém três objetivos estratégicos para consolidar o FONPLATA como banco multilateral: Confiabilidade, Proatividade e Flexibilidade, para responder com rapidez, eficácia e eficiência às necessidades de seus países membros.
	→ Juntamente com os três objetivos mencionados, o PEI contém 10 linhas de ação que começarão a ser implementadas a partir da gestão de 2022.
	→ O PEI ratifica o compromisso dos países membros de considerar um aumento do capital autorizado que possibilite o processo de admissão de novos membros, bem como o fortalecimento do capital nos próximos anos.
	Aumentar o valor para os países, garantindo o fluxo positivo de recursos e otimizando o valor patrimonial.
	→ Trabalhando em estreita coordenação com os órgãos de ligação dos países membros, foram identificadas mais de 24 operações e aprovados financiamentos de USD 353 milhões, incluindo USD 48 milhões correspondentes a linhas de crédito com garantias não soberanas. Além disso, foram desembolsados USD 345 milhões. Esses números demonstram o compromisso de apoiar o processo de recuperação pós-pandemia, garantindo fluxos positivos de fundos de empréstimos para todos os países membros.
	→ Tem-se, pois, que para cada dólar de capital integralizado em dinheiro foram aprovados, em média, financiamentos de USD 5,6 (de USD 8, no caso dos três países de menor participação no capital, e de USD 4,3, para os dois de maior participação acionária).

OBJETIVO ESTRATÉGICO	LINHA DE AÇÃO
	Sustentar e fortalecer a classificação de risco de crédito.
	→ Na avaliação de risco de crédito realizada pela Standard & Poor's, em setembro de 2021, o FONPLATA conseguiu melhorar o rating obtido em setembro de 2016, de "A-" para "A". Por sua vez, a Moody's manteve o rating em "A2", com perspectiva estável.
	→ O financiamento da liquidez necessária aos desembolsos foi satisfeito através da emissão, em março de 2021, de títulos no mercado de capitais suíço. Este segundo título permitiu captar USD 222 milhões com prazo de 5 anos e meio e taxa competitiva, confirmando o reconhecimento e a credibilidade do FONPLATA como Banco Multilateral de Desenvolvimento. Da mesma forma, em 2021 foram captados recursos para financiamento através de outros bancos e agências multilaterais e bancos privados, a fim de ampliar as fontes de financiamento.
	Propiciar a expansão da capacidade de empréstimo com a possível participação de outros países e órgãos de integração regional.
	→ Em 19 de setembro de 2021, a Assembleia de Governadores aprovou as alterações nos regulamentos para a admissão de novos membros, destacando a incorporação de novos membros como prioridade. Também ratificou seu apoio às providências que estão sendo tomadas pela Presidência Executiva para identificar e atrair novos membros. Ademais, instou-se a Administração a fortalecer seu relacionamento com o MERCOSUL e outras instituições multilaterais, em busca de novas alternativas que não exijam compromissos adicionais dos países membros.
	→ A Presidência Executiva retomou o diálogo com a Colômbia, que já avançava com indicações favoráveis. Além disso, e conforme indicado no PEI 2022-2026, em 2022 serão apresentados cenários de aumento de capital autorizado com subscrição e integralização diferidas para os países membros.

Assumir compromisso firme com a adaptação à mudança do clima e com o uso sustentável dos recursos naturais.

- Além disso, no âmbito do financiamento de projetos com garantias soberanas, continuaremos a trabalhar junto com outros bancos e agências multilaterais no financiamento de projetos sob a linha de financiamento “verde”, em condições preferenciais para projetos que melhorem as condições de vida, mudança climática, energia sustentável e melhorias ambientais.
- A Sustainalytics (empresa que avalia a sustentabilidade das empresas listadas com base em seu desempenho ambiental, social e de governança corporativa) acredita que o Quadro de Dívida Sustentável do FONPLATA “é confiável, tem um impacto positivo e é consistente com as Diretrizes para os Títulos de Sustentabilidade 2021, os Princípios de Títulos Verdes de 2021, os Princípios de Títulos Sociais de 2021, os Princípios de Empréstimos Verdes de 2021 e os Princípios de Empréstimos Sociais de 2021.”

OBJETIVO ESTRATÉGICO	LINHA DE AÇÃO
Adaptar a estrutura organizacional, mantendo a agilidade e o baixo custo das transações.	Adequar a estrutura organizacional em vigor ao aumento das operações. → Em 2021, o custo com pessoal manteve-se abaixo do nível autorizado de 80 cargos, mantendo 9 cargos vagos. Isso resultou em economias orçamentárias de aproximadamente USD 1 milhão em custos com pessoal. → Além disso, a ampla utilização das plataformas de comunicação digital utilizadas pelo Banco e as restrições às viagens aéreas resultaram em economia de aproximadamente USD 450 mil. → Note-se que essas economias foram alcançadas sem afetar negativamente o diálogo com os países nem a produtividade do Banco. De igual modo, o nível de poupança orçamentária alcançado permitiu mitigar parcialmente o impacto negativo da redução da arrecadação dos empréstimos em consequência da queda da taxa Libor.
	Ser reconhecida como entidade financeira moderna, inovadora, ágil, eficaz e eficiente. → Durante o ano de 2021, o Departamento de Desenvolvimento Estratégico continuou a produzir a análise da evolução da economia global e seu impacto nas economias dos países membros, divulgando a informação através do Monitor Econômico, publicado no site do FONPLATA. → Em 2021, foi concluída a implementação da primeira fase do processo de integração dos sistemas financeiros do Banco. A segunda fase está começando e inclui o redesenho do módulo de crédito para adaptá-lo à substituição da taxa Libor pela taxa SOFR, bem como a incorporação de funcionalidades adicionais aos módulos de investimento e empréstimo. Esses investimentos fazem parte do orçamento de investimento de capital.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	LINHA DE AÇÃO
Aumentar o diálogo com os países membros para antecipar suas necessidades de financiamento em matéria de integração e desenvolvimento.	Implementar novos produtos financeiros. → Com base na aprovação das linhas de financiamento verde e de recuperação econômica, 24 projetos foram identificados e incorporados, no valor de USD 690 milhões, em novas operações. Os projetos incluídos no inventário de projetos são aqueles que serão considerados para financiamento entre 2022 e 2023. Esses projetos contemplam os efeitos das mudanças climáticas e, em alguns casos, podem incorporar o uso de moeda local. → O PEI 2022–2026 prevê, entre outras ações inovadoras, a extensão do financiamento sem garantia soberana às empresas estatais de capital majoritário, ampliação do financiamento promovendo programas que contemplem o emprego com ênfase em mulheres e jovens e o financiamento de projetos que contribuam para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. → Em 2021, o Banco aprovou financiamento para 5 projetos em municípios, e aumentou o valor aprovado em linha não soberana no Brasil. Da mesma forma, aprovou um novo financiamento não soberano no Uruguai. .
	Expandir a oferta adequada de serviços não financeiros. → Como nos exercícios anteriores, e alavancando os recursos da cooperação técnica, serão realizados estudos e atividades de interesse nas áreas de integração regional e de apoio à busca de respostas adequadas para apoiar os países no enfrentamento dos desafios do financiamento da infraestrutura básica. → Por meio da cooperação técnica não reembolsável, foi realizado o Estudo de Infraestrutura, Logística e Custos de Acesso a Mercados para Melhor Aproveitamento da Hidrovia Paraguai-Paraná, publicado em 2021. → Esses estudos e atividades serão realizados com recursos de cooperação técnica, portanto, o efeito no orçamento das despesas administrativas é representado pela utilização de pessoal e despesas operacionais incorridas no desenvolvimento dessas atividades.
	Propiciar a descentralização eficiente de operações na sub-região. → Desde a abertura do escritório de ligação no Brasil, o FONPLATA consegue estar presente nos 5 países membros, dotando-os de tecnologia e recursos humanos. Isso permite uma melhor identificação das operações nos países.

2.3.2 Consistência com a Missão

Consistente com seus objetivos estratégicos, desde 2013 e até hoje, o Banco tem focado suas ações na promoção de projetos que, por sua natureza, fomentam a integração geográfica e contribuem seja para a redução de custos ou para o aumento dos benefícios entre dois ou mais países membros.

Nestes financiamentos, a ênfase institucional é colocada na contribuição para diminuir as assimetrias originadas em fraquezas que têm impacto negativo na coordenação, logística, inclusão ou acesso às economias regional e global.

A Tabela 7, abaixo, mostra o número percentual de operações de financiamento e o valor agregado dos empréstimos com impacto em mais de um país membro, bem como aqueles que focalizam áreas de fronteira.

TABELA 7 – CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INTEGRAÇÃO GEOGRÁFICA EM REGIÕES FRONTEIRIÇAS¹		
INDICADOR		2016-2021²
Impacto esperado em mais de um país (%) ³	No de empréstimos aprovados	41%
	Em milhares de dólares	49%
Foco em áreas geográficas de regiões fronteiriças (%)⁴	No de empréstimos aprovados	49%
	Em milhares de dólares	53%
¹ Com base nas informações do desenho das operações ² Média ponderada ³ Empréstimos aprovados com impacto em mais de um país membro/Total de empréstimos aprovados ⁴ Empréstimos aprovados com impacto no desenvolvimento de regiões fronteiriças/Total de empréstimos aprovados		

Com base no número de projetos aprovados, destaca-se que 41% beneficiam mais de um país membro (49% em valor) e 49% beneficiam áreas geográficas fronteiriças da região (53% em valor).

O nicho estratégico focado pelo Banco corresponde a projetos de pequeno a médio porte que são complementares ao financiamento de outras instituições multilaterais ou regionais de desenvolvimento, priorizando projetos em áreas fronteiriças e com impacto em mais de um país membro, para promover desenvolvimento regional e melhorar a inserção das economias regionais na economia global.

Com esse foco, o Banco procura complementar o financiamento dos países e de outras agências para o desenvolvimento, agregando valor por meio de suas intervenções. A Tabela 8 abaixo mostra, em percentuais, o número de empréstimos que agregam valor aos países membros complementando o cofinanciamento de outras Organizações Multilaterais de Desenvolvimento (OMD), bem como seu valor, em relação ao total de empréstimos financiados pelo Banco, e seu valor agregado.

TABELA 8 – COMPLEMENTARIDADE ESTRATÉGICA		
Assim como na Tabela 7, o número de empréstimos aprovados e seu valor agregado são apresentados abaixo em percentuais relativos para as operações de financiamento que contribuíram para complementar os recursos fornecidos por outras OMD.		
INDICADOR		2016-2021¹
Participação junto com outros OMD	Nº de empréstimos aprovados	42%
	Em milhares de dólares	47%
Complementaridade com planos nacionais de investimento	Nº de empréstimos aprovados	86%
	Em milhares de dólares	89%
Ajuda para adiantar a decisão de investimento dos países	Nº de empréstimos aprovados	39%
	Em milhares de dólares	41%
Total de empréstimos aprovados	No de empréstimos aprovados	77
	Em milhões de dólares	USD 2.467

1Média ponderada

Em valores acumulados de aprovação de projetos de 2016 até hoje, a participação dos financiamentos outorgados pelo Banco em áreas beneficiadas pelo financiamento de outros órgãos multilaterais de desenvolvimento atingiu 47%. Durante este período, quase todas as operações das quais o Banco participou eram consideradas prioritárias nos planos nacionais de investimento público dos países membros. Além disso, 41% do montante dos recursos aprovados nesse período corresponde a iniciativas que possibilitaram adiantar no tempo a decisão de investimento dos tomadores de recursos, acelerando a oportunidade da materialização dos benefícios a serem atingidos.

2.4 EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Antecipando mudanças na economia global, indicativas de redução nas taxas de crescimento das principais economias mundiais e indicações do efeito sobre as economias de nossos países membros, em meados de 2019, a Administração revisou as premissas levadas em consideração na oportunidade de formular suas projeções financeiras, ajustando assim o orçamento para o período 2020-2022, para assegurar seu nível de competitividade e capacidade de resposta em 2020 e 2021, adaptando-se às mudanças da economia global que afetam a taxa de crescimento das economias da região.

Com base na experiência acumulada ao longo de 2020, e na evolução dos mercados de capitais e tendências nas principais economias mundiais, o Documento de Programa e Orçamento (DPP) para o período 2021-2023 antecipou o efeito da redução das receitas de empréstimos decorrentes da redução gradual ao nível da taxa de juros Libor de 6 meses, que é a taxa de referência para empréstimos e endividamento, e desta forma ajustou a sua estrutura de despesas administrativas para tentar gerar economias que ajudem a amortecer essa redução, sem afectar a produtividade nem o custo de transação da entidade.

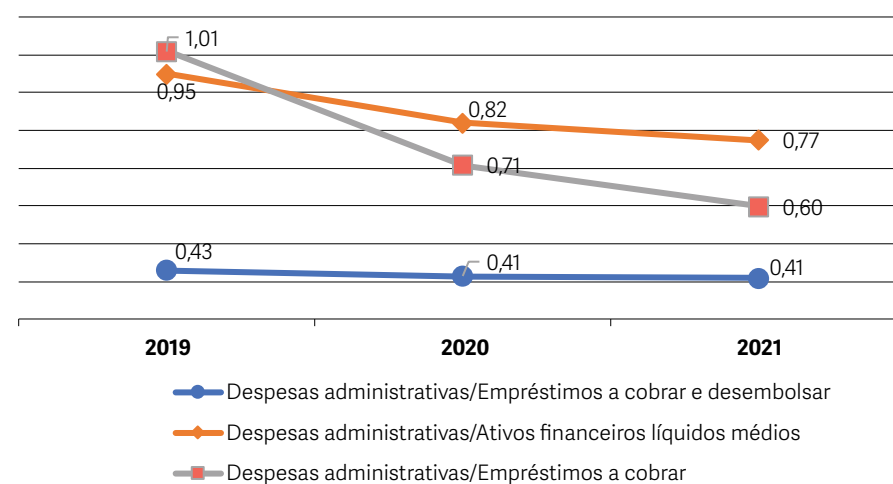
Nesse sentido, as medidas adotadas pela Administração, além de alcançar uma economia de 5% no custo transacional em 2021, reafirmando seu compromisso de operar com o menor custo transacional possível, assegurou pelo segundo ano consecutivo a manutenção do Banco em pleno funcionamento sem afetar sua agilidade e capacidade de resposta.

Conforme destacado nos parágrafos anteriores, em 2021, e embora o montante de novas aprovações e desembolsos tenha sido ligeiramente inferior ao registado em 2020, no segundo ano consecutivo da pandemia de COVID-19, o Banco continuou a aumentar a sua carteira de crédito em 21%, índice ligeiramente superior à média de crescimento sustentado desde 2013, de 20% anual. Além disso, em 2021, o Banco obteve recursos de terceiros, no valor recorde de USD 504 milhões, incluindo duas emissões de títulos no mercado de capitais suíço, o que permite continuar alavancando o crescimento da carteira de financiamento.

Como pode ser visualizado no Gráfico 8, abaixo, a eficiência operacional é medida relacionando as despesas administrativas incorridas no ano com:

1. Empréstimos a cobrar
2. Empréstimos a cobrar e ativos líquidos de endividamento
3. Empréstimos a cobrar e saldos a desembolsar

GRÁFICO 8 – EFICIÊNCIA OPERACIONAL



Dessa forma, a Administração calcula o custo relativo da transação para medir o grau de eficiência na gestão.

Conforme demonstrado no gráfico, a despesa administrativa, em comparação com os ativos financeiros médios, continuou a melhorar em benefício direto do custo de financiamento dos países membros com o Banco.

Outro indicador relevante é o coeficiente que relaciona as receitas de ativos financeiros com as despesas de endividamento e despesas não financeiras. Dessa perspectiva, o Banco encontra-se confortavelmente situado numa relação de 2,4 para 1, o que lhe confere posição de conforto financeiro que lhe permite fazer face a contingências, mantendo a tranquilidade no mercado de capitais..

2.5 SOLIDEZ DO PERFIL FINANCEIRO E PATRIMONIAL

Como corolário dos resultados alcançados, a Standard & Poor's, em sua revisão de setembro de 2021, elevou a classificação de risco de crédito de "A-" – que concedeu em 2016 – para "A". Por sua vez, a Moody's manteve o rating em "A2", com perspectiva estável.

Essa melhoria confirma objetivamente o trabalho que vem sendo feito desde 2013, a partir da implementação do novo modelo de gestão que foi aprovado pela Assembleia de Governadores em 2010. Esse modelo começou a ser implementado com a criação do cargo de Presidente Executivo em meados de 2012. A partir dessa data e até hoje, a carteira do Banco vem apresentando crescimento médio contínuo de 20% anual de forma sustentada.

O Banco possui perfil financeiro e de negócios robusto e gestão prudente e proativa que implementou um processo de planejamento estratégico e gestão por resultados, que conquistou a confiança de sua governança, bem como de financiadores e mercados de capitais, respaldando a classificação de risco de crédito como emissor, concedida pela Standard & Poor's e Moody's em 2016.

O Banco conta com governança robusta, que tem demonstrado seu apoio à gestão de forma contínua desde o final de 2012. O Banco possui processos de controle eficazes e eficientes, continuando a modernizar sua infraestrutura de sistemas de informação e comunicação, garantindo qualidade, validade, integridade e pontualidade em todos os seus processos financeiros e informações. Isso permitiu que obter opiniões limpas em suas demonstrações financeiras anuais de forma contínua desde 2012 de empresas reconhecidas internacionalmente de auditores independentes. As Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers, que emitiu seu relatório sem ratings, em 18 de fevereiro de 2022.

2.6 FINANCIAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS – LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO

Esta subseção inclui informações relevantes a respeito da administração do endividamento de longo prazo, bem como da liquidez e dos riscos que atingem sua gestão. Como explicado na seção 1 – “Modelo de Negócio”, e com base na composição de seu capital, parte dos desembolsos do financiamento concedido deve ser financiada com recursos de terceiros.

Da mesma forma que a capacidade de empréstimo, a capacidade máxima de endividamento é determinada multiplicando por 2 o total do patrimônio líquido mais os ativos líquidos de investimento. O gráfico 9, abaixo, mostra a evolução da capacidade máxima de endividamento, utilizada e disponível para o período 2019-2021.

Em outubro de 2021, a Diretoria Executiva aumentou o limite da dívida de USD 1,3 bilhão para USD 2,5 bilhões para cobrir as necessidades de financiamento projetadas até 2024.

2.6.1 Empréstimos e Alavancagem

Desde 2015, o FONPLATA estabelece alianças estratégicas com outros órgãos de cooperação internacional multilaterais e bilaterais para abrir várias linhas de crédito e, em março de 2019, conseguiu acessar diretamente o mercado de capitais, com base em sua excelente classificação de risco de crédito, alcançada em 2016.

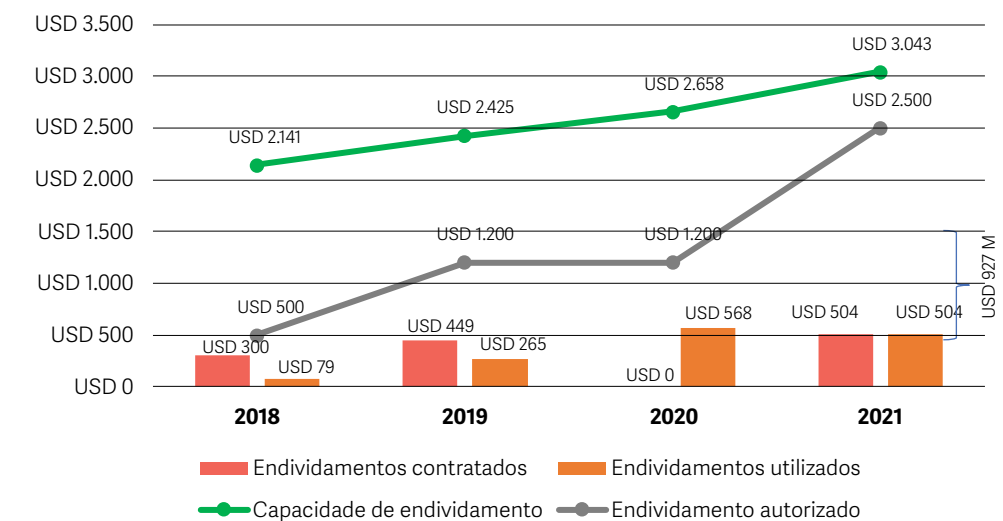
Conforme indicado na nota 8,5 – “Endividamento” das demonstrações financeiras, em 2021, o Banco arrecadou USD 504 milhões, 72% a mais do que o captado em 2020. Essa alavancagem do nível de endividamento consistia na captação de recursos das linhas de crédito existentes, no valor de USD 18 milhões, uma nova linha de crédito com uma instituição financeira privada global, no valor de USD 100 milhões, e duas emissões de títulos no mercado de capitais suíço, no valor total agregado de USD 386 milhões.

Consistente com sua política de gestão de ativos financeiros e passivos, os títulos FONPLATA26 e FONPLATA28, denominados em francos suíços, com taxa de juros fixa, foram trocados por títulos denominados em dólares estadunidenses com taxa de juros variável, com base na taxa Libor de 6 meses, que é a taxa de referência das operações de financiamento.

Ademais, em 2021, o Banco amortizou o saldo mantido em linhas de crédito e a cobrança de certificados de depósito junto aos bancos centrais dos países membros no valor total de USD 135 milhões, representando aumento líquido no saldo de endividamento contratado de USD 359 milhões.

O montante total de endividamento contratado a partir de 31 de dezembro de 2021, incluindo custos de cobrança não amortizados, é de USD 927 milhões. O perfil de vencimento das dívidas contratadas abrange vencimentos entre 2022 e 2042, o que deixa capacidade de empréstimo disponível de USD 1,573 bilhão em relação ao valor máximo de endividamento autorizado pela Diretoria Executiva em 2021 (Ver Gráfico 9).

GRÁFICO 9 - FINANCIAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS, LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO
(em milhões de dólares estadunidenses)



2.6.2 LIQUIDEZ

O principal objetivo dos investimentos é garantir nível suficiente de liquidez para atender os desembolsos de empréstimos atuais, o serviço e a amortização da dívida contratada e seus custos operacionais estimados por período de 12 meses a partir do final do exercício.

A cobertura de ativos líquidos com relação ao valor líquido de desembolsos e pagamentos a serem efetuados é equivalente a 1,5 e 1 ano, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021, a liquidez era de USD 633 milhões, dos quais USD 128 milhões correspondiam a caixa e equivalentes de caixa, USD 353 milhões, a carteiras de investimentos disponíveis para a venda, e USD 152 milhões, a investimentos a serem mantidos até o vencimento.

O total de ativos líquidos em 31 de dezembro de 2021 equivale a 52% dos ativos financeiros líquidos e a 53% do patrimônio (2020 – 39% e 40%, respectivamente). Esses índices revelam aumento maior do que o índice mantido em 2020, e é consistente com a política de liquidez do Banco, para responder à maior demanda por desembolsos em empréstimos contratados pelos países membros.

Com relação à gestão de investimentos e com base em sua política prudencial de gerenciamento de ativos e passivos financeiros, são estabelecidos limites de risco rigorosamente observados, garantindo que o risco médio da carteira de investimentos não seja menor que AA--.

A Tabela 9, abaixo, apresenta detalhe dos limites em vigor para a gestão de investimentos.

TABELA 9 - GESTÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

LIMITES	POLÍTICA	SITUAÇÃO
Por tipo de ativo		
Soberano, inclui agências quase e sub-soberanas	100%	62%
Organismos Multilaterais de Desenvolvimento	50%	25%
Setor financeiro privado ¹	20%	13%
Por emissor		
Soberano, inclui agências quase e sub-soberanas	10%	6,1%
Organismos Multilaterais de Desenvolvimento	10%	7,8%
Setor financeiro privado	5%	1,2%
Por Classificação		
Média de classificação da carteira	Mínimo AA--	AA
Classificação mínima de investimento	BBB-	BBB
Máximo de investimentos com BBB	20%	0,4%
Por prazo		
Liquidez mínima	USD 391,7 millones	USD 620,7 millones
Investimentos com vencimento máximo	5 años	4 años
Duração máxima modificada	2 años	0,7 años

1 Inclui dinheiro

2.7 EFICÁCIA INSTITUCIONAL

Entre 2013 e 2021, a Instituição atingiu e cumpriu em muitos aspectos relevantes os compromissos estratégicos previstos no PEI 2018-2022. Como corolário dos objetivos alcançados, e considerando como base o ano de 2012, a capacidade de empréstimo média anual aumentou mais de 10 vezes, e a carteira de empréstimos aumentou mais de 8 vezes, em ritmo superior à média anual de 20%. O capital autorizado aumentou pouco mais de 6 vezes, de USD 489 milhões para USD 3,014 bilhões, e as notas de classificação de risco – A- com perspectiva estável e A2 com perspectiva estável – de duas das agências internacionais de classificação de risco de mais prestígio foram mantidas, apesar da pandemia.

Os avanços na especialização funcional possibilitaram a transformação efetiva do FONPLATA, inicialmente concebido como fundo para apoiar a integração regional, em Banco multilateral para o desenvolvimento e a integração de seus países membros.

Assim, a instituição iniciou seu papel como Banco Multilateral de Desenvolvimento, especializado no financiamento de projetos de infraestrutura sustentáveis voltados para o fortalecimento da integração regional em seus três sentidos: físico, socioeconômico e de preservação das condições de vida das futuras gerações. Todo um leque de projetos teve impacto em várias regiões geográficas dos países membros, privilegiando as intervenções em áreas de fronteira.

As ações do Banco promoveram aproximação com os países. Isso torna-se visível na rápida capacidade de resposta e nos menores custos das transações. A instituição configurou sua estrutura organizacional promovendo a profissionalização na gestão de seus recursos financeiros e de seu capital humano. O perfil adotado caracteriza-se pela gestão prudencial baseada em resultados e pela administração proativa dos riscos, assegurando adequado cumprimento de suas políticas e dos limites de risco estabelecidos.

A criação de valor para os países baseia-se em assegurar fluxos financeiros líquidos positivos para todos os países nas menores taxas de juros possíveis..

2.8 GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONFORMIDADE

Em 2021, foi realizado processo de autoavaliação com foco na identificação dos principais riscos que afetam a operação, incluindo o risco de cumprimento da prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo. Em relação a este último, o processo confirmou novamente que o nível de risco para a instituição é baixo. Como resultado, foram feitas melhorias no Manual de Prevenção da Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo do FONPLATA. Entre as modificações introduzidas estão:

- A. Proibição expressa de operar com “bancos de fachada” e bancos sem licença.
- B. Melhorias na confidencialidade quanto ao manuseio interno de transações suspeitas.
- C. Melhorias nas informações a serem enviadas por entidades executoras que solicitam pagamentos diretos.

2.9 CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO DA SUB-REGIÃO

O crescimento do volume de empréstimos aprovados é um dos indicadores relevantes utilizados pelo Banco para medir sua contribuição ao desenvolvimento e integração regional e global de seus países membros. Em 2021, o montante de empréstimos aprovados cresceu 21% em relação ao ano anterior, equivalente a mais de 8,5 vezes o volume acumulado até 2012.

A taxa de alavancagem dos recursos mobilizados tem subido progressivamente, atingindo USD 2,1 por dólar de financiamento aprovado em 2021 (ver Tabela 10). Essa alavancagem possibilitou, em 2021, fluxos de empréstimos líquidos positivos para todos os países, que em valor agregado equivalem a 3,9 vezes o montante de amortizações de principais, juros e comissões.

Os fluxos líquidos de capital e as transferências líquidas aos países têm sido positivos e crescentes nos últimos anos.

TABELA 10 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
(em milhões de dólares estadunidenses)

INDICADOR	2019	2020	2021
Variação anual carteira de empréstimos	17,20%	33,60%	21,4%
Coeficiente de mobilização direta de recursos ¹	2,1	2,1	2,1
Fluxo líquido de capital para os países ²	USD 1371	USD 315	USD 268
Transferências líquidas para os países ³	USD 91,4	USD 270	USD 227
Financiamento para países de menor desenvolvimento relativo/Total de aprovações ⁴	53%	44%	44%
Financiamento preferencial para países de menor desenvolvimento relativo ⁵	33%	33%	33%

1 Recursos totais mobilizados sobre recursos fornecidos pelo Banco
2 Desembolsos líquidos de cobranças de amortizações do principal
3 Desembolsos líquidos de cobranças de amortizações do principal e cobranças de juros e comissões
4 Desde a aprovação do financiamento da Linha Verde e da linha de financiamento para recuperação econômica, todos os financiamentos que possuem esses componentes se qualificam para o FOCOM/número de projetos beneficiados
5 Montante de empréstimos financiados pelo FOCOM/Montante total de empréstimos aprovados



ANEXO I

Informações históricas das operações
aprovadas - Risco soberano

ANEXO I – INFORMAÇÕES HISTÓRICAS DAS OPERAÇÕES APROVADAS - RISCO SOBERANO

Em dólares estadunidenses, em 31 de dezembro de 2021

PAÍS	APROVADO	NÃO VIGENTE	CANCELADO	DESEMBOLSADO	A DESEMBOLSAR
Argentina	1.182,8	65,3	168,4	635,9	313,2
Até 2011	273		61	212	-
2012 -2021	909,8	65,3	107,4	423,9	313,2
Brasil	785	206,5	125,3	316,6	136,6
Até 2011	226,9		20,1	206,8	-
2012 -2021	558,1	206,5	105,2	109,8	136,6
Bolívia	757,2	100	2,5	583,4	71,3
Até 2011	220,6		1,9	218,7	-
2012 -2021	536,6	100	0,6	364,7	71,3
Paraguai	897,8	276,3	29,3	446,1	146,1
Até 2011	267,9		29,2	238,7	-
2012 -2021	629,9	276,3	0,1	207,4	146,1
Uruguai	508,4	-	67,1	413,6	27,7
Até 2011	86,2		21	65,2	-
2012 -2021	422,2		46,1	348,4	27,7
TOTAL	4.131,2	648,1	392,6	2.395,6	694,9

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em dólares estadunidenses, em 31 de dezembro de 2021

PAÍS/INSTITUCIONAL	APROVADO	A DESEMBOLSAR	CANCELADO
Argentina	2.083,9	72	-
Até 2011	1.040,5	-	-
2012-2021	1.043,4	72	-
Bolívia	1.855,1	-	237,2
Até 2011	1.131,5	-	201,9
2012-2021	723,6	-	35,3
Brasil	450	-	-
Até 2011	-	-	-
2012-2021	450	-	-
Paraguai	2.720,7	32,9	78,1
Até 2011	1.811,7	-	53,1
2012-2021	909	32,9	25
Uruguai	978,6	85,9	-
Até 2011	488,6	-	-
2012-2021	490	85,9	-
Institucional	4.327,2	275,2	79
Até 2011	2.619,3	-	-
2012-2021	1.707,9	275,2	79
TOTAL	12.415,6	466	394,3





ANEXO II

Demonstrações financeiras
do exercício 2021 e parecer
dos auditores independentes



(Tradução livre do original emitido em espanhol)

FONPLATA
BANCO MULTILATERAL DE DESENVOLVIMENTO

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e
2020

ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Balanço patrimonial
Demonstração do resultado do exercício
Demonstração dos resultados abrangentes
Demonstração dos fluxos de caixa
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Notas explicativas das demonstrações financeiras

\$ = milhares de dólares americanos

(Tradução livre do original emitido em espanhol)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18 de fevereiro de 2022

Para a Assembleia de Governadores
FONPLATA - Banco Multilateral de Desenvolvimento
Santa Cruz de la Sierra

Relatório de auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras que estão anexadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FONPLATA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Informação auditada

As demonstrações financeiras do FONPLATA compreendem:

- Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021.
- Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- Demonstração dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
- Notas explicativas as demonstrações financeiras, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Independência

Somos independentes em relação ao FONPLATA, de acordo com o Código de Ética Profissional do Contador emitidas pelo Comitê de Ética Internacional, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

PricewaterhouseCoopers SRL Santa Cruz – Bolivia Edif. Omnia Dei Piso 1. Equipetrol Norte Calle Dr. Viador Pinto esquina Calle I, T: (591-3) 3444311, F: (591-3) 3444312, www.pwc.com/bo

Nossa abordagem de auditoria

Sumário

Materialidade	Materialidade geral: \$ 11.800.000 (\$= Dólares Americanos), calculado com base em 1% dos ativos totais do FONPLATA.
Principais assunto de auditoria	- Instrumentos de cobertura. - Empréstimos sem garantia soberana.

Como parte do planejamento de nossa auditoria, determinamos a materialidade e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Em particular, consideramos as áreas nas quais a administração fez julgamentos subjetivos, por exemplo, estimativas contábeis significativas que envolveram fazer suposições e considerar eventos futuros que, por sua natureza, são incertos. Como em todas nossas auditorias, também abordamos o risco de violação de controles internos por parte da administração, incluindo, entre outros assuntos, a consideração de se há evidência de viés que represente um risco de distorção relevante devido a fraude.

Desenvolvemos o escopo de nossa auditoria para realizar trabalho suficiente que nos permita expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis como um todo, levando em consideração a estrutura do FONPLATA, os processos e controles contábeis e o setor em que o FONPLATA opera.

Materialidade

O escopo de nossa auditoria foi determinado pela aplicação de nossa materialidade. Uma auditoria é projetada para obter segurança razoável sobre se as demonstrações contábeis estão livres de erros materiais. A incorreção pode surgir devido a fraude ou erro. Os erros são considerados materiais se, individualmente ou de forma agregada, for razoável esperar que eles influenciem as decisões econômicas que os usuários poderiam tomar com base nas demonstrações financeiras.

De acordo com nossos critérios profissionais, usamos certos limites quantitativos para determinar a materialidade, incluindo a materialidade geral para as demonstrações contábeis como um todo, conforme apresentado na tabela a seguir. Esses aspectos, juntamente com certas considerações qualitativas, nos ajudaram a determinar o escopo de nossa auditoria, bem como a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria e avaliar o efeito de erros, individualmente e de forma agregada, nas demonstrações contábeis como um todo.

Materialidade geral	\$11.800.000
Como foi determinado	Calculado com base em 1% do patrimônio total do FONPLATA.
Crítérios utilizados para a seleção da base de cálculo da materialidade	Considerando que o FONPLATA é um Banco Multilateral de Desenvolvimento que tem o objetivo de identificar oportunidades de investimento ou projetos de interesse para o desenvolvimento da região, a materialidade foi calculada com base no patrimônio total, considerando nossa avaliação na qual identificamos que este componente das demonstrações financeiras é o mais previsível e aplicável às operações da FONPLATA.

Principais assuntos de auditoria

As principais assuntos da auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre elas, e não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Instrumentos de cobertura Em 31 de dezembro de 2021, o FONPLATA mantém as seguintes dívidas para emissão de bônus: Durante o prazo de 2019, o FONPLATA, através do Credit Swiss & UBS, emitiu um título de cinco anos, com cupom anual fixo de 0,578%, denominado em francos suíços no valor de CHF 150.000.000. Durante o prazo de 2021, o FONPLATA, através do Credit Swiss & UBS, emitiu dois títulos de 5 ½ e 7 anos, com cupom anual fixo de 0,556% e 0,795%, denominados em francos suíços (CHF) no valor de CHF 200.000.000 e CHF 150.000.000, respectivamente. No âmbito da estratégia de gestão de risco, no âmbito da emissão destas obrigações, o FONPLATA celebrou contratos de swap cambial e de taxa de juro com o JP Morgan Chase, NA. (JPM), sob os regulamentos da "The International Swaps and Derivatives Agreement Association, Inc. (ISDA)". Consideramos este assunto um assunto chave de auditoria, devido à relevância inerente e complexidade geral que a estimativa representa na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria têm se concentrado no tratamento dos aspectos descritos no parágrafo anterior. Adicionalmente, vide nota 8.5 (ii).	Avaliamos essas transações por meio dos seguintes procedimentos de auditoria: - Verificamos a origem contratual da operação obtendo os contratos de financiamento e os fluxos de caixa gerados por ela. - Verificamos as diferenças nas taxas de câmbio e taxas originadas na operação e na cobertura com informações do Banco, JP Morgan e preços de mercado. - Verificamos a composição dos instrumentos financeiros reconhecidos como se a opção de compensação tivesse sido exercida (operações de taxa e câmbio, e taxa, bem como garantia), com base na compensação e direito líquido decorrente do contrato, que não foi exercido em 31 de dezembro de 2021. - Avaliamos o risco de erro material na contabilização dos instrumentos financeiros da operação. - Verificamos a perda não realizada na avaliação das operações de swap de moeda e taxa de juros reconhecida na demonstração de outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2021.
Empréstimos sem garantia soberana: Em 31 de dezembro de 2021, o FONPLATA mantém os seguintes empréstimos sem garantia soberana: Em 12 de maio de 2020, a Diretoria Executiva do Banco aprovou a primeira operação desta nova linha de financiamento, inicialmente destinada ao financiamento	Avaliamos esses empréstimos por meio dos seguintes procedimentos de auditoria: - Solicitamos confirmações de saldo de todos os mutuários, incluindo financiamentos sem garantia soberana.

Principais assuntos de auditoria	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
de bancos de desenvolvimento. Esta operação consistiu em uma linha de crédito rotativo, sem garantia soberana, concedida ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BMDG) no valor de \$ 36.000.000, com prazo de 8 anos. Da mesma forma, em 15 de setembro de 2020, a Diretoria Executiva aprovou uma linha de crédito rotativo sem garantia soberana para o "Banco Nacional de Fomento - BNF" do Paraguai, no valor de \$ 36.000.000, com duração de 8 anos e 2 anos de carência. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Banco aprovou um novo financiamento sem garantia soberana de US\$ 42.000.000, para a Corporación Vial del Uruguay (CVU), e aumentou em US\$ 6.000.000 a linha de crédito existente com o BMDG, de US\$ 36.000.000 para US\$ 42.000.000 (31 de dezembro de 2020 - US\$ 72.000.000 aprovados e totalmente desembolsados em duas operações de financiamento). Consideramos esta questão como uma questão chave de auditoria, uma vez que 95% dos empréstimos do Banco são concedidos para projetos de desenvolvimento realizados por governos que estão cobertos pela garantia soberana do país membro. A partir da criação de uma nova linha de financiamento sem garantia soberana, conforme indicado acima, desde 2020, o Banco está estendendo uma parcela menor de sua capacidade de crédito para instituições financeiras e empresas onde o governo é o principal acionista ou proprietário. Nossos procedimentos de auditoria têm se concentrado no tratamento dos aspectos descritos no parágrafo anterior. Adicionalmente, vide nota 8.4.	- Solicitamos e verificamos a origem contratual das operações, para isso, obtivemos e verificamos as aprovações da Diretoria Executiva do Banco, e os contratos firmados com os mutuários. - Para empréstimos aprovados e desembolsados, verificamos as operações de desembolso dos referidos empréstimos. - Realizamos o recálculo dos juros acumulados considerando os saldos iniciais da dívida e as movimentações do ano para obter os saldos finais e multiplicar por uma taxa média de juros.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do FONPLATA de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o FONPLATA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do FONPLATA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluído, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do FONPLATA.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do FONPLATA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o FONPLATA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

PricewaterhouseCoopers S.R.L.


Sergio Fischer (Sócio)



FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de dólares estadunidenses)

	Em 31 de dezembro de			
	2021		2020	
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 8.1		128.261		32.037
Investimentos				
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – Nota 8.2	352.788		321.061	
A custo amortizado – Nota 8.3	151.850	504.638	85.722	406.783
Carteira de empréstimos – Nota 8.4		1.503.666		1.237.031
Juros acumulados				
De investimentos – Nota 8.3	2.366		1.821	
De empréstimos – Nota 8.4	10.673	13.039	10.600	12.421
Outros ativos				
Derivativos para proteção do fluxo de fundos – Nota 8.5 (ii)	694		-	
Propriedades e equipamentos, líquido – Nota 9.1	5.742		5.934	
Diversos – Nota 9.2	748	7.184	762	6.696
Total do ativo		2.156.788		1.694.968
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Passivo				
Derivativos para proteção do fluxo de fundos – Nota 8.5 (ii)	-		5	
Dívidas – Nota 8.5	926.741		568.324	
Outros passivos – Nota 9.3	3.149		1.982	
Fundos especiais – Nota 8.6	21.891		15.066	
Total do passivo		951.781		585.377
Patrimônio Líquido				
Capital – Nota 10.1				
Autorizado	3.014.200		3.014.200	
Menos o exigível	(1.665.000)		(1.665.000)	
Capital em dinheiro	1.349.200		1.349.200	
Capital em dinheiro a ser integralizado	(342.733)	1.006.467	(432.318)	916.882
Reserva geral – Nota 10.3		183.165		155.751
Outras reservas – Nota 10.2		(8.655)		1.044
Resultados acumulados – Nota 10.3		24.030		35.914
Total do patrimônio líquido		1.205.007		1.109.591
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.156.788		1.694.968

As notas explicativas, em anexos, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Fernando Scelza
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de dólares estadunidenses)

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2021	2020
RECEITAS – Nota 11		
Carteira de Empréstimos		
Juros	35.609	36.438
Outras receitas de empréstimos	6.612	6.670
	<u>42.221</u>	<u>43.108</u>
Investimentos		
Juros	4.770	7.876
Outros	15	19
	<u>4.785</u>	<u>7.895</u>
Outras receitas	85	100
Receitas financeiras	<u>47.091</u>	<u>51.103</u>
DESPESAS		
Juros e custo da dívida	(10.949)	(8.627)
Receitas financeiras líquidas	<u>36.142</u>	<u>42.476</u>
Provisão para perdas por desvalorização dos empréstimos	(2.599)	2.498
Receitas após provisão p/perdas por desvalorização de empréstimo:	<u>33.543</u>	<u>44.974</u>
Despesas administrativas – Nota 12	(9.513)	(9.060)
Receita líquida	<u>24.030</u>	<u>35.914</u>
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES (DRA)		
Receita líquida	24.030	35.914
Rubricas que podem ser reclassificadas na DRA:		
Alterações no valor justo dos investimentos	(3.928)	(2.417)
Perdas/Ganhos em operações de proteção de fluxo de caixa	(5.744)	1.651
Rubricas que não serão reclassificadas na DRA:		
Reavaliação técnica de propriedades	(28)	(28)
Resultados abrangentes	<u>14.330</u>	<u>35.120</u>

As notas explicativas, em anexos, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Fernando Scelza
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de dólares estadunidenses)

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Empréstimos		
Caixa recebido das amortizações	77.347	77.057
Caixa recebido de juros e outros encargos	41.020	44.488
Desembolsos	(345.451)	(392.094)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	<u>(227.084)</u>	<u>(270.549)</u>
Outros fluxos operacionais:		
Pagamento de salários, auxílios e outras despesas de pessoal	(6.305)	(6.817)
Pagamento de despesas administrativas	(1.647)	(2.060)
Aumento de saldos com provedores, fundos especiais e outros	7.011	1.099
Fluxo de caixa líquido de outras atividades operacionais	<u>(941)</u>	<u>(7.778)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado em atividades operacionais	<u>(228.025)</u>	<u>(278.327)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa recebido de dívida contratada	493.750	292.884
Garantia paga/recebida em derivativos para proteção	(15.980)	17.644
Amortizações e serviços da dívida	(145.342)	(14.631)
Fluxo de caixa líquido do endividamento para financiamento de empréstimos	<u>332.428</u>	<u>295.897</u>
Cobrança de subscrições de capital em dinheiro	89.585	51.333
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	<u>422.013</u>	<u>347.230</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cobrança de juros e outros de investimentos	4.233	6.732
Compra de investimentos	(101.783)	(80.449)
Despesas de capital	(214)	(562)
Fluxo de caixa utilizado em atividades de investimento	<u>(97.764)</u>	<u>(74.279)</u>
Aumento/(Diminuição) de caixa e equivalente de caixa no exercício	<u>96.224</u>	<u>(5.376)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	<u>32.037</u>	<u>37.413</u>
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>128.261</u>	<u>32.037</u>

As notas explicativas, em anexos, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Fernando Scelza
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

	Capital em dinheiro (*)	Reserva geral	Reserva de alterações no valor dos investimentos a valor justo	Reserva de alterações no valor das operações de proteção do fluxo de caixa	Reserva de reavaliação de propriedades	Resultados acumulados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	865.549	132.443	538	515	785	28.308	1.028.138
Aumento de capital – em dinheiro	51.333	-	-	-	-	-	51.333
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva legal	-	23.308	-	-	-	(23.308)	-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM)	-	-	-	-	-	(3.500)	(3.500)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Receita líquida do exercício	-	-	-	-	-	35.914	35.914
Resultados abrangentes do exercício	-	-	(2.417)	1.651	(28)	-	(794)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	916.882	155.751	(1.879)	2.166	757	35.914	1.109.591
Saldo em 1 de janeiro de 2021	916.882	155.751	(1.879)	2.166	757	35.914	1.109.591
Aumento de capital – em dinheiro	89.585	-	-	-	-	-	89.585
Alocado pela Assembleia de Governadores a:							
Reserva legal	-	27.414	-	-	-	(27.414)	-
Fundo de Compensação da Taxa de Juros (FOCOM)	-	-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Programa de Cooperação Técnica (PCT)	-	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Receita líquida do exercício	-	-	-	-	-	24.030	24.030
Resultados abrangentes do exercício	-	-	(3.927)	(5.744)	(28)	-	(9.699)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.006.467	183.165	(5.806)	(3.578)	729	24.030	1.205.007

As notas explicativas, em anexos, são parte integrante destas demonstrações financeiras.

(*) Depois de descontado o montante do capital exigível e a contribuição de capital em dinheiro subscrito ainda não integralizado (vide nota 10)

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Fernando Scelza
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FONPLATA – Banco Multilateral de Desenvolvimento
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de dólares estadunidenses)

NOTA 1 – ANTECEDENTES

O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, doravante e para todos os efeitos denominado "FONPLATA" ou "O Banco", é um banco de desenvolvimento multilateral, com personalidade jurídica internacional, com duração indefinida, que se rege pelas disposições de seu Convênio Constitutivo e seus Regulamentos. Sua sede principal está localizada na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Estado Plurinacional da Bolívia, e seus escritórios de ligação, nas cidades de Assunção, República do Paraguai, desde 1989; Buenos Aires, República Argentina, desde meados de 2018; Montevideu, República Oriental do Uruguai, inaugurado em dezembro de 2019; e Brasília, Brasil, desde março de 2021. Os escritórios de ligação fazem parte da estratégia do Banco de estabelecer fortes laços de trabalho e de relacionamento com seus países membros.

O Banco é formado pelos governos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, doravante denominados "membros fundadores", com base no Tratado da Bacia do Prata, assinado em 23 de abril de 1969, que possibilitou sua consolidação e reconhecimento como personalidade jurídica em 14 de outubro de 1976, com a entrada em vigor de seu convênio constitutivo.

Foi criado por seus membros fundadores com firme espírito de cooperação e solidariedade, convencidos de que unicamente por meio da ação conjunta seria possível atingir o desenvolvimento harmônico, inclusivo e sustentável, de forma a favorecer melhor inserção na região e no mercado mundial.

A relação entre os membros fundadores do Banco é muito próxima por causa dos ecossistemas que compartilham, quais sejam: os sistemas hidrográficos e energéticos, as redes de transporte aéreo, fluvial, terrestre e outros sistemas de comunicação.

Algumas das principais funções do Banco são: a concessão de empréstimos, garantias e avais; a obtenção de empréstimos externos com a responsabilidade solidária de seus ativos líquidos; o financiamento de estudos de pré-investimento para identificar oportunidades de investimento ou projetos que venham a potencializar o desenvolvimento e a integração de seus países membros nos âmbitos regional e global; o financiamento e a contratação de assistência e assessoria técnica; bem como outras que propiciem o melhor cumprimento de seus objetivos.

Em 9 de novembro de 2018, a Assembleia de Governadores, reafirmando seu apoio à gestão e ao crescimento contínuo do Banco, aprovou alterações no Convênio Constitutivo para modernizá-lo e potencializar sua capacidade e sua relevância como parceiro eficaz de seus países membros, contribuindo para seu desenvolvimento e sua integração nos âmbitos regional e global. As alterações aprovadas abrangem vários aspectos: i) alteração de sua natureza jurídica de "fundo" para "banco multilateral"; ii) mudança subsequente de sua denominação, para ser reconhecido formalmente como "FONPLATA" ou "O Banco"; iii) alteração de seu objeto para ampliar seu alcance, passando do conceito estritamente geográfico para outro que abrange a região de seus países membros e sua integração ao mercado global; iv) ampliação dos membros a partir de seus membros "fundadores", reconhecendo a possibilidade de participação no capital de outros países ou órgãos "não fundadores"; v) denominação do capital como "capital autorizado", com valor inicial de USD 3.014.200, composto de 301.420 ações, com valor nominal de USD 10 cada, com direito a um (1) voto por ação na série de ações classe "A", correspondente aos membros fundadores. Além disso, foi determinado que ações classe "B", destinadas a membros não fundadores, também comporiam o capital autorizado. O capital autorizado inicial constitui-se em sua totalidade de ações classe "A", compostas de 134.920 ações de capital em dinheiro, totalizando USD 1.349.200, e 166.500 ações de capital exigível, no total de USD 1.665.000. As

ações classe “B” serão emitidas, após o aumento do capital autorizado e do número que corresponder à percentagem de participação, no momento da incorporação de novos membros.

Ambas as séries de ações serão emitidas a partir do momento em que as alterações do Convênio Constitutivo entrem em vigor nos países membros fundadores, isto é, trinta dias depois de realizadas as comunicações de confirmação pelos países membros fundadores.

Em 31 de dezembro de 2021, e na data da emissão destas demonstrações financeiras, as alterações do Convênio Constitutivo aprovadas pela Assembleia de Governadores ainda não haviam sido confirmadas pelas autoridades de um dos cinco países membros.

A administração do Banco está focada no planejamento estratégico e na gestão por resultados. O Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013—2022 constitui o instrumento de planejamento estratégico desenhado para conduzir, supervisionar e prestar contas a respeito do grau de consecução dos resultados da gestão do Banco. O PEI e suas atualizações de 2017, que abrangem o período 2018—2022, e sua atualização mais recente, que abrange o período 2022—2026, foram aprovadas pela Assembleia de Governadores em agosto de 2017 e em setembro de 2021. Complementarmente, o Banco elabora um Documento de Programas e Orçamento (DPP, na sigla em espanhol), que inclui os resultados a serem atingidos em período de três anos, bem como as atividades necessárias e seus custos, formando assim o orçamento de despesas administrativas e o orçamento de investimentos de capital. Em 3 de dezembro de 2021, baseada na recomendação da Diretoria Executiva, a Assembleia de Governadores aprovou o DPP para o período 2022—2023.

Em 14 de março e 2 de dezembro de 2019, o Banco assinou os convênios que reconhecem sua jurisdição e imunidades, direitos e obrigações como banco multilateral de desenvolvimento para realizar suas atividades na República Oriental do Uruguai e na República Argentina, respectivamente (“Convênio Sede”).

As demonstrações financeiras para o exercício 2020 foram aprovadas pela Assembleia de Governadores em 14 de abril de 2021, segundo recomendação da Diretoria Executiva.

NOTA 2 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS DURANTE O PERÍODO

A – ESTRATÉGIA ADOTADA PARA ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS DURANTE A COVID-19

Desde o início da pandemia causada pela COVID-19, quando nossos países membros fecharam suas fronteiras, seguindo as sugestões da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Banco implementou rapidamente e com sucesso sua estratégia desenhada para assegurar a continuidade de suas operações de forma fluida e sem sobressaltos.

Dentre as medidas tomadas a partir de março de 2020, que continuam em vigor até hoje devido à sua relevância, apontamos as seguintes:

- Com vistas a proteger a saúde do quadro de pessoal, o Banco passou imediatamente e sem qualquer interrupção para o trabalho à distância. Em 30 de setembro de 2021, o Banco retornou ao trabalho presencial, tanto em sua sede principal quanto nos seus escritórios de ligação, e adotou uma modalidade híbrida de trabalho, por meio da qual os funcionários trabalham presencialmente quatro dias da semana e um dia remotamente. Em 5 de janeiro de 2022, devido ao súbito aumento no número de infecções por COVID associadas à variante “Ômicron”, o Banco reativou o trabalho à distância. A modalidade híbrida voltará a ser ativada assim que o nível de infecções por COVID o permitir.

- Os funcionários internacionais puderam optar pelo trabalho remoto permanecendo em sua residência no país anfitrião, da mesma forma que os funcionários locais, ou retornando a seu país de origem.
- O Banco continuou a expandir seus escritórios de ligação, abrindo novos escritórios em Montevideo, Uruguai, e em Brasília, Brasil, consolidando sua presença em todos os cinco países membros, de forma a fortalecer o diálogo com os países membros e facilitar o procedimento de adaptação dos instrumentos bancários às suas necessidades.
- A partir de março de 2020, o Banco migrou seus servidores para a nuvem, melhorando a segurança dos dados e reduzindo a possibilidade de acessos não autorizados. Assim, o Banco não sofreu interrupções em nenhum de seus sistemas nem na comunicação digital. Essa migração, junto com o trabalho à distância, contribuiu para preservar a saúde de todo o quadro de pessoal e permitiu ao banco atingir um recorde na quantidade de aprovações e desembolsos em 2020 e continuar a crescer em 2021.
- Da mesma forma que em 2020, em 2021 o Banco continuou a trabalhar em diálogo permanente com suas contrapartes governamentais para adaptar sua abordagem aos âmbitos fiscal, da saúde e social prevalentes em cada país membro, otimizando assim sua habilidade de oferecer assistência financeira e de cooperação técnica.
- Como é explicado de forma mais detalhada na próxima subseção e na Nota 3 – Determinação da Receita, a importante redução da taxa LIBOR de 6 meses foi compensada, principalmente, por meio do crescimento da carteira de empréstimos, bem como pela redução das despesas administrativas. Estas representam, no final de 2021, 77 pontos base do total de ativos financeiros líquidos. Em comparação com 2020, essa relação entre despesas administrativas e ativos líquidos mostra redução de 5 pontos base, i.e., uma economia de cerca de USD 535.
- Durante 2021, o Banco emitiu com sucesso dois títulos no mercado suíço de títulos. O primeiro, FONPLATA26, em março de 2021, captando CHF 200.000, e o segundo, FONPLATA28, em novembro de 2021, captando CHF 150.000. Com base na sua estrutura de capital, parte das atividades de empréstimos devem ser financiadas com dívida. Com exceção dessas duas emissões de títulos, denominadas em francos suíços, com taxa de juros fixa e que foram transformadas em obrigações denominadas em dólares estadunidenses baseadas na taxa LIBOR de 6 meses, todas as dívidas são em dólares estadunidenses e geram juros com base na taxa LIBOR de 6 meses. Enquanto o montante de dívida a pagar aumentou de USD 568.324, em 31 de dezembro de 2020, para USD 926.741, em 31 de dezembro de 2021 (63% de aumento), o montante de juros e outros encargos financeiros das dívidas caiu, em relação ao volume de dívidas, de 207 pontos base para 146 pontos base (30%, aproximadamente). Esta redução contribuiu para compensar parcialmente o efeito negativo da redução das taxas de juros sobre a receita líquida. Vide notas 3 e 8.5 (ii) para mais detalhes.
- Em 22 de junho de 2021, o Banco assinou mecanismo de crédito facilitado com prazo de 5 anos no valor de USD 100.000, com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. (BBVA), cujo total foi desembolsado em 30 de junho de 2021.
- Em 17 de setembro de 2021, o Banco contratou linha de crédito não rotativo com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), no âmbito da política para a administração da liquidez. Em 31 de dezembro de 2021, a linha de financiamento ainda não tinha sido usada.

- Como parte da transição da taxa LIBOR, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2022, a taxa de juros dos novos financiamentos outorgados pelo Banco será a taxa SOFR. O Banco mantém diálogo permanente com seus países membros para migrar os contratos de empréstimo em vigor para a taxa SOFR sob a modalidade "vencida". Espera-se que a transição comece gradativamente em fevereiro de 2022 e, à medida que os países membros a formalizarem, todos os contratos de empréstimo assinados antes de 31 de dezembro de 2021 basear-se-ão na SOFR "vencida". O Banco também tem trabalhado na adaptação de seus sistemas de empréstimos, investimentos e dívida para ajustar-se a essa mudança (vide Nota 7.1.1).

B – AÇÕES ESPECÍFICAS E TENDÊNCIAS

Os próximos parágrafos apresentam com maior detalhe as atividades operacionais e financeiras realizadas pelo Banco que contribuíram de forma direta para o aumento de seus ativos financeiros líquidos e a geração de receitas líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

- A receita gerada por empréstimos é determinada, principalmente, pelo aumento do saldo de empréstimos a receber, resultado do montante de desembolsos menos o montante recebido a título de amortizações de principal, e pelas mudanças na taxa LIBOR de 6 meses, que é a taxa de juros de referência aplicável a todos os financiamentos outorgados pelo Banco até 31 de dezembro de 2021. A partir do início da pandemia da COVID-19, a taxa LIBOR de 6 meses continuou a cair de forma constante, atingindo seu valor mais baixo em setembro de 2021, de 14 pontos base, tendo estado em 25 pontos base em 31 de dezembro de 2020. A queda pronunciada das taxas de juros continua a causar redução do montante nominal de juros dos empréstimos. Esta redução tem sido compensada, principalmente, pelo aumento de 21% do montante de empréstimos a receber até 31 de dezembro de 2021 (2020 – 39%). Espera-se que as taxas de juros aumentem à medida que as economias mais desenvolvidas se recuperem da crise gerada pela COVID-19 e os bancos centrais dos países mais desenvolvidos aumentem sua taxa de referência.
- Conforme assinalado na Nota 2-A, a redução dos custos da dívida contribuiu para gerar nível de receitas adequado, permitindo ao Banco manter seus sólidos perfis financeiro e econômico. A força e o desempenho do Banco se refletem na melhoria de sua classificação de risco de crédito pela Standard & Poors', que passou de "A-" para "A".
- Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Banco aprovou novos empréstimos no valor de USD 401.430 (2020 – USD 537.126). O volume de empréstimos aprovados compõe-se de USD 353.420 em aprovações de empréstimos com garantia soberana a países membros e de USD 48.000 em empréstimos outorgados sem garantia soberana a bancos e empresas de capital principalmente público ("Corporación Vial del Uruguay", USD 42.000, e o aumento de USD 36.000 para USD 42.000 da linha de crédito ao Banco de Minas Gerais, Brasil – BMG, aprovada em 2020). Os desembolsos de empréstimos totalizaram USD 345.451, e a cobrança de amortizações de principal, USD 77.346. Da mesma forma que nos anos anteriores e ainda mais importante, todos os países membros tiveram fluxo de fundos de empréstimos positivo, o que mostra o forte compromisso do Banco em apoiar seus países membros.
- Conforme assinalado na Nota 2-A, em 3 de fevereiro e em 1 de novembro de 2021, o banco realizou as segunda e terceira emissões de títulos no mercado de capitais suíço. A primeira emissão de títulos ocorreu em 2019, com o título "FONPLATA24" no valor de CHF 150.000, denominado em francos suíços e com vencimento de 5 anos. A segunda emissão de títulos concretizou-se em 3 de março de 2021, com o recebimento de CHF 200.000 em fundos captados. Os títulos "FONPLATA26", denominados em francos suíços, têm prazo de 5 ½ anos, findo em 3 de setembro de 2026, e cupom à taxa anual fixa de 0,556%. A

terceira emissão de títulos, "FONPLATA28", materializou-se em 1 de dezembro de 2021, com o recebimento de CHF 150.000 captados com títulos denominados em francos suíços, com vencimento de 7 anos, em 1 de dezembro de 2028, e com cupom anual à taxa fixa de 0,7950%.

- A tabela abaixo mostra o total de dívidas a pagar nas diferentes linhas de crédito e nos três títulos emitidos em francos suíços em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente:

Entidade	Em 31 de dezembro 2021			
	Dívida em 31 de dezembro de 2020	Amortização do principal e ajustes de valor justo	Fundos captados	Dívida em 31 de dezembro de 2021
	USD	USD	USD	USD
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	69.334	(5.334)	-,-	64.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	88.098	-,-	11.902	100.000
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	20.000	-,-	-,-	20.000
Banco Europeu de Investimentos (BEI)	6.000	-,-	6.000	12.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO)	5.536	-,-	-,-	5.536
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA)	-,-	-,-	100.000	100.000
Diferido	(281)	(317)	-,-	(598)
Subtotal multilaterais e outros	188.687	(5.651)	117.902	300.938
Emissão título CHF FONPLATA 24	148.809	-,-	-,-	148.809
Emissão título CHF FONPLATA 26	-,-	-,-	221.828	221.828
Emissão título CHF FONPLATA 28	-,-	-,-	163.898	163.898
Diferido	(580)	(1.442)	-,-	(2.022)
Diferenças cambiais	21.413	(8.123)	-,-	13.290
Subtotal de títulos	169.642	(9.565)	385.726	545.803
Banco Central da Bolívia (BCB) – LIBOR de 6 meses	80.000	(80.000)	-,-	-,-
Diferido	(5)	5	-,-	-,-
Banco Central do Uruguai (BCU) – Taxa fixa	130.000	(50.000)	-,-	80.000
Subtotal dívida bancos centrais	209.995	(129.995)	-,-	80.000
Total dívidas	568.324	(145.211)	503.628	926.741

- Como parte de sua estratégia para minimizar os riscos de exposição a mudanças nas taxas de câmbio e de juros, e cumprindo suas políticas, o Banco outorga e denomina seus financiamentos em dólares estadunidenses com base na taxa de juros LIBOR de 6 meses como taxa de referência. Além disso, contrata a maioria de suas dívidas em dólares estadunidenses e com base na taxa LIBOR de 6 meses como taxa de referência. No caso de dívidas denominadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa LIBOR, o Banco contrata operações de swap de taxa de juros e de moeda para reduzir sua exposição. Em vista disso, em 3 de março e em 1 de dezembro de 2021, o Banco contratou duas operações de swap de taxa e moeda com a J.P. Morgan (JPM) e com o Crédit Suisse (CS), entidades com as quais assinou contratos ISDA. Com base nestas operações de swap de taxa e moeda, o Banco transformou, efetivamente, suas obrigações denominadas em CHF e com taxa de juros anual fixa em duas obrigações denominadas em dólares estadunidenses no valor de USD 222.668, pela emissão de CHF 200.000, e de USD 164.474, pela emissão de CHF 150.000. Os montantes contratados incluem a comissão do emissor e do agente pagador. Ambas as operações de swap levam em conta a amortização semestral com base na taxa LIBOR de 6 meses mais spread fixo. Essas transações foram designadas como operações para a proteção dos fluxos de fundos, de acordo com o marco de referência estabelecido pela IFRS 9 (vide Notas 4.10; 6; e 8(ii)).

- O Banco usa derivativos não com fins especulativos, mas com o objetivo de reduzir o grau de exposição a riscos decorrentes das mudanças nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar estadunidense e nas taxas de juros diferentes da taxa LIBOR de 6 meses, utilizada como taxa de referência para suas operações de empréstimos e para a maioria de suas dívidas.
- Com a assinatura do contrato de fideicomisso com o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), em 24 de julho de 2020, o banco assumiu o papel de agente fiduciário para a administração da carteira de investimentos do FOCEM, pelo que recebe comissão baseada no retorno obtido pelo FOCEM em seus investimentos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco recebeu USD 16 a título de comissões por administração (em 31 de dezembro de 2020 recebeu USD 42 a título de comissões).

NOTA 3 – DETERMINAÇÃO DA RECEITA

O Banco gera a maior parte de suas receitas da concessão de empréstimos com garantia soberana a seus países membros e, a partir de 2020, uma pequena parte, da aprovação de empréstimos sem garantia soberana a bancos públicos nos âmbitos nacional e subnacional dos países membros. Os fatores a seguir afetam diretamente o crescimento da carteira de empréstimos e determinam a geração de receitas por empréstimos:

- A capacidade de empréstimo, que equivale a 3 vezes o valor do patrimônio;
- O montante dos desembolsos dos empréstimos;
- O montante de amortizações do principal recebido durante o ano; e
- A taxa LIBOR de 6 meses e a taxa de retorno operacional ou *spread*.

A receita de investimentos está diretamente relacionada aos investimentos das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa), com vistas a reduzir os custos para manter a liquidez exigida. O Banco mantém liquidez para poder cumprir seus compromissos de desembolsos de empréstimos, o pagamento de suas obrigações por dívidas contraídas e, também, para arcar com seus custos de funcionamento durante período de 12 meses (vide Nota 6.5).

A tabela a seguir mostra a média dos ativos e passivos financeiros e as despesas administrativas, discriminando as receitas, despesas e a receita líquida:

	Em 31 de dezembro de					
	2021			2020		
	Saldo médio USD	Receitas USD	Retorno ² %	Saldo médio USD	Receitas USD	Retorno ² %
Empréstimos a receber	1.385.548	42.221	3,05	1.093.977	43.108	3,94
Investimentos	455.711	4.807	1,05	369.145	8.057	2,18
Caixa e equivalentes de caixa	80.149	-,-	-,-	34.725	-,-	-,-
Ativos financeiros	1.921.408	47.028	2,45	1.497.847	51.165	3,42
Dívidas	(747.533)	(10.949)	1,46	(416.516)	(8.626)	(2,07)
Ativos financeiros líquidos	1.173.875	36.079	3,07	1.081.331	42.538	3,93
Ajustes contábeis ¹		(2.957)	(0,25)	-,-	2.244	0,20
Despesas administrativas		(9.092)	(0,77)	-,-	(8.868)	(0,82)
Ativos financeiros líquidos	1.173.875	24.030	2,05	1.081.331	35.914	3,32
Patrimônio líquido	1.157.299	24.030	2,08	1.068.865	35.914	3,36

¹ Provisões e outros encargos	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
Provisão p/perdas por desvalorização dos empréstimos – Nota 8.4	(2.599)	2.498
Depreciação	(379)	(321)
Diferenças cambiais – lucros/(perdas)	(41)	129
Participação de fundos especiais em receitas por investimentos	(23)	(162)
Outras receitas	85	100
Total Provisões e outros encargos	(2.957)	2.244

² Os rendimentos são apurados com base nas receitas/despesas reais no final do ano, divididas pelo saldo médio de cada categoria de ativos e passivos financeiros. Tais médias são apuradas somando o saldo inicial do ano anterior com o saldo final do ano corrente e dividindo por 2, de forma que podem ser diferentes da média real.

NOTA 4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são resumidas as principais políticas contábeis aplicadas à elaboração destas demonstrações financeiras. Salvo indicação expressa em contrário, estas políticas contábeis foram aplicadas consistentemente a todos os anos apresentados.

4.1 Bases de apresentação

(i) Cumprimento às Normas Internacionais de Relatório Financeiro

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS, na sigla em inglês) e interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (IFRIC, na sigla em inglês) aplicáveis às entidades sujeitas às normas IFRS e que cumprem as normas emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB, na sigla em inglês).

O Banco apresenta seu balanço patrimonial organizado conforme a ordem de liquidez. Ativos e passivos são apresentados de acordo com sua realização financeira nos 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (correntes) e para além de 12 meses seguintes à data do balanço patrimonial (não correntes), conforme a Nota 13.

(ii) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes componentes:

- Investimentos disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Investimentos classificados para serem mantidos até seu vencimento, mensurados a custo amortizado e ajustados a valor justo, por meio da aplicação de provisão para perdas potenciais por desvalorização nos casos em que esta seja menor.
- Propriedades mensuradas pelo valor justo.

(iii) Novas normas e alterações adotadas pelo Banco

O quadro abaixo apresenta um resumo das novas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), bem como de alterações das normas em vigor, que começaram a ser aplicadas pelo Banco a partir de 1 de janeiro de 2021. As normas e alterações abaixo arroladas excluem as seguintes normas internacionais, interpretações ou alterações que não se aplicam às atividades do Banco no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021: IFRS 17, Contratos de Seguros; IAS 16 Ativo imobilizado (edifícios, instalações e equipamentos); IFRS 3, Combinações de Negócios; IAS 37, Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Melhorias anuais à IFRS 9, Instrumentos Financeiros; IFRS 16, Arrendamento; IFRS 1, Adoção Inicial das IFRS; IAS 1, Apresentação das demonstrações contábeis; IAS 1 e Pronunciamento Técnico, Divulgação de políticas contábeis; IAS 8, Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; IAS 12, Tributos sobre o lucro.

A maioria das alterações listadas a seguir começou a ser aplicada formalmente pelo Banco a partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021, não tendo impacto significativo sobre os montantes reconhecidos em exercícios anteriores e não se espera que tenha impacto significativo neste exercício nem em exercícios futuros:

Norma	Requisitos relevantes	Entrada em vigor
Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estas alterações pontuais à IAS 1, “Apresentação das demonstrações financeiras”, esclarecem a apresentação do passivo, classificado seja como corrente ou não corrente, dependendo da existência ou não de direitos de terceiros no encerramento do período contábil. A classificação não é atingida pelas expectativas da entidade ou por fatos posteriores à data de encerramento do período (por exemplo, a obtenção de exceção ou o descumprimento de cláusula contratual). A alteração esclarece, ainda, o significado atribuído pela IAS 1 quando faz referência ao “cancelamento” de passivo.	1 de janeiro de 2021
Concessões de Arrendamento Relacionadas à Covid-19 – Alterações à IFRS 16	Esta alteração à IFRS 16 está ligada ao reconhecimento e ao registro de concessões em contratos de arrendamento outorgadas aos arrendatários em decorrência da pandemia da COVID-19. A alteração outorga aos arrendatários a opção de tratar as concessões de arrendamento por ela abrangida da mesma forma como são tratados os custos de arrendamento. As entidades que venham a aplicar esta alteração deverão divulgá-la em suas notas explicativas das demonstrações financeiras, incluindo a natureza dos contratos de arrendamento aos quais foram aplicadas concessões, bem como o montante reconhecido no resultado do exercício como resultado das concessões recebidas.	1 de janeiro de 2021
Reforma na Taxa de juros de referência, Fase 2 – Alterações às IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16	Estas alterações às IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 foram desenhadas para abranger questões ligadas à reforma na taxa de juros de referência, incluindo a substituição de uma taxa por outra taxa alternativa. As alterações introduzidas na Fase 2 oferecem as seguintes alternativas: • Com a mudança na determinação do fluxo de fundos de ativos e passivos financeiros (incluindo passivos por arrendamentos), o efeito do alívio é fazer com que as alterações necessárias como resultado direto da reforma da taxa LIBOR, consideradas economicamente equivalentes, não tenham como resultado lucros ou ganhos imediatos no resultado do exercício. Os alívios referentes à contabilidade de operações de proteção permitirão continuar com a aplicação da IAS 39 e da IFRS 9 que são diretamente afetadas pela reforma da taxa LIBOR. No entanto, se houver ineficiências adicionais, estas devem ser reconhecidas. As entidades afetadas deverão divulgar a natureza e a extensão dos riscos ligados à reforma da taxa LIBOR à qual estão expostas, a forma como administrarão esses riscos e os	

Norma	Requisitos relevantes	Entrada em vigor
	avanços realizados para completar a transição para a adoção de taxa de referência alternativa. Considerando a natureza dos contratos com base na taxa LIBOR, essas alterações podem atingir todo tipo de entidade. A Nota 7.1.1 apresenta os avanços do Banco no que diz respeito à transição da taxa de referência LIBOR de 6 meses para a taxa de referência SOFR sob a modalidade “vencida”, que entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022 para todas as operações de empréstimos outorgados, bem como para dívidas contraídas. Nos casos nos quais a dívida esteja denominada em moeda diferente do dólar estadunidense e que o Banco tenha contratado operações de swap de moeda e taxa para compensar os riscos de diferenças cambiais e de mudanças na taxa de juros, a migração da taxa LIBOR de 6 meses para a taxa SOFR será estabelecida por cada entidade credora. No caso de operações de swap de taxas e moeda, a migração da taxa LIBOR para a SOFR ocorrerá a partir de 1 de julho de 2023.	

4.2 Informações sobre segmentos

Baseado na análise de suas operações, o Banco determinou que possui apenas um segmento operacional, que consiste no financiamento das necessidades de desenvolvimento de seus países membros.

O Banco avalia periodicamente seu desempenho e sua posição financeira de forma a tomar as decisões que considerar pertinentes para atingir seus objetivos estratégicos.

4.3 Conversão para moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, bem como as transações que os constituem, são mensurados usando o dólar estadunidense, que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera o Banco (“moeda funcional”).

(ii) Transações e saldos

A conversão das transações em moeda estrangeira é feita com base na moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data de cada transação. Ganhos ou perdas por transações em moeda estrangeira resultam dos pagamentos realizados em moedas diferentes do dólar estadunidense e, em geral, referem-se a despesas administrativas incorridas na sede principal do Banco, ou em seus escritórios de ligação e de acompanhamento de projetos em Assunção, no Paraguai, Buenos Aires, na Argentina, Montevideu, no Uruguai, e Brasília, no Brasil. Ganhos ou perdas por diferenças cambiais associados a despesas administrativas são apresentados na demonstração de resultados em base líquida nas despesas administrativas.

Os ativos financeiros, tais como investimentos e empréstimos, são denominados em dólares estadunidenses, com exceção dos títulos denominados em francos suíços que foram trocados por dólares estadunidenses. O Banco não mantém passivos financeiros em moedas diferentes do dólar estadunidense, portanto, não há diferenças cambiais a eles relacionadas.

Com exceção de pequeno número de bens e serviços relativos a despesas administrativas denominadas em moedas diferentes da moeda funcional, a maioria das despesas operacionais do Banco são incorridas na moeda funcional e registradas ao seu valor justo. Apenas é mantida disponível pequena importância em moeda local na sede do Banco e em cada escritório de ligação para pagar os custos dos bens e serviços nesses locais. Essas importâncias são traduzidas para a moeda funcional, usando a taxa de câmbio em vigor na data na qual é estabelecido seu valor justo. As diferenças cambiais em ativos e passivos mensurados a valor justo são apresentadas junto com ganhos e perdas ao valor justo.

4.4 Realização de receita

A receita de juros sobre empréstimos e de investimentos a custo amortizado é determinada aplicando o método da taxa de juros efetiva. As outras receitas relativas à gestão de empréstimos, que consistem em taxas de administração e comissões de compromisso, são determinadas de acordo com o que estabelece a IFRS 15.

O Banco reconhece as receitas quando seu montante pode ser mensurado de forma confiável e é possível que os benefícios econômicos sejam favoráveis. O Banco baseia suas estimativas nos resultados históricos, levando em conta o tipo de transação ou de tomador de recursos e as especificações de cada um dos acordos assinados.

4.5 Arrendamentos

Contratos de arrendamento por prazos de até 12 meses que não incluem opção de compra são reconhecidos como despesa com base no método da linha reta ao longo do prazo do contrato respectivo.

Todos os contratos de arrendamento são inicialmente reconhecidos como ativo, com base no direito de uso, e como passivo pelo valor total do arrendamento a ser pago ao longo do contrato. O direito de uso é mensurado inicialmente com base no valor do passivo de arrendamento somado a quaisquer custos indiretos incorridos. Após o início do arrendamento, o Banco deve mensurar o ativo de direito de uso do bem arrendado com base no modelo baseado em custos.

4.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para os efeitos de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, depósitos em bancos e investimentos altamente líquidos, com prazos originais de até 90 dias, conversíveis em dinheiro em montantes determináveis e que não apresentam riscos significativos de alterações no valor.

4.7 Carteira de empréstimos

A carteira de empréstimos é reconhecida inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, é mensurada a seu custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para perdas por desvalorização. Para mais informações sobre a contabilização da carteira de empréstimos, vide Nota 8.4.

4.8 O modelo de negócios e seu efeito em ativos e passivos financeiros

A classificação, a mensuração, o reconhecimento e a divulgação de ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras do Banco são determinados por seu modelo de negócios. A arquitetura do modelo de negócios foi desenhada com vistas a ajudar seus países membros a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes por meio do financiamento de projetos focados em melhorar a integração e o desenvolvimento socioeconômico. O Banco, como qualquer outro banco de desenvolvimento multilateral (BDM), financia seu programa de empréstimos por meio de uma combinação de fundos provenientes de subscrições de capital em dinheiro integralizadas por seus países membros, capital autogerado por acumulação de receitas líquidas e realizadas e dívidas assumidas por meio da emissão de títulos e empréstimos contratados com outros BDM e instituições financeiras internacionais. O capital do Banco é composto por capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar. O capital a realizar é subscrito e autorizado pelos países membros, que assumem o compromisso de integralizar esse capital no caso de emergência ou catástrofe que impeça o acesso do Banco aos mercados de capitais ou de captar financiamentos de outros BDM, agências ou instituições bilaterais de cooperação internacional para cumprir suas obrigações financeiras.

Um dos elementos-chave no modelo de negócios do Banco é sua habilidade de manter sua relevância. A relevância do Banco é medida por meio de sua capacidade de mobilizar recursos, tanto por meio de seus financiamentos como de recursos de cooperação técnica, suficientes para ajudar seus países membros com suas necessidades de desenvolvimento.

Para cumprir sua missão, os BDM devem aumentar continuamente seu capital por meio do aumento de sua capacidade de empréstimo ao longo do tempo. Com esse propósito, em média, a cada 5 a 7 anos, os BDM podem realizar aumento de capital consistente em capital a ser pago em dinheiro e capital a realizar e, em alguns casos, também por meio da adição de novos membros.

A capacidade de empréstimo é determinada por meio do capital a realizar de membros com nota de risco de crédito com grau de investimento, como é o caso dos primeiros e mais antigos BDM com membros no âmbito mundial, ou por meio da aplicação de multiplicador sobre o patrimônio, como é o caso dos BMD contemporâneos e das instituições regionais de desenvolvimento, como o Banco.

No caso do Banco, a capacidade de empréstimo é medida com base em multiplicador de três vezes o montante do patrimônio.

Com base na sua estrutura de capital, pela qual no final do período de subscrição e integralização do último aumento de capital, atingirá em torno de 45% de capital a pagar em dinheiro e 55% de capital a realizar, o Banco precisa captar recursos de terceiros para financiar parte dos desembolsos de empréstimos outorgados. A capacidade de endividamento do Banco também é determinada com base em multiplicador de duas vezes o montante do patrimônio mais os ativos líquidos.

O principal ativo financeiro do Banco são os empréstimos outorgados a seus países membros. Todos os ativos e passivos financeiros são contratados e denominados em dólares estadunidenses e incorrem em juros com base na taxa LIBOR de 6 meses, mais *spread*. No âmbito da política prudencial de administração de riscos do Banco, nos casos nos quais as dívidas são contratadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa LIBOR de 6 meses, o Banco usa derivativos com o único propósito de minimizar o risco de exposição a diferenças cambiais e a variações nas taxas de juros e não para fins especulativos. Os derivativos são classificados como instrumentos de proteção (*hedge*) dos fluxos de fundos das dívidas contraídas.

O Banco mantém liquidez com vistas a garantir sua habilidade de cumprir seus compromissos estimados de desembolso de empréstimos, serviços de dívida e para dar conta das despesas operacionais e dos investimentos de capital planejados que se espera incorrer nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício fiscal. As disponibilidades são investidas apenas para reduzir os custos de manter o nível de liquidez requerido pelas políticas do Banco.

As principais divulgações que fazem parte integral destas demonstrações financeiras apresentam informações específicas a respeito de cada um dos ativos e passivos financeiros importantes do Banco, bem como informações adicionais a respeito de seu modelo de negócios e de como este modelo determina a forma pela qual ativos e passivos são classificados, medidos, reconhecidos e divulgados, assim como o momento oportuno para fazê-lo.

(i) Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do propósito para o qual os investimentos foram adquiridos. O Banco classifica seus investimentos em duas carteiras diferentes. Uma na qual os investimentos podem ser vendidos a qualquer tempo antes do vencimento de seu contrato e outra na qual os investimentos são adquiridos com a intenção de serem mantidos até seu vencimento contratual. A classificação dos investimentos em qualquer uma das carteiras é determinada com base nas exigências do processo de planejamento da liquidez e outros fatores importantes. O Banco determina a classificação de seus investimentos no momento de sua aquisição e reconhecimento.

Os investimentos mantidos até seu vencimento são mensurados ao menor valor entre seu custo amortizado e seu valor justo e estão sujeitos à revisão, no mínimo anualmente, de forma a validar a razoabilidade. Os investimentos classificados para venda são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A Nota 8 apresenta maior detalhamento sobre cada tipo de ativo financeiro.

O Banco classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- **Ativos financeiros mantidos a custo amortizado (carteira de empréstimos e investimentos):** são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes apenas do pagamento do capital e dos juros, não sendo classificados na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, e são mensurados pelo custo amortizado. Os saldos desses ativos são ajustados pela provisão para perdas esperadas, sendo reconhecidos e apurados conforme descrito nesta nota.
- **Ativos financeiros mantidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** são ativos adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais procedentes de capital e juros e da venda dos ativos, que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não são classificados na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.
- O Banco não detém ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
- Os derivativos resultantes da operação de *swap* de moeda e taxa são adquiridos como parte da estratégia integral de riscos para a cobertura do risco da taxa de juros e da taxa de câmbio de moeda estrangeira e estão associados à captação de dívida em moedas diferentes do dólar estadunidense ou que cobram juros com base em taxas diferentes da taxa de referência das operações de empréstimo do Banco, que é a taxa LIBOR de 6 meses. Os derivativos foram classificados como instrumentos de proteção dos fluxos de fundos esperados e são considerados totalmente efetivos. Considerando o direito do Banco de compensação no caso de descumprimento pela contraparte, as alterações no valor justo dos derivativos contratados são

apresentadas de forma líquida, junto com a garantia recebida da contraparte, fazendo parte do ativo, sob o título “derivativos” no balanço patrimonial. Os títulos são avaliados pelo custo amortizado no saldo de dívida no balanço patrimonial. As alterações no valor justo da operação de *swap* de taxa de juros fazem parte de outros resultados abrangentes (vide notas 2, 4.10 e 8.5 (ii)).

(ii) Reclassificação

Os ativos financeiros diferentes dos empréstimos podem ser reclassificados em categoria diferente de “investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, com base no modelo de negócios usado para gerir os ativos financeiros ou com base nas características dos fluxos de caixa contratuais associados a esses ativos.

O Banco reclassifica ativos financeiros apenas quando o modelo de negócios é alterado. No caso de reclassificações, elas são realizadas e informadas no período no qual elas ocorrem. Esse tipo de alterações é pouco frequente, não tendo ocorrido nenhuma neste exercício.

(iii) Reconhecimento e baixa

A geração, compra e venda normais dos ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação desses ativos, que é a data na qual o Banco gera, compra ou vende os ativos. Os ativos financeiros são baixados no momento da extinção dos direitos de receber fluxo de caixa desses ativos financeiros ou da transferência dos benefícios ou riscos da propriedade desses ativos.

Quando os investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, os ajustes no valor justo acumulados na reserva do patrimônio são reclassificados na demonstração de resultados como ganhos ou perdas com investimentos.

(iv) Mensuração

No início da transação, o Banco mensura os ativos financeiros ao valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos financeiros.

Os empréstimos e os investimentos mantidos até o vencimento são posteriormente avaliados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os investimentos disponíveis para venda são mensurados ao valor justo e as perdas e ganhos como resultado de alterações no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes até o momento de sua realização, quando perdas e ganhos são reclassificados como parte do lucro operacional. Os juros gerados a partir dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo mantidos a seu custo amortizado e empréstimos são apurados usando o método da taxa de juros efetiva e reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como parte das receitas operacionais.

A Nota 8.7 apresenta de forma mais detalhada a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(v) Desvalorização

O Banco avalia a possibilidade de desvalorizações potenciais de um ativo financeiro específico ou de um grupo de ativos financeiros. O Banco determina a adequação de sua provisão para risco de perdas potenciais em empréstimos, usando metodologia padrão adotada pelos principais BDM, considerada boa prática. A metodologia usada quantifica a perda esperada com base nos seguintes fatores: (i) a exposição máxima ao risco de descumprimento (*default*), (ii) a probabilidade de descumprimento e (iii) a perda máxima esperada no caso de descumprimento. Embora o Banco aplique a mesma fórmula, os valores que assume cada fator são diferentes para a carteira de empréstimos outorgados com garantia soberana e sem garantia soberana.

Para a carteira de empréstimos com garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de risco de descumprimento (*default*) pelos países membros com base na classificação mais recente de risco de crédito atribuída por três agências de classificação de risco internacionalmente reconhecidas.

Para empréstimos sem garantia soberana, o Banco avalia a probabilidade de descumprimento (*default*), usando a classificação de risco de crédito mais recente emitida por uma das agências reconhecidas internacionalmente e ajustada pela classificação de risco de crédito desenvolvida internamente pelo Banco.

A provisão atribuível à carteira de empréstimos é apresentada como dedução do montante da carteira de empréstimos.

Se, em período posterior, os montantes das perdas por desvalorização diminuírem e essa diminuição estiver relacionada de forma objetiva a evento que ocorra depois do reconhecimento da desvalorização (como uma melhoria na capacidade creditícia do devedor), a desvalorização antes contabilizada pode reverter-se com efeito na demonstração do resultado do exercício.

A cobrança de juros e comissões de empréstimos é descontinuada uma vez transcorridos mais de 180 dias do vencimento do serviço do empréstimo sem que ele tenha sido pago. O montante de juros e comissões a receber de empréstimos declarados em estado de moratória manter-se-á dessa forma até que o empréstimo seja declarado quitado pelo Banco. Para quitar o empréstimo é necessário que o tomador de recursos pague a totalidade dos montantes devidos ao Banco e confirme ter superado as dificuldades financeiras que motivaram o descumprimento em tempo e forma de suas obrigações referentes a empréstimos outorgados pelo Banco.

A Nota 8.4 (iii) apresenta explicação detalhada dessa metodologia, bem como da determinação da provisão para perdas por desvalorização de empréstimos.

A desvalorização esperada no valor de investimentos disponíveis para venda mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) faz parte do valor de mercado.

Além disso, e no caso de investimentos avaliados pelo custo amortizado, o Banco avalia potenciais perdas por desvalorização no valor dos investimentos fazendo a revisão das mudanças na classificação de risco de crédito do emissor, de forma a estabelecer se elas são temporárias ou mostram desvalorização permanente. Nesse caso, o Banco ajustará o valor justo reconhecendo uma provisão regularizadora do valor do investimento com lançamento no resultado do exercício.

Para investimentos mantidos até o vencimento, mensurados ao custo amortizado, o Banco estima as perdas por desvalorização esperadas por meio da comparação do preço bruto com o preço de mercado para cada investimento mantido em carteira, referente a seu valor contábil, reconhecendo as perdas potenciais por desvalorização com base na diferença entre o valor contábil e o preço de mercado, na medida em que o último seja inferior ao valor contábil.

Exceto pela determinação da suficiência do montante da provisão para perdas esperadas em empréstimos com garantia soberana e sem garantia soberana e para os efeitos de estimar o montante de perdas de crédito esperadas (PCE) em outros ativos financeiros, segundo suas políticas internas, o Banco classifica seus instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA), numa das seguintes etapas:

Etapas 1: inclui os instrumentos cujo risco de incobrabilidade não aumentou de forma significativa desde seu reconhecimento inicial e cuja desvalorização a incorrer seja igual à PCE nos próximos 12 meses.

Etapas 2: inclui todos os ativos cuja qualidade de crédito sofreu mudança significativa desde seu reconhecimento inicial, mas que ainda não sofreram desvalorização.

Etapas 3: inclui ativos que atingiram ou estão prestes a atingir seu vencimento, cuja qualidade de crédito sofreu desvalorização significativa, bem como compromissos de empréstimo ou garantias financeiras cujo desembolso seja provável e sua cobrança, duvidosa.

Classificação em etapas: Imediatamente após o reconhecimento inicial de um ativo financeiro, estima-se se ocorreu deterioração de sua qualidade de risco de crédito, e em que medida, com base nos seguintes critérios:

- Vencimento do prazo contratualmente estabelecido para as amortizações de principal ou de juros superior a 180 dias;
- Queda significativa na classificação de risco de crédito do ativo;
- Deterioração da qualidade de crédito do ativo.

(vi) Realização de receita

Os ganhos oriundos dos juros são contabilizados usando o método da taxa de juros efetiva. Se houver empréstimos em estado de não acumulação de receita, eles serão considerados créditos com redução ao valor recuperável. Considera-se que um empréstimo sofre desvalorização quando a análise das informações disponíveis e dos eventos atuais mostra que há certa probabilidade de que o Banco não possa recuperar o montante total de capital e juros devidos de acordo com os termos do contrato de empréstimo. Quando um empréstimo sofre desvalorização, o Banco reduz o valor contábil desses ativos ao valor recuperável, sendo os fluxos de caixa futuros estimados descontados da taxa de juros efetiva original e revertido, o efeito do desconto, nas receitas financeiras. Os ganhos com os juros sobre empréstimos com desvalorização são contabilizados usando a taxa de juros efetiva original.

4.9 Propriedades e equipamentos

As propriedades são contabilizadas por seu valor contábil, que incorpora o resultado de reavaliações, que, por sua vez, são contabilizadas em resultados abrangentes e acumuladas nas reservas no patrimônio. Se o aumento do ativo por reavaliação tiver sido revertido anteriormente na demonstração de resultados, o aumento posterior deve ser contabilizado também com efeito na demonstração de resultados. As diminuições que venham a

reverter os aumentos por reavaliação dos mesmos ativos serão contabilizadas, inicialmente, nos outros resultados abrangentes desde que existam excedentes por reavaliação atribuíveis aos ativos. Todas as demais diminuições são contabilizadas na demonstração de resultados.

Os equipamentos são contabilizados ao custo histórico, menos a depreciação. O custo histórico inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Os custos posteriores são incluídos no valor contábil dos ativos ou são contabilizados como ativo separado, se houver alguma probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao ativo e seus custos puderem ser avaliados de forma confiável. Os valores contábeis de qualquer componente são contabilizados como item separado. Ao serem substituídos, faz-se sua baixa pelo custo líquido da depreciação acumulada. Os custos de consertos e manutenções são contabilizados na demonstração de resultados no período ou nos períodos nos quais são incorridos.

Os métodos de depreciação e os períodos usados pelo Banco são apresentados na Nota 9.1. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se for o caso, no final de cada gestão. Os valores contábeis dos ativos são ajustados a seu valor recuperável quando o montante contábil desses ativos ultrapassar seu valor recuperável estimado.

Perdas ou ganhos sobre a venda dos ativos são determinados comparando o valor contábil com o valor de venda dos ativos, e seu efeito é contabilizado diretamente na demonstração de resultados. Quando os ativos reavaliados são vendidos, é política do Banco transferir os montantes incluídos em outras reservas para os resultados acumulados.

4.10 Passivo financeiro

Os passivos financeiros consistem em dívidas contraídas para financiar desembolsos esperados em empréstimos e instrumentos derivativos contratados, que fazem parte integral da estratégia de proteção do Banco, para administrar de forma eficaz o risco de variações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio de moedas diferentes do dólar estadunidense. O valor justo dos instrumentos classificados para a proteção de fluxos de fundos é explicado na Nota 8.5 e as mudanças na reserva para alterações do valor justo que fazem parte de outros resultados abrangentes são incluídas na Demonstração das Alterações no Capital Próprio e são explicadas na Nota 10.2 (ii).

No início da operação de cobertura, o Banco documenta o objetivo de administração de riscos e sua estratégia, bem como a relação econômica entre os instrumentos de proteção contratados e os ativos e passivos a serem protegidos, incluindo se as alterações nos fluxos de fundos dos instrumentos de proteção contratados irão compensar as alterações nos fluxos de fundos dos ativos e passivos protegidos.

A seguir, incluímos uma explicação das dívidas contratadas e dos instrumentos financeiros derivativos contratados como parte das operações de proteção e das políticas contábeis utilizadas em relação a eles.

Dívidas: São reconhecidas, inicialmente, por seu valor ou preço de compra líquido das despesas incorridas na transação. Depois, as dívidas são avaliadas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor desse passivo reconhecido inicialmente e o valor pago efetivamente é contabilizada na demonstração de resultados com base no método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de proteção: Os derivativos são usados unicamente como proteção contra os riscos de exposição a mudanças nas taxas de juros e nas taxas cambiais associadas aos três títulos emitidos no mercado suíço, denominados FONPLATA24, FONPLATA26 e FONPLATA28; e o *swap* de taxa de juros associado a certificado de depósito a taxa fixa de USD 80.000, recebido do Banco Central do Uruguai (vide Notas 2, e 8.5 (ii)).

Os derivativos comportam risco de mercado e de crédito. O risco inerente de mercado de instrumento derivativo consiste na variação potencial da taxa de juros, da taxa de câmbio ou de outros fatores e está relacionado com a natureza e o tipo de instrumento, o volume de transações, seu teor e outros termos próprios de cada contrato, bem como com a volatilidade do valor nominal base do contrato.

O risco de crédito inerente é a possibilidade de que a contraparte da operação de troca não cumpra seu compromisso de integralizar as garantias necessárias para recuperar o montante devido.

O Banco mitiga o risco de crédito em seus instrumentos financeiros derivativos por meio de transações com contrapartes altamente qualificadas, com classificação de crédito de grau de investimento, e assinando um acordo mestre ISDA juntamente com anexo de apoio de crédito associado (CRA, na sigla em inglês), que prevê a compensação de saldos com suas contrapartes.

O Banco documenta formalmente sua relação e seu objetivo de gestão de riscos, bem como sua estratégia de proteção para a contratação do instrumento financeiro derivativo, incluindo o grau de eficácia do instrumento derivativo para compensar os riscos a serem protegidos. Além disso, o Banco documenta o resultado desta estimativa de eficácia, que é realizada de forma prospectiva e retrospectiva, incluindo descrição do método usado para medir o grau de ineficácia do instrumento derivativo.

Este processo inclui relacionar todos os derivativos designados a valor justo, fluxo de caixa ou de moeda estrangeira, com o balanço geral ou com compromissos vinculantes ou com transações projetadas.

O Banco monitora a operação de proteção desde seu início e até seu vencimento, analisando a eficácia dos derivativos utilizados para proteção na neutralização das alterações no valor justo ou nos fluxos de fundos dos itens a serem protegidos, dos compromissos vinculantes ou das transações projetadas, conforme o caso.

As alterações no valor justo do instrumento derivativo, que é altamente eficaz e foi designado e classificado como proteção dos fluxos de caixa, são registradas em outros resultados abrangentes como ganho ou perda, de acordo com sua eficácia como instrumento de proteção, até o encerramento da operação.

A parte ineficaz das alterações no valor justo do instrumento derivativo classificado como proteção dos fluxos de fundos é incluída na demonstração de resultados como custos de dívidas assumidas no período.

O Banco descontinua o tratamento de contabilidade de proteção quando é determinado que esse tratamento deixou de ser eficaz para compensar as alterações nos fluxos de fundos do item protegido. Isso pode ocorrer no momento do vencimento do derivativo; quando ele é vendido, rescindido ou executado; quando o ativo protegido ou o passivo expira, é vendido, rescindido ou executado. O derivativo deixa de ser designado como instrumento de proteção quando é pouco provável que uma transação projetada venha a ocorrer, ou se a Administração determinar que a designação de derivativo como proteção de um item já não é apropriada.

4.11 Outros passivos e obrigações

São montantes que representam passivos referentes a bens e serviços fornecidos ao Banco antes da data de encerramento, mas que ainda não foram pagos. As obrigações de outros passivos não apresentam garantias e são geralmente pagas em prazo de 30 dias a partir de seu reconhecimento. Esses passivos são contabilizados inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.12 Fundos especiais

São montantes que representam passivos referentes a investimentos administrados por conta e ordem de fundos especiais. As obrigações desses passivos não apresentam garantias e são geralmente pagas quando os Fundos especiais solicitam dinheiro em espécie ao Banco. Tais passivos são contabilizados inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.13 Outros benefícios a funcionários

São montantes que representam as obrigações com o quadro de pessoal do Banco, sob o Fundo de Pensão (PAC). Esse passivo é pago aos funcionários no momento do encerramento do vínculo empregatício com o Banco. A contribuição realizada anualmente pelo Banco sobre a poupança voluntária dos funcionários está sujeita à retenção com base no tempo de serviço dos participantes. Os montantes retidos em conformidade com os percentuais de retenção estabelecidos no PAC são diferidos e reconhecidos nos resultados do período, à medida que os funcionários cumprem o tempo de serviço exigido para usufruir da totalidade do benefício oferecido pelo PAC. A nota 8.6 – c) inclui explicação detalhada do passivo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

4.14 Capital

O capital autorizado consiste em ações de capital a pagar em dinheiro e em ações de capital a realizar. O capital a pagar em dinheiro representa a porção do capital autorizado que deve ser subscrito e integralizado pelos países membros.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, que exigem que a Presidência Executiva faça julgamentos e estimativas que impactam os montantes apresentados para ativos e passivos, bem como de receitas e despesas, durante o período correspondente. As estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e estão baseados nas normas jurídicas em vigor e em outros fatores, incluindo a expectativa de eventos futuros que são razoáveis nas circunstâncias atuais.

Esta nota oferece panorama geral das áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade inerente a cada estimativa e dos itens com maior probabilidade de serem ajustados de forma significativa, pois os resultados reais poderiam diferir dessas estimativas. As informações detalhadas a respeito de cada uma das estimativas e julgamentos utilizados foram incluídas nas Notas 6 e 7, respectivamente, junto com as informações sobre as bases de cálculo aplicadas em cada um dos itens que impactam as demonstrações financeiras.

As estimativas mais relevantes que impactam a elaboração das demonstrações financeiras do Banco estão relacionadas à:

- Estimativa da provisão para perdas por desvalorização dos investimentos ao custo amortizado – Nota 8.3 (ii).
- Estimativa da provisão para prejuízos da carteira de empréstimos – Nota 8.4 (iii).
- Estimativa da eficácia dos derivativos mantidos para a proteção de fluxos de caixa – Nota 8.5 (ii).

NOTA 6 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Esta nota explica a exposição do Banco a riscos financeiros e como esses riscos poderiam impactar seu desempenho financeiro futuro.

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
Risco de mercado – Moeda estrangeira	Com exceção da emissão dos títulos denominados em francos suíços, que foram efetivamente protegidos por meio de operações de swap de taxas de juros e moeda, como é informado nas Notas 2, 4.10, e 8.5 (ii), 99,9% dos ativos e passivos financeiros do Banco são denominados em dólares estadunidenses (moeda funcional).	Orçamento de fluxo de caixa	Todas as transações de empréstimos e investimentos, bem como os passivos de relevo apresentados nas demonstrações financeiras, foram ajustadas ou contratadas em dólares estadunidenses. O Banco assinou contratos mestres de compensação executáveis sob a convenção da ISDA, com direito a compensar com a JPM e com o CS, respectivamente. Com base nesses contratos, o Banco contratou operações de swap de moeda para compensar o risco de exposição à variabilidade na taxa de juros e na taxa de câmbio ligado a suas emissões de títulos no mercado suíço. Esses derivativos são parte integrante do processo de gestão de riscos do Banco, projetado para minimizar a exposição a riscos financeiros, portanto, foram designados como cobertura de fluxo de caixa.
Risco de mercado: risco da taxa de juros	Risco de exposição a flutuações das taxas de juros ativa e passiva aplicáveis aos empréstimos e às dívidas do Banco.	Análise de sensibilidade.	O Banco estabeleceu políticas para a determinação das taxas de juros com vistas a mitigar os possíveis efeitos das flutuações nas taxas de juros, bem como o

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
	Conforme explicado nas Notas 2, 4.10, e 8.5 (ii), em 13 de março de 2019, em 3 de março de 2021 e em novembro de 2021, respectivamente, o Banco emitiu títulos denominados em francos suíços com prazo de 5 anos, 5 ½ e 7 anos, a taxa fixa. Para cobrir tanto os riscos de taxa de juros como o cambial, o Banco contratou operações de swap cambial e de taxa de juros com o JPM e o CS, respectivamente. Em 5 de maio de 2020, o Banco contratou, ainda, operação de swap com o JPM, com vistas a trocar a taxa de juros fixa, que gera juros no certificado de depósito contratado com o BCU no valor de USD 80.000, pela taxa LIBOR de 6 meses. Os contratos mestres de compensação executáveis, assinados sob a convenção da ISDA, conferem o direito de compensação.		impacto negativo associado a possíveis desajustes na duração da carteira de empréstimos e da dívida contraída para financiá-los. As possíveis exposições decorrentes da emissão dos três títulos denominados em francos suíços a taxa fixa são administradas com eficácia por meio das operações de swap que foram desenhadas para substituir a dívida denominada em francos suíços por dívida denominada em dólares estadunidenses, e a taxa de juros fixa por taxa variável baseada na taxa LIBOR de 6 meses, mais spread fixo, coincidindo com a estrutura de taxas aplicada a todos os empréstimos a seus países membros. Portanto, elimina-se de forma eficaz a exposição ao risco de variabilidade na taxa de juros e na taxa de câmbio. Além disso, a operação de swap de taxas de juros contratada com o JPM limita de forma eficaz as possíveis exposições a mudanças na taxa de juros associada ao certificado de depósito.
Risco de mercado – Preço das ações	O Banco não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Todos os investimentos consistem em títulos e certificados de depósito, que, de acordo com o modelo de negócios do Banco, são classificados como investimentos disponíveis para a venda ou a serem mantidos até seu	Análise de sensibilidade baseada em mudanças na taxa de juros para títulos disponíveis para venda mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e com base em mudanças na classificação de risco de crédito do emissor	O Banco não mantém investimentos em instrumentos de patrimônio que possam estar sujeitos a risco de preço. Os títulos classificados na carteira de disponíveis para venda são monitorados periodicamente. O banco não participa da carteira de negociação nem de atividades de negociação.

Risco	Fonte da exposição	Mensuração	Gestão de Riscos
	vencimento.	para títulos mantidos até seu vencimento, mensurados ao custo amortizado.	
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, investimentos a valor de mercado com alterações em ORA, investimentos ao custo amortizado e instrumentos derivativos financeiros para a cobertura de fluxos de proteção de dívida.	- Análise de áreas em função da duração de empréstimos, derivativos, títulos e outros instrumentos - Análise do risco de crédito - Provisão para empréstimos	Diversificação dos depósitos em bancos e limites em empréstimos. Políticas e diretrizes estabelecidas para investimentos a valor de mercado e investimentos ao custo amortizado. Limites à concentração de risco de crédito aplicados a países membros e empréstimos sem garantia soberana. Sem empréstimos do setor privado.
Risco de liquidez	Dívidas, outros passivos e obrigações com fundos especiais.	Previsões de fluxo de caixa	Disponibilidade de fundos necessários para cumprir as obrigações e compromissos por um período mínimo de 12 meses após a data das demonstrações financeiras.

O Banco administra os riscos aos quais estão expostas suas operações de acordo com sua política de gestão integral de riscos, que abrange os riscos financeiros de mercado e taxa de juros, os riscos operacionais e os riscos estratégicos. A gestão integral de riscos do Banco está focada em garantir que os riscos sejam mantidos permanentemente dentro de parâmetros estabelecidos pelas políticas financeiras do Banco e que refletem a capacidade de assumir riscos definidos por seus órgãos de governança. A gestão integral de riscos visa, assim, evitar os riscos que vão além do limite de tolerância do Banco e mitigar os riscos financeiros, operacionais e estratégicos, de acordo com os limites estabelecidos para cada tipo de risco associado a suas operações.

Seguindo as boas práticas internacionais com relação à gestão de riscos, o Banco adotou a classificação de riscos e as definições do *Office of the Comptroller of the Currency* (OCC – Escritório Controlador da Moeda, dos EUA) e Basileia II.

A estratégia integrada de gestão de riscos do Banco baseia-se em modelo de projeção de seus fluxos de caixa e equivalentes nos prazos curto, médio e longo, bem como na projeção de seu balanço patrimonial e receitas. Essas projeções são permanentemente revisadas e ajustadas aos valores reais obtidos e monitorados para projetar o montante de aprovações de empréstimos, desembolsos de empréstimos, dívidas para financiá-los, compromissos e obrigações, bem como o pagamento das despesas administrativas a serem incorridas para alcançar a receita líquida esperada e as exigências de liquidez.

6.1 Risco de moeda

A totalidade dos ativos financeiros, cerca de 99,9% de seu passivo, depois de considerar as operações de *swap* de taxa de juros e moeda, são denominados em dólares estadunidenses, a moeda funcional do Banco. Portanto, as demonstrações financeiras do Banco não estão expostas a risco significativo diante de potenciais variações nas taxas de câmbio.

6.2 Risco de taxa de juros

A taxa de juros aplicada aos empréstimos do Banco é a taxa LIBOR de 6 meses com *spread* fixo. O *spread* fixo é revisado a cada exercício para os novos empréstimos com base nas diretrizes da política de gestão da receita e dos encargos financeiros, visando atingir equilíbrio entre a acumulação de capital de longo prazo, de forma a garantir a autossustentabilidade do Banco, e uma estrutura de condições financeiras favoráveis para seus países membros. O Banco aplica modelo de gestão de receita líquida como ferramenta para administrar os resultados, que responde a horizonte de planejamento de médio e longo prazos. O modelo possibilita, por meio da administração de parâmetros e variáveis, assegurar que os encargos financeiros sejam estáveis e suficientes para dar conta de todos os fins estabelecidos em suas políticas financeiras e realizar, oportunamente, os ajustes no *spread* fixo diante de mudanças significativas nos pressupostos e estimativas utilizados. Essa exposição é medida e avaliada regularmente pelo Banco para garantir a gestão de risco da taxa de juros.

Em conformidade com a política de gestão de receitas e encargos financeiros, o Banco estabelece anualmente um *spread* fixo aplicável a novas operações de empréstimos para o próximo exercício (Taxa de Retorno Operacional). Para os empréstimos aprovados a partir de 1 de janeiro de 2020, a Diretoria Executiva aprovou estrutura de taxas de juros por meio da qual as taxas de juros são estabelecidas de acordo com o prazo dos empréstimos (Resolução 1431/2019 da Diretoria Executiva, de 29 de fevereiro de 2019).

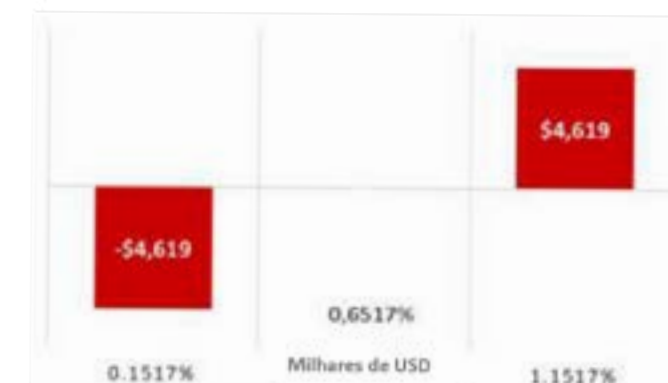
O Presidente Executivo está habilitado a estabelecer taxas com *spreads* fixos diferenciados para empréstimos com prazos inferiores a 15 anos. Neste sentido, para incentivar os tomadores de recursos a tomarem empréstimos com prazos menores, foram aprovadas taxas operacionais diferenciadas.

Para o Banco, o risco da taxa de juros limita-se a seu componente variável, baseado na taxa LIBOR de 6 meses. O Banco realiza análise de sensibilidade para determinar a variação dos resultados ou do patrimônio como resultado de mudanças na taxa LIBOR de 6 meses.

O cálculo da análise de sensibilidade foi realizado com a taxa LIBOR de 6 meses equivalente a 65 pontos base.

A análise apurou os valores máximo e mínimo para a taxa LIBOR de 6 meses, de 115 pontos base e 15 pontos base, respectivamente. Se ocorrer a variação positiva ou negativa de 50 pontos base, a receita líquida futura poderia aumentar ou diminuir USD 4.619, respectivamente.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA TAXA DE JUROS VARIAÇÃO DA TAXA LIBOR DE 6 MESES



6.3 Risco de mercado

É o risco de perdas no valor dos ativos financeiros do Banco em decorrência de mudanças nas condições do mercado. O Banco administra os riscos de mercado, que impactam principalmente suas carteiras de investimentos e de empréstimos, por meio de medidas diversas para garantir que a exposição a riscos seja mantida dentro dos limites estabelecidos em suas políticas (vide Notas 4.8, 8.2 e 8.3, para mais detalhes).

Os investimentos do Banco visam assegurar o financiamento de desembolsos de empréstimos, o serviço e amortização de suas dívidas e o pagamento de suas despesas de funcionamento. Consequentemente, o Banco classifica seus ativos de investimento em duas carteiras diferentes, de acordo com seu propósito:

- **Investimentos destinados a satisfazer a programação normal dos desembolsos, serviços e amortizações de dívida e o pagamento de despesas administrativas, incluídos no orçamento trienal:** Esses investimentos são designados como investimentos a serem mantidos até o vencimento e avaliados pelo custo amortizado e ajustados a seu valor justo, no caso de desvalorização, por meio de provisão para perdas por desvalorização.
- **Investimentos mantidos para garantir liquidez adicional para responder a desembolsos de empréstimos não programados ou a mudanças inesperadas nas condições do mercado e nas taxas de juros:** Em cumprimento a seus princípios de gestão prudencial, esses investimentos são classificados como investimentos disponíveis para venda avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Conforme assinalado na Nota 8.7, o Banco usa metodologia para a determinação do valor justo baseada em três níveis, conforme a disponibilidade de determinado valor de mercado. Com base nessa metodologia, o Banco faz a análise de sensibilidade de suas carteiras de investimentos para apurar as eventuais perdas máximas como resultado de mudanças nas taxas de juros dos investimentos classificados como disponíveis para venda, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e de mudanças na classificação de risco de crédito dos investimentos classificados na carteira de investimentos para serem mantidos até seu vencimento, avaliados pelo custo amortizado e regularizados a seu valor justo por meio de provisão, nos casos em que o valor justo for menor.

A tabela abaixo apresenta a exposição máxima a risco de perdas por alterações no preço dos investimentos classificados como investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), como resultado de variação de 50 pontos base na taxa de juros, e de perdas por desvalorização de um nível para a classificação de risco de crédito do emissor, para investimentos designados para serem mantidos até seu vencimento, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente:

Carteira	Análise de sensibilidade dos investimentos Exercícios findos em 31 de dezembro de					
	2021			2020		
	Valor contábil ¹ USD	Perda máxima USD	Variação %	Valor contábil USD	Perda máxima USD	Variação %
Investimentos disponíveis para venda até 12 meses – VJORA	192.965	444	0,23	89.839	375	0,42
Mantidos até seu vencimento até 12 meses – Custo amortizado	--	--	--	33.108	8	0,02
Certificados a prazo fixo e depósitos a prazo	151.850	--	--	51.316	--	--
Total até 12 meses	344.815	444	0,13	174.263	383	0,22
Investimentos disponíveis para venda por mais de 12 meses – VJORA	159.823	1.046	0,65	231.222	3.336	1,44
Mantidos até seu vencimento por mais de 12 meses – Custo amortizado	--	--	--	1.298	--	--
Total superior a 12 meses	159.823	1.046	0,65	232.520	3.336	1,43
Total	504.638	1.490	0,30	406.783	3.719	0,91

¹ O valor contábil dos investimentos baseia-se no valor justo, para os investimentos disponíveis para venda, e no custo amortizado, para investimentos mantidos até o vencimento. A totalidade dos investimentos designados como disponíveis para venda e a maior parte dos investimentos mantidos até seu vencimento são negociados no mercado, portanto, seu valor justo é determinado com base no mercado (Nível 1). Para os investimentos mantidos até o vencimento que não são negociados regularmente no mercado, há transações recentes que oferecem base razoável para estimar seu valor justo a fim de compará-lo com seu custo amortizado (Nível 2). O Banco não possui instrumentos de investimento para os quais não seja possível estabelecer o valor justo nem que precisem da aplicação de modelos de avaliação (Nível 3).

6.4 Risco de crédito

É o risco derivado do descumprimento dos termos de qualquer contrato pelo devedor. As políticas financeiras estabelecem limites individuais de exposição da carteira por país com vistas a evitar concentração excessiva e cumprir a política de proporcionalidade equitativa da distribuição do capital de empréstimo para cada país. O coeficiente de suficiência de capital, que relaciona o montante de ativos financeiros ponderado por riscos com o total do patrimônio, assegura cobertura razoável de exposição ao risco da carteira de empréstimos, tanto em conjunto como individualmente.

A maioria dos empréstimos outorgados pelo Banco tem garantia de risco soberano dos países membros. A partir de 2020, foi aprovada a criação de nova linha para o financiamento sem garantia soberana, inicialmente voltada para bancos de desenvolvimento e empresas de capital principalmente público, nos âmbitos nacional ou subnacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco aprovou novo financiamento sem garantia soberana de USD 42.000, para a *Corporación Vial del Uruguay* (CVU), e aumentou em USD 6.000 a linha de crédito aprovada em 2020 para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BMG), de USD 36.000 para USD 42.000 (31 de dezembro de 2020 – USD 72.000 aprovados e totalmente desembolsados em duas operações de financiamento). Vide Notas 2 e 8.4 (i), para mais detalhes.

As políticas financeiras e o regulamento de empréstimos estabelecem as ações a serem tomadas com relação ao descumprimento e aos saldos vencidos em empréstimos. Tais políticas e regulamentos fazem parte integral das cláusulas contratuais incluídas em todos os contratos de empréstimo. Além disso, o Banco usa uma

metodologia para determinar a adequação de sua provisão para desvalorização potencial em empréstimos a receber e utiliza diferentes fatores com relação à sua carteira de empréstimos com garantia soberana e sem garantia soberana, como é explicado na Nota 4.8.

O risco de crédito da carteira de investimentos dos ativos líquidos se rege por normas internas que regulamentam o investimento dos ativos líquidos, estabelecendo limites razoáveis de investimento por classe de ativos, setores e emissores, para garantir adequada diversificação e combinação de fontes e prazos de vencimento. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, a nota de classificação de risco média da carteira de investimentos do Banco manteve-se em AA, ultrapassando a nota de classificação média exigida pela política de investimentos de AA-.

6.5 Risco de liquidez

É o risco originado na incapacidade da entidade de cumprir suas obrigações sem incorrer em perdas inaceitáveis. O Banco tem o nível de liquidez mínimo exigido, estabelecido em sua política de liquidez como o necessário para cobrir todos seus compromissos, desembolsos de empréstimos, serviço de dívida e pagamento de despesas administrativas e de capital por período de 12 meses. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, o Banco não assumiu compromissos nem obrigações que pudessem gerar exposição ao risco de liquidez nos prazos curto ou médio.

A tabela a seguir mostra os ativos líquidos e os passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 8.1	128.261	32.037
Investimentos – Notas 8.2 e 8.3	504.638	406.783
Liquidez bruta	632.899	438.820
Derivativos para proteção do fluxo de caixa – Nota 8.5 (ii)	--	5
Dívidas – Nota 8.5	926.741	568.324
Outros passivos ¹ – Nota 9.3	3.149	1.982
Fundos especiais – Nota 8.6	21.891	15.066
Total do passivo	951.781	585.377

A cobertura de ativos líquidos com relação ao valor líquido de desembolsos e pagamentos a serem efetuados é equivalente a 1,49 e 0,98 anos, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

NOTA 7 – GESTÃO DE OUTROS RISCOS NÃO FINANCEIROS

7.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perda econômica ou financeira como resultado de falha nos processos internos ou sistemas, seja por comissão, omissão ou evento externo adverso. O Banco mantém organizados, atualizados e em funcionamento os procedimentos, as políticas e as práticas de gestão de operações, de forma a prevenir os riscos inerentes ao desenvolvimento de suas operações e preparar o Banco para enfrentá-los. O Banco conta com governança e sistema de controle interno eficazes, bem como com normas de comportamento ético e de reputação em operações, com normas claras para garantir o devido cumprimento dos aspectos fiduciários, ambientais e jurídicos aplicáveis, de acordo com suas próprias políticas e com as de seus países membros.

7.1.1 Mudança esperada na taxa de juros LIBOR de 6 meses à taxa de juros SOFR

Conforme explicado na Nota 6.2, a taxa de juros de referência usada pelo Banco é a taxa LIBOR USD de 6 meses, mais *spread*. A taxa LIBOR de 6 meses é apurada e publicada diariamente pela *ICE Benchmark Administration* (IBA), organização regulada pela *Financial Conduct Authority* (FCA), do Reino Unido. A IBA anunciou que, depois de consultas e da autorização da FCA, a partir de 1 de janeiro de 2022, irá descontinuar a publicação da taxa LIBOR para 7 e 60 dias, respectivamente. Anunciou, ainda, que os demais prazos da taxa LIBOR, incluindo a taxa LIBOR USD de 6 meses usada pelo Banco, serão descontinuados a partir de 1 de julho de 2023, após consulta e com a autorização do FCA. Essa mudança acarreta implicações para todas as transações que usam a taxa LIBOR USD de 6 meses como componente variável. No caso do Banco, para todas as operações de empréstimo e dívidas contratadas com outros BDM e agências e para a parte variável de derivativos existentes.

O *Alternative Reference Rates Committee* (ARRC) é a organização encarregada de encontrar uma taxa de juros alternativa para substituir a taxa LIBOR USD. Em 2017, o ARRC identificou a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) como a taxa substituta para a taxa LIBOR USD. O *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque é o administrador da SOFR e produz e publica a taxa de juros diariamente. O ARRC emitiu recomendações sobre o uso da linguagem de *fallback*, do *spread* LIBOR USD/SOFR e outras.

O Banco adotou a linguagem de *fallback* em todos os contratos de empréstimo aprovados a partir da segunda metade de 2020, usando a taxa SOFR sob a modalidade “vencida” a partir de 1 de janeiro de 2022. Em vista disso, o Banco está no meio do processo de ajustar seus sistemas de processamento de dados para realizar as mudanças necessárias nos módulos de empréstimos, investimentos e dívidas, de forma a tê-los em produção até o final do primeiro trimestre de 2022. Adicionalmente, a documentação dos empréstimos subscritos antes de 31 de dezembro de 2021 começou a ser alterada em coordenação com cada país membro para incluir essas mudanças.

O Banco continuará a acompanhar de perto as orientações referentes à substituição da LIBOR pela SOFR, de forma a garantir a apropriada mitigação do risco operacional próprio dessa mudança.

7.2 Gestão de riscos estratégicos

Risco estratégico – É o risco derivado de decisões contrárias à atividade da entidade, da aplicação incorreta de decisões ou da falta de resposta às mudanças no setor de instituições financeiras de desenvolvimento onde atua. O Banco tem Plano Estratégico Institucional (PEI), aprovado por seus Governadores, que estabelece os objetivos estratégicos a serem atingidos, bem como os indicadores para possibilitar sua mensuração no tempo. Anualmente, os Governadores aprovam o orçamento para o ano seguinte, que inclui resumo do que foi atingido no exercício anterior e os objetivos e resultados a serem atingidos no exercício seguinte. O orçamento do Banco resume seu plano de trabalho e inclui, ainda, indicadores baseados em resultados e os custos necessários para atingi-los, baseados na matriz de resultados estabelecida no PEI. Dessa forma, assegura-se alinhamento adequado entre os objetivos estratégicos de longo prazo e os resultados a serem atingidos no curto prazo, de maneira a avançar na consecução desses objetivos estratégicos.

As demonstrações financeiras refletem a compatibilidade e a consistência dos resultados com os objetivos estratégicos da missão e da visão estabelecidas para o Banco, em termos da consecução das metas anuais para a aprovação de operações e de seus custos associados.

Risco de descumprimento – É o risco derivado de violações a leis, normas, regulamentos, práticas definidas, políticas, procedimentos ou normas éticas. O risco de descumprimento pode impactar de forma negativa a reputação da entidade. O Banco é pessoa jurídica internacional regida por seu Convênio Constitutivo, suas políticas e regulamentos e conta com Tribunal Administrativo, Comitê de Auditoria da Diretoria Executiva, Assessor Jurídico, Responsável por Compliance e Auditoria Interna, que zelam pelo cumprimento dos fatores que poderiam, de outra forma, desencadear casos de risco de descumprimento.

Risco de reputação – É o risco derivado de opinião pública negativa, que impacta a capacidade da organização de estabelecer novas relações ou manter as já existentes, afetando diretamente sua receita atual e futura. Este risco pode expor a entidade em processo judicial ou gerar perda financeira ou pôr em risco sua competitividade. Por meio da área de comunicações, o Banco faz o monitoramento regular deste risco e, da área de operações, faz o acompanhamento de cada um dos projetos em vigor. Até hoje, não há indícios deste risco para o Banco.

NOTA 8 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os instrumentos financeiros do Banco, incluindo:

- Visão geral de todos os instrumentos financeiros mantidos pelo Banco.
- Informações específicas sobre cada tipo de instrumento financeiro.
- Políticas contábeis.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo a avaliação profissional utilizada e as incertezas que afetam as estimativas.

O Banco mantém os seguintes instrumentos financeiros ativos:

	Nota	Ativos financeiros ao valor justo por meio de ORA USD	Ativos financeiros a custo amortizado USD	Total USD
31 de dezembro de 2021				
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	24.652	103.609	128.261
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	355.043	-	355.043
Investimentos a custo amortizado ¹	8.3	-	151.961	151.961
Carteira de empréstimos ²	8.4	-	1.514.339	1.514.339
Subtotal		379.695	1.769.909	2.149.604
Derivativos para a proteção do fluxo de caixa	8.5	694	-	694
Total ativos financeiros		380.389	1.769.909	2.150.298
Passivo financeiro:				
Dívidas	8.5	-	(926.741)	(926.741)
Outros passivos	8.5	-	(3.149)	(3.149)
Fundos especiais	8.5	-	(21.891)	(21.891)
Total passivo financeiro		-	(951.781)	(951.781)
Ativos financeiros líquidos		380.389	818.128	1.198.517

	Nota	Ativos financeiros ao valor justo por meio de ORA USD	Ativos financeiros a custo amortizado USD	Total USD
31 de dezembro de 2020				
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	-,-	32.037	32.037
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	322.778	-,-	322.778
Investimentos a custo amortizado ¹	8.3	-,-	85.826	85.826
Carteira de empréstimos ²	8.4	-,-	1.247.631	1.247.631
Total ativos financeiros		322.778	1.365.494	1.688.272
Passivo financeiro:				
Derivativos para a proteção do fluxo de caixa	8.5	(5)	-,-	(5)
Dívidas	8.5	-,-	(568.324)	(568.324)
Outros passivos	8.5	-,-	(1.982)	(1.982)
Fundos especiais	8.5	-,-	(15.066)	(15.066)
Total passivo financeiro		(5)	(585.372)	(585.377)
Ativos financeiros líquidos		322.773	780.122	(1.102.985)

¹Inclui juros e outras receitas de investimentos.

²Inclui juros e outras receitas de empréstimos.

A exposição do Banco aos riscos ligados a instrumentos financeiros é apresentada na Nota 8.5 (ii). O nível máximo de exposição ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, corresponde aos saldos acima registrados para cada um dos ativos financeiros mantidos.

8.1 Caixa e equivalentes de caixa

Saldo em bancos e depósitos com vencimento original de até três meses:

	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
Saldo em bancos	62.615	32.037
Depósitos a prazo fixo e títulos de curto prazo	65.646	-,-
Total	128.261	32.037

(i) Classificação de equivalentes de caixa

Os depósitos a prazo fixo e títulos são considerados equivalentes de caixa, quando seu prazo de vencimento é igual ou inferior a três meses contados a partir da data de sua aquisição. Da Nota 4.6 consta a política com relação a caixa e equivalentes de caixa.

8.2. Investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA)

Os investimentos classificados nesta categoria correspondem a títulos emitidos por emissores de alta qualidade e consistem em:

	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
Títulos soberanos	225.943	173.514
Títulos de organismos multilaterais de desenvolvimento	111.201	132.482
Setor financeiro	13.587	12.969
Títulos do Tesouro da República Argentina	2.057	2.096
Subtotal	352.788	321.061
Juros acumulados a receber	2.255	1.717
Total	355.043	322.778

Na data da disposição dos investimentos, o saldo reconhecido nas "reservas de investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" faz parte da determinação dos resultados do exercício.

(i) Investimentos com coligadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, o Banco não mantinha investimentos com coligadas.

(ii) Classificação dos investimentos mantidos pelo valor justo com efeito em outros resultados abrangentes

Os investimentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os fluxos de caixa contratuais desses ativos provêm apenas do capital e dos juros e o objetivo do modelo de negócios do Banco sobre esses ativos é atingido por meio da cobrança dos fluxos de caixa contratuais e da venda desses ativos.

(iii) Desvalorização

Vide Nota 4.8 para mais detalhes a respeito das políticas aplicáveis à apuração da desvalorização e à exposição dos ativos financeiros a ela.

(iv) Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco reconheceu perda líquida não realizada de USD 9.700, em sua demonstração dos resultados abrangentes. Essa perda é composta por perda não realizada por alterações no valor de mercado de investimentos, de USD 3.928, e de perda não realizada, de USD 5.744, na valorização de operações de swap cambial e de taxas de juros (31 de dezembro de 2020, perda líquida de USD 794, que consiste em USD 2.417 relativo a perdas líquidas por alterações no valor de mercado de investimentos mantidos ao valor justo, e ganhos de USD 1.651 por alterações no valor de mercado na parte efetiva de derivativos designados como cobertura do fluxo de caixa dos títulos circulantes). Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o resultado abrangente diminuiu de USD 28, como resultado da depreciação do montante decorrente da reavaliação técnica da propriedade reconhecida em 2018, USD 812 (31 de dezembro de 2020 – USD 28).

(v) Valor justo, desvalorização e exposição ao risco

A Nota 8.7 apresenta informações importantes sobre os métodos e pressupostos usados na determinação do valor justo.

Todos os investimentos ao valor justo são denominados em dólares americanos, a moeda funcional na qual são apresentadas as demonstrações financeiras.

8.3 Investimentos a custo amortizado

Os investimentos classificados nesta categoria são certificados de depósitos e investimentos em títulos e obrigações, compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
Investimentos em depósitos a prazo fixo e certificados de depósito ⁽¹⁾		
Soberanos	141.860	28.853
Organismos multilaterais de desenvolvimento	9.990	22.463
Subtotal	151.850	51.316
Investimentos em outros valores ⁽²⁾		
Títulos soberanos	-	28.544
Títulos de organismos multilaterais de desenvolvimento	-	1.298
Títulos do setor financeiro	-	4.564
Subtotal	-	34.406
Capital investido	151.850	85.722
Juros e comissões acumulados a receber	111	105
Total	151.961	85.827

(1) Os investimentos são depósitos a prazo e certificados de depósito, com vencimento original superior a três meses.

(2) Os investimentos incluem títulos soberanos e títulos emitidos por organizações multilaterais de desenvolvimento e outras instituições financeiras cujos títulos comerciais se encaixam no perfil de risco estabelecido para os investimentos do Banco.

(i) Investimentos mantidos até o vencimento

O Banco considera como investimentos mantidos até o vencimento a custo amortizado aqueles ativos financeiros que são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo é atingido pela obtenção de fluxos de caixa estipulados em contrato, em datas específicas, correspondentes a amortização do capital e pagamento de juros. Com base nos resultados da estimativa realizada pelo Banco, referente à PCE dos investimentos mantidos ao custo amortizado, a Instituição determinou que seu valor contábil em 31 de dezembro de 2021 é inferior ao valor justo estabelecido com base no preço de mercado, portanto, nenhuma provisão foi realizada (2020 – Nenhuma).

(ii) Desvalorização e exposição ao risco

A partir do anúncio oficial de 4 de agosto de 2020, por meio do decreto 676/2020, a República Argentina aprovou os termos aplicáveis ao programa de troca das diferentes séries de títulos em circulação. Em sua qualidade de detentor das séries de títulos "PAR" e "DISCOUNT", recebidos em 2005 como parte da troca de dívida realizada naquela ocasião, o Banco participou desta nova proposta de reestruturação de dívida e trocou sua posse de títulos

"PAR", cujo valor nominal na data do acordo de troca era de USD 2.279, recebendo USD 2.279 em títulos da série USD 2041 L.A. Além disso, trocou sua posse de títulos série "DISCOUNT", cujo valor nominal na data da troca era de USD 2.308, e o capitalizado, de USD 3.236, respectivamente, por USD 3.236 em valor nominal em títulos da série USD 2038 L.A. Como parte dessa troca e como incentivo para a aceitação antecipada dos termos propostos pelo governo argentino, o Banco recebeu USD 218 em valor nominal de títulos da série USD 2029 L.A., em reconhecimento pelo pagamento do cupom não pago de juros acumulados nos títulos entregues em troca em 4 de setembro de 2020 (USD 37 correspondentes a juros acumulados no cupom da série "PAR" e USD 181, acumulados no cupom da série "DISCOUNT").

O Banco registrou essa operação de troca, substituindo sua posse de títulos "PAR" e "DISCOUNT" pelas novas séries recebidas em títulos USD 2038 L.A. e USD 2041 L.A., a seu valor nominal, que é o mesmo valor das séries entregues em troca. Consequentemente, a troca não gerou quaisquer ganhos ou perdas além da reclassificação em ORA do montante da provisão para perdas por desvalorização por perdas esperadas na posse de títulos PAR e DISCOUNT que, na data de liquidação, 8 de setembro de 2020, era de USD 3.852, compostos por USD 2.960 reconhecidos em 31 de dezembro de 2019 e USD 892 reconhecidos entre 1 de janeiro e 31 de agosto de 2020.

Os títulos recebidos em troca foram classificados como investimentos disponíveis para venda e, portanto, avaliados a VJORA, refletindo a intenção do Banco de vendê-los no momento apropriado.

8.4 Carteira de empréstimos

A composição da carteira de empréstimos a receber por país membro é a seguinte:

	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
País		
Argentina	403.808	322.860
Bolívia	355.393	331.636
Brasil	143.243	106.045
Paraguai	275.547	179.773
Uruguai	269.610	239.181
Carteira de empréstimos bruta com garantia soberana (GS)	1.447.601	1.179.495
Carteira de empréstimos bruta sem garantia soberana (SGS)	72.000	72.000
Total carteira bruta	1.519.601	1.251.495
Menos: Taxa de administração a creditar	(3.595)	(4.723)
Subtotal carteira de empréstimos	1.516.006	1.246.772
Menos: Provisão p/perdas por desvalorização potencial em empréstimos GS	(11.123)	(8.491)
Menos: Provisão para desvalorização potencial de empréstimos SGS	(1.217)	(1.250)
Total carteira líquida de empréstimos	1.503.666	1.237.031

Os juros acumulados a receber sobre empréstimos totalizam USD 10.673 e USD 10.600, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, todos os empréstimos foram classificados no Nível 1. O saldo da provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
	USD	USD
Provisão no início do exercício de período ou ano GS	8.491	12.239
Aumento/diminuição na provisão para empréstimos GS	2.632	(3.748)
Subtotal provisão GS	11.123	8.491
Provisão no início do exercício de período ou ano SGS	1.250	-
Aumento/diminuição na provisão para empréstimos SGS	(33)	1.250
Subtotal provisão SGS	1.217	1.250
Provisão p/desvalorização potencial de empréstimos	12.340	9.741

A carteira bruta classificada por data de vencimento é a seguinte:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
	USD	USD
Até um ano de prazo	108.752	75.667
Um a dois anos	147.786	98.918
Dois a três anos	176.558	127.677
Três a quatro anos	169.383	147.428
Quatro a cinco anos	145.965	136.154
Mais de cinco anos	771.156	665.651
Total carteira de empréstimos bruta	1.519.601	1.251.495

(i) Classificação da carteira de empréstimos

A maior parte da carteira de empréstimos corresponde a empréstimos outorgados com garantia soberana do país membro. Desde 2020, o Banco começou a outorgar financiamentos a bancos e empresas com capital principalmente público, em nível subnacional. O saldo pendente desses empréstimos representa cerca de 4,7% dos empréstimos brutos pendentes em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 – 5,7%).

Os empréstimos com garantia soberana são aqueles nos quais os países membros reconhecem a condição de credor preferencial do Banco.

Os financiamentos que formam a carteira de empréstimos, devido a sua natureza e seus respectivos termos, não constituem instrumentos derivativos. As cobranças de amortizações do principal respondem a montantes estabelecidos e os empréstimos não são comercializados em mercado ativo de valores. Como é explicado na Nota 13, o montante de amortizações do principal a ser recebido nos 12 meses seguintes ao encerramento do exercício é classificado como corrente e o saldo restante, como não corrente. As Notas 4.7 e 4.8 (v) descrevem as políticas contábeis usadas em relação à contabilização da carteira de empréstimos e o reconhecimento de desvalorizações potenciais, respectivamente.

O PEI 2022–2026, aprovado pela Assembleia de Governadores em 17 de setembro de 2021, inclui o financiamento de atividades de pré-investimento, investimento, cooperação técnica e de geração de conhecimento. Para tanto, o PEI 2022–2026 baseia-se na aprovação pela Assembleia de Governadores, em 2019, de uma alteração na “Política de Apropriação dos Recursos de Financiamento” com vistas a permitir o financiamento de sociedades de economia mista nos países membros nos âmbitos nacional e subnacional, sem garantia soberana (SGS). Antes dessa alteração, a Diretoria Executiva aprovou nova linha de financiamento para operações SGS em novembro de 2019.

Sob essa nova linha de financiamento SGS, o Banco está autorizado a outorgar empréstimos e garantias a sociedades de economia mista e empresas públicas nos âmbitos nacional e subnacional. Para serem elegíveis para o financiamento, essas instituições devem cumprir as exigências de capacidade financeira e liquidez e contar com classificação de risco de crédito estabelecida pelo Banco.

A partir da criação dessa nova linha de financiamento de garantia sem garantia soberana a bancos e empresas públicas com capital principalmente público em 2020, e até 31 de dezembro 2021, o Banco aprovou três empréstimos e aumentou o montante de uma linha de crédito para o total de USD 120.000, dos quais USD 72.000 já foram desembolsados (2020 – USD 72.000 aprovados e totalmente desembolsados). Esses financiamentos correspondem a linhas de crédito renováveis com vigência de até 8 anos, com carência de até 2 anos e de até 5 anos de amortização. Da mesma forma que nos financiamentos outorgados com garantia soberana, esses empréstimos acumulam juros com base na taxa de referência LIBOR de 6 meses mais um *spread* estabelecido com base na classificação de risco de crédito no momento da aprovação do financiamento. Além disso, esses financiamentos geram comissão de compromisso sobre o saldo desembolsado em cada etapa aprovada dentro da linha de crédito mais uma taxa de administração com base na vigência de cada etapa.

As operações sem garantia soberana exigem que o tomador de recursos pague soma inicial não reembolsável para cobrir os custos legais e de risco de crédito próprios do processo de geração do empréstimo.

(ii) Valor justo da carteira de empréstimos

Considera-se que o valor contábil seja próximo do valor justo, pois os fluxos de caixa futuros a receber desses ativos são próximos ao valor contabilizado.

(iii) Desvalorização e exposição ao risco

As provisões para possíveis perdas em empréstimos com garantia soberana e sem garantia soberana são mantidas em nível considerado adequado pelo Banco para absorver as perdas eventuais inerentes à carteira de empréstimos na data das demonstrações financeiras.

Conforme assinalado na Nota 4.7, a acumulação de juros na carteira é interrompida quando há mora superior a 180 dias. Os juros acumulados a receber em empréstimos declarados em moratória são registrados no momento da cobrança efetiva, até que esses empréstimos voltem a ser declarados novamente em estado de acumulação de renda. Esta condição exige que a totalidade do principal e das comissões ou juros devidos pelo tomador de recursos seja quitada, bem como a certeza de que ele tenha superado as dificuldades financeiras que motivaram o atraso no cumprimento de suas obrigações.

O Banco não teve e não tem atualmente empréstimos em estado de moratória. Não obstante, e consistente com sua política de gestão integral de riscos, o Banco constitui uma provisão para refletir uma potencial impossibilidade de cobrar de sua carteira de empréstimos.

Além disso, o Banco mantém políticas de exposição a riscos para evitar concentrar sua carteira de créditos em um único país, que poderia ser afetado por situações de mercado ou outras circunstâncias. Por isso, o Banco usa determinados parâmetros de mensuração, tais como: os montantes de seu patrimônio e o total de ativos. O Banco faz revisão trimestral do estado de sua carteira de empréstimos para avaliar desvalorizações que possam afetar sua cobrabilidade total ou parcial. As informações sobre qualidade creditícia, exposição ao risco de crédito, moeda e taxa de juros foram incluídas nas Notas 4.7 e 6.

8.5 Dívidas

As dívidas incluem empréstimos a receber contratados com outros organismos multilaterais e bilaterais de desenvolvimento (OMD); instituições financeiras; depósitos a prazo de bancos centrais dos países membros do Banco; títulos e instrumentos financeiros derivativos utilizados como proteção; e garantias recebidas ou pagas em conformidade com o contrato mestre ISDA, com direito a compensação e liquidação de saldos para compensar o risco de crédito no caso de descumprimento pela contraparte na operação de *swap* de taxa de juros e de moeda contratada. O valor líquido da operação de *swap* a receber e a pagar, junto com o valor da garantia recebida do J.P. Morgan (JPM) e do Crédit Suisse (CS), é o saldo líquido a pagar de USD 694, em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 – USD 5 de saldo líquido a receber), e é registrado em “Derivativos para a proteção de fluxos de caixa”, no balanço patrimonial.

O total de dívida em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, é o seguinte:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
	USD	USD
Dívidas		
Empréstimos e certificados de depósito a custo amortizado	381.536	398.968
Títulos	547.825	170.222
Menos: despesas de emissão de dívida a amortizar	(2.620)	(866)
Total	926.741	568.324

(i) Empréstimos de OMD e outras instituições e certificados de depósitos a prazo de bancos centrais

O saldo pendente de dívidas contratadas pelo Banco para o financiamento de desembolsos em empréstimos aprovados a seus países membros é o seguinte:

	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2021	2020
	USD	USD
Banco de Desenvolvimento da América Latina – Vide (1) abaixo	64.000	69.333
Depósitos a prazo de Bancos Centrais – Vide (2) abaixo	80.000	210.000
Banco Interamericano de Desenvolvimento – Vide (3) abaixo	100.000	88.098
Agência Francesa de Desenvolvimento – Vide (4) abaixo	20.000	20.000
Banco Europeu de Investimentos (BEI) – Vide (5) abaixo	12.000	6.000
Instituto de Crédito Oficial E.P.E. (ICO) – Vide (6) abaixo	5.536	5.536
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) – Vide (7) abaixo	100.000	-
Total	381.536	398.967

Em março de 2018, a Diretoria Executiva do Banco atualizou suas políticas financeiras por meio da RDE 1409. Dentre as alterações realizadas, foram modificadas a metodologia para determinar a capacidade de empréstimo, aplicando múltiplo de três ao patrimônio, e a metodologia para determinar o limite máximo de endividamento, estabelecendo-o como o montante equivalente à soma dos ativos líquidos mais duas vezes o montante do patrimônio.

O Banco desenhou sua estratégia de dívida e de programação financeira, de forma a diversificar as fontes de financiamento e obter um custo médio de financiamento nas melhores condições possíveis, de acordo com sua nota de risco de crédito e sua condição de credor preferencial.

- (1) No âmbito do Convênio Quadro vigente com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), assinado em 14 de novembro de 2016. Em 12 de junho de 2020, o Banco realizou desembolso de USD 64.000 contra a linha de crédito não usada. Os termos aplicáveis para este novo desembolso preveem pagamento único depois de dois anos com pagamentos semestrais de juros com base na taxa LIBOR de 6 meses mais *spread*. No âmbito de sua política de administração estratégica da liquidez, em 17 de setembro de 2021, o Banco assinou nova linha de crédito não rotativo de USD 100.000 com prazo 10 de junho de 2022. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, essa linha de crédito ainda não tinha sido usada.
- (2) O Banco acordou com os Bancos Centrais de seus países membros a possibilidade de aceitar fundos denominados em dólares estadunidenses a médio prazo. A tabela a seguir mostra a data de captação de fundos, seu vencimento e a taxa de juros aplicável.

Banco Central	Em 31 de dezembro de		Data de captação	Vencimento	Tipo de taxa de juros
	2021	2020			
	USD	USD			
Bolívia	-	30.000	15/5/2018	15/5/2021	LIBOR 6 meses mais <i>spread</i>
Bolívia	-	50.000	5/6/2020	11/8/2021	LIBOR 6 meses mais <i>spread</i>
Uruguai	-	50.000	5/5/2020	11/5/2021	Fixa ¹
Uruguai	80.000	80.000	5/5/2020	5/5/2023	Fixa ¹
Total	80.000	210.000			

¹ De acordo com suas políticas prudenciais de risco, o Banco mudou as obrigações assumidas à taxa fixa por obrigações com base na taxa LIBOR de 6 meses. Essa operação de derivativos foi realizada no âmbito do contrato mestre ISDA assinado com o JPM em março de 2018 (vide Notas 2 e 8.5 (ii), para mais detalhes).

- (3) Em 1 de dezembro de 2017, o Banco assinou acordo de financiamento de USD 100.000 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O empréstimo está baseado na taxa LIBOR de 3 meses e prevê prazo de desembolso de 5 anos, período de carência de 5 ½ anos e período de amortização de 25 anos. Ao amparo deste acordo de financiamento, que entrou em vigor no momento de sua assinatura, foi previsto o financiamento retroativo de até USD 20.000, com base em projetos previamente identificados com despesas elegíveis incorridas entre 15 de junho e 15 de novembro de 2017. Além disso, e para otimizar a gestão de recursos sob essa linha, ambas as partes acordaram que o Banco realizaria os desembolsos a serem requeridos nos empréstimos elegíveis e o BID reembolsaria o Banco no montante desembolsado sob a modalidade de reconhecimento de despesas. Assim, os fundos tomados pelo Banco sob essa linha de crédito são de disponibilidade livre para o Banco. Em 25 de junho de 2021, o Banco recebeu USD 7.712 a título de reembolso de desembolsos realizados em projetos elegíveis e, em 28 de junho de 2021, o Banco recebeu USD 4.190 para serem alocados ao reembolso de desembolsos realizados nos projetos ARG-35 e ARG-39, (em 2 de novembro de 2020, o Banco recebeu USD 27.883). Com o reembolso recebido em 31 de dezembro de 2021, essa linha de crédito foi totalmente desembolsada, totalizando o montante devido ao BID USD 100.000 (USD 88.098, em 31 de dezembro de 2020). Até hoje, o Banco mantém negociações avançadas para nova linha de crédito por etapas no montante de USD 300.000, com uma primeira etapa de USD 100.000.

A próxima tabela apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o BID, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo ainda a ser desembolsado:

Empréstimos	31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente			
	BID		A ser financiado pelo FONPLATA	
	Montante elegível	Desembolsado	Montante não financiável	
ARG-26/2016 Modernização	750	750	-	6.750
ARG-28/2016 Compl. Fronteiriços	10.000	2.000	8.000	10.000
ARG-31/2016 BICE 1ª Etapa	14.328	14.328	-	5.672
ARG-31/2016 BICE 2ª Etapa	13.881	13.881	-	6.119
ARG-35/2017 Infraestr. para a integração	11.500	2.220	9.280	10.700
ARG-32/2016 Aristóbulo del Valle	20.000	9.709	10.291	17.214
ARG-39/2018 Rodovia 13 Chaco	20.000	20.000	-	45.000
BRA-16/2014 Corumbá	10.000	10.000	-	30.000
PAR-20/2015 Integração	23.250	22.922	328	46.750
PAR-25/2018 Rotas Jesuíticas	12.000	-	12.000	-
Adiantamento para projetos ARG-35/ARG-39 ²	-	4.190	(4.190)	(4.190)
Projetos elegíveis não desembolsados	(35.709)	-	-	-
Total	100.000	100.000	35.709	174.015

² Esta importância será alocada mais adiante.

Além disso, e ao amparo do acordo de financiamento N.º 4377/OC-RG, o Banco e o BID assinaram a ATN/OC-16469-RG para a Integração Regional da Bacia do Prata: Integração de Corredores Regionais, que prevê a concessão ao Banco de até USD 500 em recursos de cooperação técnica. Adicionalmente, e no âmbito dos termos da ATN/OC-16469-RG, o BID aprovou a ATN/OC-1728-RG, descentralizando os recursos reservados para o subcomponente 1.2 no total de USD 100. Desse montante, o Banco solicitou desembolsos no total de USD 70. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco tinha desembolsado USD 64,05 desses recursos em sete parcelas por consultoria de serviços profissionais e desenvolvimento de aplicativos eletrônicos para melhoria da administração de operações do Banco. As tarefas realizadas lançaram as bases para um sistema de gestão da documentação. O restante não utilizado, de USD 5,94, foi reembolsado ao BID em 28 de janeiro de 2021. Com a implementação do sistema de gestão da documentação, o Banco cumpriu o propósito da ATN, tendo o montante restante não utilizado sido cancelado pelo BID.

- (4) Em 13 de dezembro de 2017, o Banco assinou contrato de dívida com a Agência Francesa de Desenvolvimento no valor de USD 20.000 amortizáveis em 15 anos à taxa LIBOR de 6 meses mais *spread*. Em 20 de outubro de 2018, foram desembolsados USD 5.000 desta linha para o empréstimo BOL-28/2016 "Colhendo", que havia sido aprovado no valor total de USD 10.000. O Banco recebeu o restante não desembolsado sob esta linha de crédito, de USD 15.000, em 11 de setembro de 2020.
- (5) Além disso, em 6 de julho de 2018, o Banco assinou linha de financiamento de USD 60.000 com o Banco Europeu de Investimentos (BEI). Em 31 de dezembro de 2021, o Banco retirou dessa linha de crédito USD 12.000, tendo recebido USD 6.000 em 31 de agosto de 2021 e USD 6.000 em 17 de agosto de 2020.
- (6) Em 17 de dezembro de 2018, o Banco acordou linha de crédito com o Instituto de Crédito Oficial E.P.E. – (ICO), no total de USD 15.000, com vigência até 17 de dezembro de 2020. Dessa linha de crédito foram recebidos apenas USD 5.536 em 2019. Em 23 de junho de 2021, o Banco assinou nova linha de crédito com o ICO, no total de USD 15.000, que prevê o financiamento retroativo de desembolsos elegíveis que foram realizados a partir de 1 de janeiro de 2020, inclusive.

A tabela a seguir apresenta em detalhe os empréstimos considerados elegíveis para o financiamento da linha aprovada com o ICO, o valor total a ser financiado, o montante desembolsado até hoje e o saldo ainda a ser desembolsado:

Empréstimos	31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente			
	ICO			
	Montante elegível	Desembolsado 2020	Desembolsado 2021	Não desembolsado
BOL – 25 Rede de esgoto	1.674	1.674	-	-
URU – 14 Líquidos residuais	3.629	2.129	-	1.500
ARG – 38/2018 Ferroviário	1.733	1.733	-	-
Projeto a ser identificado	7.964	-	-	7.964
ICO FASE II	15.000	-	-	15.000
Projeto cancelado	(9.464)	-	-	(9.464)
Total	20.536	5.536	-	15.000

- (7) Em 22 de junho de 2021, o Banco contratou mecanismo de crédito facilitado com prazo de 5 anos, no valor de USD 100.000, com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. (BBVA), cujo total foi desembolsado em 30 de junho de 2021. Os fundos foram usados para financiar desembolsos esperados do empréstimo até o final do ano.

(ii) Títulos e instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteção de fluxos de caixa

Conforme assinalado nas Notas 2 e 4.10, o Banco emitiu seus segundo e terceiro títulos no mercado de capitais suíço, identificados como FONPLATA26 e FONPLATA28, respectivamente, denominados em francos suíços, e que foram formalizados em 3 de março e 1 de dezembro de 2021, respectivamente, com o recebimento dos fundos. O FONPLATA26 totalizou CHF 200.000, com cupom a taxa fixa anual e prazo de 5 anos e meio, em 3 de setembro de 2026, e o FONPLATA28, CHF 150.000, com cupom a taxa fixa anual e prazo de 7 anos, em 1 de dezembro de 2028.

Seguindo sua política de gestão de riscos, o Banco contrata derivativos para a troca de obrigações denominadas em moedas diferentes do dólar estadunidense e com taxas de juros diferentes da taxa LIBOR de 6 meses por obrigações denominadas em dólares estadunidenses que geram juros com base na taxa LIBOR de 6 meses. De acordo com a natureza dessas transações, o Banco considerou que as operações de swap cambial e de taxa de juros realizadas são eficazes para neutralizar tanto os riscos de diferenças cambiais quanto de variações na taxa de juros. Consequentemente, o Banco designou esses derivativos como operações de proteção dos fluxos de fundos esperados, de acordo com a IFRS 9.

A seguir apresentamos os swaps cambiais em vigor em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente:

31 de dezembro de 2021

1. JPM – Swap de moeda e de taxas de juros referente à operação de câmbio de CHF 150.000, com prazo de 5 anos a taxa fixa e cupom anual de 0,578%, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, para USD 148.809, com prazo de 5 anos e pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.
2. JPM – Swap de taxas de juros para alterar os pagamentos semestrais de taxa fixa, ligados a depósitos a prazo obtidos do BCU, no montante agregado de USD 80.000, por pagamentos semestrais a taxa de juros variável com base na taxa LIBOR de 6 meses (vide Notas 2 e 8 (i) (2)).

31 de dezembro de 2021

- CS – Swap de moeda e de taxas de juros referente à operação de câmbio de CHF 200.000, com prazo de 5 ½ anos a taxa fixa e cupom anual de 0,556%, para USD 222.668, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, com prazo de 5 ½ anos e pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.
- CS – Swap de moeda e de taxas de juros referente à operação de câmbio de CHF 150.000, com prazo de 7 anos a taxa fixa e cupom anual de 0,7950%, para USD 164.474, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, com prazo de 5 ½ anos e pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.

31 de dezembro de 2020

- JPM – Swap de moeda e de taxas de juros referente à operação de câmbio da dívida denominada em francos suíços pela emissão de títulos de 2019 de CHF 150.000, com prazo de 5 anos a taxa fixa e cupom anual de 0,578%, mais 1 ponto base de comissão para o agente pagador, para USD 148.809, com prazo de 5 anos e pagamento de juros semestrais, baseados na taxa LIBOR de 6 meses.
- JPM – Swap de taxas de juros para alterar os pagamentos semestrais de taxa fixa, ligados a depósitos a prazo obtidos do BCU, no montante agregado de USD 130.000, por pagamentos semestrais a taxa de juros variável com base na taxa LIBOR de 6 meses.

O Banco assinou contrato mestre ISDA com cada uma de suas contrapartes, sob os quais cada parte deve compensar a outra com garantia por qualquer diferença no risco de crédito como resultado de mudança na valorização diária das operações de swap devido a mudanças nas taxas de juros e de câmbio. A garantia a integralizar pela parte que estiver em déficit pode consistir em numerário ou letras do Tesouro dos Estados Unidos e deve ser constituída toda vez que esse déficit ultrapassar USD 500. O Banco usa seu próprio modelo de avaliação para monitorar a equidade e a razoabilidade das avaliações realizadas pelas contrapartes, o qual se baseia em informações do mercado sobre taxas de juros e taxas de câmbio fornecidas pelo serviço financeiro da Bloomberg.

Caso a garantia seja integralizada em dinheiro, a parte que a receber estará obrigada a pagar à contraparte juros com base na taxa de juros interbancária publicada pelo *Federal Reserve Bank* dos Estados Unidos.

Os juros recebidos pelo Banco, referentes ao montante de garantia mantido pelo JPM, são reconhecidos como parte das receitas de investimentos. Os juros pagos pelo Banco ao JPM como compensação da garantia dele recebida fazem parte do serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco mantém garantia em dinheiro recebida do JPM, no valor de USD 16.322, e mantém posição de garantia a receber com o CS de USD 8.720, e posição líquida a pagar de USD 7.602. Os depósitos de garantia recebidos do JPM e enviados ao CS fazem parte dos contratos de swap de moeda e taxas assinados e foram desenhados para proteger as partes do risco de descumprimento de uma das partes, perante mudanças cambiais e de taxas de juros objeto do swap (31 de dezembro de 2021 – USD 23.584 de garantia a pagar a JPM). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco reembolsou ao JPM USD 7.260 da garantia recebida e encaminhou USD 8.720 ao CS por garantia requerida, totalizando USD 15.980 de uso de fundos.

O montante total de juros recebidos e pagos por garantia recebida e encaminhada às contrapartes baseia-se nas taxas de juros para aplicações da Reserva Federal dos EUA e totalizou USD 13 e USD 5, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 – USD 0 de juros recebidos e USD 30 de juros pagos).

Os ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando o Banco tem direito, por contrato, de compensar os montantes reconhecidos, e a intenção de cumprir o contrato compensando a obrigação líquida ou realizar o ativo e saldar o passivo de forma simultânea.

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros reconhecidos como se tivesse sido executada a opção de compensação (operações de swap de taxa e moeda e de garantia) com base no direito de compensação e subsequente liquidação do contrato, o que não foi efetivado até 31 de dezembro de 2021. A coluna "montantes líquidos" mostra o impacto no balanço patrimonial para o Banco, caso o direito à compensação e liquidação não seja executado.

	Montantes brutos USD	Montantes brutos compensados no balanço patrimonial USD	Montantes líquidos apresentados no balanço patrimonial USD
31 de dezembro de 2021			
Ativos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – CS	230.790	(239.500)	(8.710)
Garantia a receber – CS	8.720	-	8.720
Subtotal derivativos a receber – CS	239.510	(239.500)	10
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – CS	(239.500)	239.500	-
Subtotal derivativos a pagar – CS	(239.500)	239.500	-
Exposição líquida de derivativos a receber	10	-	10
31 de dezembro de 2021			
Ativos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – JPM	333.249	(316.326)	16.923
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – JPM	80.562	(80.479)	83
Subtotal derivativos a receber – JPM	413.811	(397.075)	17.006
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – JPM	(316.326)	316.326	-
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – JPM	(80.479)	80.479	-
Garantia a pagar – JPM	(16.322)	-	(16.322)
Subtotal derivativos a pagar – JPM	(413.127)	397.075	(16.322)
Exposição líquida de derivativos a pagar ²	684	-	684
Exposição líquida de derivativos a receber	694	-	694
31 de dezembro de 2020			
Ativos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – JPM	179.475	(179.475)	-
Swap cambial e de taxa de juros a receber VJORA – JPM	132.360	(132.360)	-
Subtotal derivativos a receber – JPM	311.835	(311.835)	-
Passivos financeiros:			
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – JPM	(156.261)	179.475	23.214
Swap cambial e de taxa de juros a pagar VJORA – JPM	(131.995)	132.360	365
Garantia a pagar – JPM	(23.584)	-	(23.584)
Subtotal derivativos a pagar – JPM	(311.840)	311.835	(5)
Exposição líquida de derivativos a pagar	(5)	-	(5)

Devido ao encerramento antecipado dos mercados de capital em 31 de dezembro de 2021, o JPM transferiu ao Banco o ajuste correspondente de spread de USD 690, em 3 de janeiro de 2022, mudando a exposição do Banco ao risco de crédito de USD 684 para passivo líquido de USD 6.

Todos os derivativos são mensurados ao valor justo, usando técnicas de avaliação, com base no uso de informações do mercado confiáveis e observáveis na medida do possível, portanto são classificados no nível 2 (vide Nota 8.7).

A dívida a pagar classificada de acordo com sua data contratual de vencimento é a seguinte:

Vencimentos	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
Até um ano	66.016	135.333
De um a dois anos	104.592	66.016
De dois a três anos	205.606	87.330
De três a quatro anos	41.688	177.553
De quatro a cinco anos	244.579	7.760
Mais de cinco anos	266.880	95.198
Total	929.361	569.190

(iii) Valor justo das dívidas

Os depósitos a prazo obtidos de bancos centrais e os empréstimos contratados com OMD e outras instituições são mantidos a custo amortizado. Estima-se que o valor contábil se aproxima de seu valor justo toda vez que os fluxos de caixa a serem usados para quitar os saldos pendentes são muito semelhantes ao valor contábil da dívida.

Os títulos a pagar e a operação de swap cambial e de taxa de juros designada como operação de proteção são mensurados ao valor justo, sendo a parte eficaz da operação de cobertura registrada como parte da reserva de operações de proteção em outros resultados abrangentes e a parte ineficaz da operação de cobertura, como parte do serviço da dívida na demonstração do resultado do exercício.

(iv) Exposição ao risco

As Notas 6 e 7, respectivamente, oferecem informações referentes ao risco de exposição associado às dívidas contraídas.

8.6 Fundos especiais

O saldo que o Banco mantém com fundos especiais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, inclui os seguintes itens:

	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
FOCOM	13.769	8.838
PAC	4.056	2.986
PCT	4.066	3.242
Total	21.891	15.066

A Assembleia de Governadores do Banco pode criar fundos especiais para fins específicos, que são considerados entidades jurídicas separadas e independentes do Banco e cujo controle é exercido diretamente pelos países membros, por meio da Assembleia de Governadores. Portanto, os saldos desses fundos não são consolidados pelo Banco.

Os fundos especiais são financiados por meio da distribuição de parte dos resultados acumulados não alocados ou ganhos retidos mantidos na reserva de capital. No ano de 2014, a Assembleia de Governadores criou e financiou os seguintes fundos especiais:

- Fundo especial para a compensação da taxa de operações (conhecido como FOCOM):** O objetivo deste fundo, de ajuda na redução do custo financeiro decorrente dos empréstimos contraídos pela Bolívia, Paraguai e Uruguai com o Banco, foi ampliado em 2020 para todos os países membros no caso de operações que possam ser elegíveis sob a "Linha Verde", projetos com impacto ambiental e projetos sob a "Linha de Reativação Econômica". Essa ajuda é realizada por meio do pagamento de parte dos juros a serem pagos semestralmente. O pagamento do benefício outorgado por este fundo é contingente e determinado de forma anual por conta e ordem dos tomadores de recursos. Em 19 de setembro de 2021 (RAG – 182), a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o FOCOM de USD 7.000 dos resultados acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2020. A partir de sua criação em maio de 2014 e até 31 de dezembro de 2021, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para este fundo de USD 18.510 dos resultados acumulados a título de contribuição (31 de dezembro de 2020 – USD 11.510).
- Programa de Cooperação Técnica (PCT):** Este fundo foi criado por meio da transformação e do repasse de recursos do "Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Integração Regional" (FONDEPRO) para o PCT. O PCT visa promover o desenvolvimento e a integração regional – foco estratégico do Banco – por meio do financiamento de estudos, troca de conhecimentos técnicos, apoios e outras iniciativas. Em 19 de setembro de 2021 (RAG – 182), a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o PCT de USD 1.500 dos resultados acumulados não alocados até 31 de dezembro de 2020. A partir de sua criação e até 31 de dezembro de 2021, a Assembleia de Governadores aprovou a alocação para o PCT de USD 4.500 dos resultados acumulados não alocados a título de contribuição (31 de dezembro de 2020 – USD 3.000).
- Fundo de Pensão (PAC):** Conforme explicado na nota 4.13, "Outros benefícios a funcionários", em 14 de agosto de 2018, a Diretoria Executiva aprovou o Fundo de Pensão (PAC). O PAC foi efetivado em 1 de novembro de 2018, com vigência nos primeiros oito anos do vínculo empregatício do funcionário. O PAC mantém o benefício a título de indenização por tempo de serviço, e o Banco contribui com o aporte de 100% do montante da taxa de contribuição dos funcionários participantes da poupança voluntária.

A poupança voluntária é opcional e os funcionários que resolverem não participar receberão apenas o benefício de indenização. Há um percentual máximo e um mínimo de poupança voluntária, equivalente a um mês de salário por ano de serviço (8,33%) e meio mês de salário por ano de serviço (4,17%), respectivamente.

A escolha do percentual de poupança voluntária é feita anualmente, antes do início de cada gestão. A vigência do PAC é de oito anos, contados a partir da contratação do funcionário. Além disso, e como incentivo para reter o quadro de pessoal, o PAC prevê um período de elegibilidade de quatro anos. Quando ocorre o encerramento da relação de trabalho, os participantes têm direito de resgatar do PAC a totalidade do benefício acumulado a título de indenização, as contribuições realizadas a título de poupança voluntária, incluindo os rendimentos acumulados, bem como as contribuições do Banco para a poupança voluntária e os respectivos rendimentos acumulados.

Ao longo do período de elegibilidade, o Banco aplica um percentual de retenção, reduzindo o montante disponível para resgate para os participantes com tempo de serviço inferior a quatro anos. Esse percentual de retenção é aplicado apenas ao montante correspondente às contribuições feitas pelo Banco com base na poupança voluntária realizada pelos participantes e nos decorrentes rendimentos acumulados. O percentual de retenção aplicável é: 75% no primeiro ano de serviço, 50% no segundo, 25% no terceiro e 0% ao final do quarto ano de serviço, momento no qual o participante passa a ser elegível para resgatar a totalidade dos fundos acumulados em sua conta do PAC por ocasião do encerramento do vínculo empregatício.

A tabela a seguir apresenta detalhe dos fundos acumulados e do total de fundos disponíveis no PAC para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

	Contribuições p/benefício de indenização USD	Contribuição p/poupança voluntária de funcionários USD	Contribuições FONPLATA p/poupança voluntária USD	Total acumulado USD	Total disponível p/pagamento de benefícios USD	Montante diferido USD
31 de dezembro de 2021						
Saldos em 31 de dezembro de 2020:	1.598	803	585	2.986	2.896	90
Mudanças no tempo de serviço	-	-	-	-	60	(60)
Contribuição p/benefício no encerramento	465	-	-	465	465	-
Poupança voluntária dos participantes	-	367	367	734	684	50
Poupança voluntária adicional dos participantes	-	153	-	153	153	-
Receita acumulada sobre investimentos	-	1	1	2	2	-
Resgates	(174)	(64)	(46)	(284)	(284)	-
Saldo devido ao PAC	1.889	1.260	906	4.056	3.976	80
31 de dezembro de 2020						
Saldos em 31 de dezembro de 2019:	1.393	404	304	2.101	2.035	66
Contribuição p/benefício no encerramento	423	-	-	423	423	-
Poupança voluntária dos participantes	-	322	322	644	620	24
Poupança voluntária adicional dos participantes	-	161	-	161	161	-
Receita acumulada sobre investimentos	-	8	6	14	14	-
Resgates	(218)	(92)	(47)	(357)	(357)	-
Saldo devido ao PAC	1.598	803	585	2.986	2.896	90

Os ativos e passivos dos fundos especiais são administrados pelo Banco independentemente da gestão de seus ativos e passivos, aplicando as mesmas políticas, procedimentos e estrutura de controle interno usada na administração dos ativos e passivos ligados ao objetivo do Banco. As receitas acumuladas, atribuíveis a cada um desses fundos, são apuradas com base na proporção de ativos de cada fundo que possam ser investidos com o montante da carteira de investimentos gerida pelo Banco, multiplicada pelo resultado obtido de investimentos em cada exercício. O investimento dos ativos líquidos dos fundos especiais geridos pelo Banco e as receitas geradas por esses investimentos são contabilizados por meio de contas mantidas para cada fundo especial.

8.7 Reconhecimento e mensuração do valor justo

Esta nota inclui informações sobre as avaliações e estimativas usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros reconhecidos e mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras.

Ao longo do período de elegibilidade, o Banco aplica um percentual de retenção, reduzindo o montante disponível para resgate para os participantes com tempo de serviço inferior a quatro anos. Esse percentual de retenção é aplicado apenas ao montante correspondente às contribuições feitas pelo Banco com base na poupança voluntária realizada pelos participantes e nos decorrentes rendimentos acumulados. O percentual de retenção aplicável é: 75% no primeiro ano de serviço, 50% no segundo, 25% no terceiro e 0% ao final do quarto ano de serviço, momento no qual o participante passa a ser elegível para resgatar a totalidade dos fundos acumulados em sua conta do PAC por ocasião do encerramento do vínculo empregatício.

A tabela a seguir apresenta detalhe dos fundos acumulados e do total de fundos disponíveis no PAC para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

	Contribuições p/benefício de indenização USD	Contribuição p/poupança voluntária de funcionários USD	Contribuições FONPLATA p/poupança voluntária USD	Total acumulado USD	Total disponível p/pagamento de benefícios USD	Montante diferido USD
31 de dezembro de 2021						
Saldos em 31 de dezembro de 2020:	1.598	803	585	2.986	2.896	90
Mudanças no tempo de serviço	-	-	-	-	60	(60)
Contribuição p/benefício no encerramento	465	-	-	465	465	-
Poupança voluntária dos participantes	-	367	367	734	684	50
Poupança voluntária adicional dos participantes	-	153	-	153	153	-
Receita acumulada sobre investimentos	-	1	1	2	2	-
Resgates	(174)	(64)	(46)	(284)	(284)	-
Saldo devido ao PAC	1.889	1.260	906	4.056	3.976	80
31 de dezembro de 2020						
Saldos em 31 de dezembro de 2019:	1.393	404	304	2.101	2.035	66
Contribuição p/benefício no encerramento	423	-	-	423	423	-
Poupança voluntária dos participantes	-	322	322	644	620	24
Poupança voluntária adicional dos participantes	-	161	-	161	161	-
Receita acumulada sobre investimentos	-	8	6	14	14	-
Resgates	(218)	(92)	(47)	(357)	(357)	-
Saldo devido ao PAC	1.598	803	585	2.986	2.896	90

Os ativos e passivos dos fundos especiais são administrados pelo Banco independentemente da gestão de seus ativos e passivos, aplicando as mesmas políticas, procedimentos e estrutura de controle interno usada na administração dos ativos e passivos ligados ao objetivo do Banco. As receitas acumuladas, atribuíveis a cada um desses fundos, são apuradas com base na proporção de ativos de cada fundo que possam ser investidos com o montante da carteira de investimentos gerida pelo Banco, multiplicada pelo resultado obtido de investimentos em cada exercício. O investimento dos ativos líquidos dos fundos especiais geridos pelo Banco e as receitas geradas por esses investimentos são contabilizados por meio de contas mantidas para cada fundo especial.

8.7 Reconhecimento e mensuração do valor justo

Esta nota inclui informações sobre as avaliações e estimativas usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros reconhecidos e mensurados ao valor justo nas demonstrações financeiras.

A determinação do valor justo a ser atribuído a seus ativos de investimento é realizada obtendo valores de acordo com os três níveis estabelecidos pelas normas de contabilidade. A explicação de cada nível é apresentada a seguir.

	Nota	Nível 1 USD	Nível 2 USD	Nível 3 USD
31 de dezembro de 2021				
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	352.788	-	-
31 de dezembro de 2020				
Investimentos ao valor justo por meio de ORA	8.2	321.061	-	-

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, não foram mantidos instrumentos financeiros que devessem ser mensurados ao valor justo de forma recorrente, para os quais o Banco tenha tido que usar as metodologias de avaliação estabelecidas nos níveis 2 e 3. No caso de alterações nos métodos de determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros de investimento, é política do Banco reconhecer o impacto dessas alterações.

- Nível 1:** O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (tais como investimentos a valor de mercado) baseia-se nos preços de cotação de mercado determinados no final do período. O preço de cotação usado para os ativos financeiros mantidos pelo Banco é o preço de mercado. Esses instrumentos são incluídos no nível 1.
- Nível 2:** O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação baseadas no uso de informações confiáveis e observáveis do mercado, na medida do possível. Quando todas as informações necessárias para determinar o valor justo de um instrumento são observáveis, o instrumento é incluído no nível 2. O Banco não possui instrumentos financeiros neste nível.
- Nível 3:** Quando não é possível obter do mercado as informações consideradas significativas ou de relevo para a determinação do valor justo, os instrumentos financeiros são incluídos no nível 3. O Banco não possui instrumentos financeiros neste nível.

NOTA 9 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta nota apresenta informações sobre os ativos e passivos não financeiros do Banco, incluindo:

- Informações específicas sobre cada tipo de ativo e passivo não financeiro.
- Políticas contábeis aplicadas.
- Informações sobre a determinação do valor justo dos ativos e passivos, incluindo as avaliações profissionais utilizadas e as incertezas das estimativas aplicadas.

9.1 Propriedades e equipamentos, líquido

Propriedades e equipamentos inclui os seguintes itens:

Valor de origem

Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.827
Adições	30
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.857
Adições	-
Valor de origem em 31 de dezembro de 2021	4.857

Depreciação acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2019	347
Depreciação	166
Saldo em 31 de dezembro de 2020	513
Depreciação	166
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2021	679
Valor líquido resultante em 31 de dezembro de 2021	4.178
Valor líquido resultante em 31 de dezembro de 2020	4.344

Propriedades USD	Móveis e equipamentos USD	Obras de Arte USD	Veículos USD	Total USD
4.827	1.860	87	48	6.822
30	568	-	-	598
4.857	2.428	87	48	7.420
-	214	-	-	214
4.857	2.642	87	48	7.634
347	750	-	40	1.137
166	178	-	5	349
513	928	-	45	1.486
166	237	-	3	406
679	1.165	-	48	1.892
4.178	1.477	87	-	5.742
4.344	1.500	87	3	5.934

Em 14 de dezembro de 2021, tendo completado o processo de abertura dos escritórios de ligação nos países membros com a correspondente alocação de funcionários, o Banco otimizou a distribuição das repartições em sua sede principal e aceitou a oferta de instituição financeira para vender-lhe duas salas que não tinham conexão com os outros 5 andares ocupados pelo Banco. A venda foi acordada em USD 450, valor aproximadamente normal no mercado para salas de similar qualidade e localização, e completada em 18 de janeiro de 2022, quando o Banco recebeu o pagamento completo acordado e entregou as salas ao comprador. O espaço vendido representa menos de 10% do total do espaço originalmente adquirido.

O valor líquido resultante de escritórios, estacionamentos e espaços para armazenamento, que fazem parte da sede central do Banco, incluem o montante de uma reavaliação técnica reconhecida de USD 812, baseado no valor justo estimado, resultado de avaliação independente de 31 de dezembro de 2018. Essa reavaliação teve como resultado o reconhecimento de reserva de reavaliação técnica incluída em outros resultados abrangentes. O montante da reserva reduziu-se em USD 28 de depreciação anual correspondente ao ano findo em 31 de dezembro de 2021 por depreciação (31 de dezembro de 2020 – USD 28), e poderia ser ajustado com base em reavaliações técnicas posteriores.

(i) Métodos de depreciação, reavaliação e vidas úteis

A propriedades são reconhecidas a seu valor justo com base em avaliações periódicas realizadas por perito independente, com exceção da depreciação desses ativos. Os outros ativos incluídos neste item são reconhecidos a seu valor de custo histórico menos a depreciação acumulada.

A depreciação é apurada usando o método de linha reta para reconhecer os custos ou valores reavaliados, de acordo com as vidas úteis estimadas dos ativos. As vidas úteis aplicadas para a depreciação dos ativos são as seguintes:

Item	Vida útil
Propriedades:	
Terrenos	Não são amortizados
Edifícios	40 anos ou o valor que venha a surgir da reavaliação técnica, aquele que for inferior
Equipamentos e móveis:	
Melhorias em imóveis arrendados	Termo do contrato
Móveis e equipamentos	8 a 10 anos
Equipamentos de computação e aplicativos	4 a 7 anos
Veículos	5 anos
Obras de arte	Não são amortizados

Na Nota 4.9 são incluídas informações adicionais sobre as políticas contábeis aplicadas às propriedades e equipamento.

(ii) Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas, se as propriedades tivessem sido determinadas ao custo histórico

Se as propriedades tivessem sido determinadas ao custo histórico, os saldos teriam sido os seguintes:

	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
Custo	4.044	4.044
Depreciação acumulada	(596)	(458)
Total	3.448	3.586

9.2 – Diversos

Este item inclui saldos menores devidos ao Banco por empréstimos ao pessoal, adiantamentos a provedores, despesas pagas antecipadamente, despesas diferidas e depósito de caução para o escritório de ligação em Assunção, Paraguai.

O Banco assinou contratos de arrendamento a médio prazo para assegurar o espaço para seus escritórios de ligação em Montevidéu, Uruguai, e Brasília, Brasil. Os arrendamentos por períodos superiores a um ano são reconhecidos e contabilizados em conformidade com a IFRS 16. A tabela a seguir apresenta as informações relevantes desses arrendamentos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

	Obrigação de arrendamento USD
31 de dezembro de 2021	
Montevidéu – Uruguai, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 20 de novembro de 2020. Pagamentos mensais mínimos em dólares estadunidenses de USD 2,5, a partir de 1 de fevereiro de 2021 até 1 de janeiro de 2024. Os pagamentos mínimos de aluguel estão sujeitos a aumento anual de 4%.	95
Brasil – Brasília, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 15 de março de 2021, com pagamentos mínimos de arrendamento denominados em reais brasileiros, USD 9,5, sujeitos a ajustes anuais baseados no índice de preços de inflação local. O contrato de arrendamento vence em 14 de março de 2024.	49
Total	144
	49

31 de dezembro de 2020

Montevidéu – Uruguai, contrato de arrendamento de 3 anos assinado em 20 de novembro de 2020. Pagamentos mensais mínimos em dólares estadunidenses de USD 2,5, a partir de 1 de fevereiro de 2021 até 1 de janeiro de 2024. Os pagamentos mínimos de aluguel estão sujeitos a aumento anual de 4%.

Total	114
--------------	------------

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o montante total de diversos a receber é de USD 748 e USD 762, respectivamente.

9.3 – Outros passivos

Este item inclui juros e comissões acumulados a pagar por dívidas assumidas, bem como saldos menores a pagar a provedores e reembolsos ao pessoal. Ainda, e conforme assinalado na Nota 9.2, inclui o reconhecimento da parte não amortizada do passivo contraído pelo contrato de arrendamento com relação ao escritório de ligação em Montevidéu, República Oriental do Uruguai. A composição de outros passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, é a seguinte:

	31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
Juros e comissões acumulados por dívidas	2.534	1.633
Contas a pagar e acréscimos	471	235
Parte não amortizada de arrendamentos financeiros	144	114
Total	3.149	1.982

NOTA 10 – PATRIMÔNIO

10.1 Capital

Em 28 de janeiro de 2016, a 14 Assembleia Extraordinária de Governadores aprovou novo aumento de capital de USD 1.375.000, passando o capital de USD 1.639.200 para USD 3.014.200.

O novo aumento de capital efetivou-se em 2017 com o processo de subscrição pelos países membros de suas cotas de capital a ser pago em dinheiro, totalizando USD 550.000, e do compromisso da totalidade do capital exigível, totalizando USD 825.000. O capital a ser pago em dinheiro será integralizado em oito parcelas entre 2018 e 2024, nos casos de Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, e entre 2018 e 2026, no caso do Brasil. No final do processo de integralização do capital a ser pago em dinheiro, este capital totalizará USD 1.349.200. A totalidade do capital exigível, i.e., USD 1.665.000, foi subscrita e autorizada pelos países membros em 31 de dezembro de 2018. O pagamento do capital exigível subscrito ocorrerá quando for requerido, após aprovação pelos Governadores, quando necessário para cumprir com as obrigações financeiras do Banco, se o Fundo não tiver condições de satisfazê-las com recursos próprios.

Eis a composição do capital do Banco por país membro em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente:

País membro ⁱ	Capital subscrito		Capital autorizado		Total	%
	Caixa USD	Exigível USD	Caixa USD	Exigível USD		
• Argentina	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Bolívia	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Brasil	449.744	555.014	449.744	555.014	1.004.758	33,3%
• Paraguai	149.904	184.991	149.904	184.991	334.895	11,1%
• Uruguai	149.904	184.990	149.904	184.990	334.894	11,1%
	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>1.349.200</u>	<u>1.665.000</u>	<u>3.014.200</u>	<u>100,0%</u>

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Banco recebeu capital em dinheiro dos países membros no total de USD 89.585 e USD 51.333, respectivamente. Os montantes de capital pagos subscritos e ainda não integralizados, bem como o capital exigível e autorizado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, são os seguintes:

País membro	31 de dezembro de 2021 Capital subscrito em dinheiro			31 de dezembro de 2020 Capital subscrito em dinheiro		
	Integraliza do ⁱ	A integralizar ⁱ	Total	Caixa ⁱ	A integralizar ⁱ	Total
	USD	USD	USD	USD	USD	USD
• Argentina	356.244	93.500	449.744	325.076	124.668	449.744
• Bolívia	118.737	31.167	149.904	108.349	41.555	149.904
• Brasil	294.012	155.732	449.744	266.759	182.985	449.744
• Paraguai	118.737	31.167	149.904	108.349	41.555	149.904
• Uruguai	118.737	31.167	149.904	108.349	41.555	149.904
Total	<u>1.006.467</u>	<u>342.733</u>	<u>1.349.200</u>	<u>916.882</u>	<u>432.318</u>	<u>1.349.200</u>

31 de dezembro de 2021 e de 2020:

País membro	Capital subscrito exigível ⁱ
	Autorizado ⁱⁱ USD
• Argentina	555.014
• Bolívia	184.991
• Brasil	555.014
• Paraguai	184.991
• Uruguai	184.990
Total	<u>1.665.000</u>

ⁱ Em 31 de dezembro de 2018, os países membros tinham subscrito e autorizado o total de sua participação no capital exigível.

ⁱⁱ Devido a arredondamento em milhares de dólares estadunidenses, os montantes parciais podem não concordar com o total.

10.2. Outras reservas

Conforme explicado na Nota 8.2 (iv), outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, incluem:

- (i) Reserva para alterações no valor justo de investimentos – VJORA: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, esta reserva por perda não realizada diminuiu de USD 3.927 para perda não realizada acumulada de USD 5.806 (31 de dezembro de 2020 – redução de USD 2.417 em decorrência de perdas não realizadas por ajuste a valor justo dos investimentos disponíveis para venda, para saldo de perdas não realizadas de USD 1.879).
- (ii) Reserva para alterações no valor justo dos derivativos mantidos para proteção: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, esta reserva sofreu redução por perdas não realizadas, como resultado da perda na valorização dos derivativos contratados para a cobertura dos fluxos de fundo, de USD 5.744 para uma perda total acumulada de USD 3.578 (31 de dezembro de 2020 – aumento de USD 1.651, ganhos para saldo acumulado de ganhos não realizados de USD 2.166).
- (iii) Reserva para reavaliação de propriedades: No período findo em 31 de dezembro de 2021, esta reserva diminuiu USD 28, ficando o saldo em USD 729 (31 de dezembro de 2020 – redução de USD 28, ficando o saldo em USD 757).

10.3. Lucros acumulados e reserva geral

Os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2021 totalizam USD 24.030 e correspondem totalmente à receita líquida obtida de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

As políticas do Banco preveem que os Resultados acumulados não alocados sejam usados para assegurar a preservação do valor do patrimônio no tempo e, também, para financiar o Fundo Especial Compensação da Taxa de Operacional (FOCOM) e o Programa de Cooperação Técnica (PCT). A Nota 8.6 apresenta informações sobre a alocação de recursos a esses dois fundos com base nas receitas retidas e não alocadas em 31 de dezembro de 2020, aprovada pela Assembleia de Governadores.

O montante da reserva de capital em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, é o seguinte:

	Reserva de capital USD
Saldo em 31 de dezembro de 2019	132.443
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2020: de resultados acumulados	23.308
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>155.751</u>
Alocado pela Assembleia de Governadores em 2021	27.414
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>183.165</u>

NOTA 11 – RECEITAS

A composição da receita líquida é a seguinte:

	De 1 de janeiro a 31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
Receitas de empréstimos:		
Juros	35.609	36.438
Comissão de compromisso	3.653	4.563
Taxa de administração	2.959	2.107
Subtotal	42.221	43.108
Receitas de investimentos:		
Juros	4.793	8.038
Outros	15	19
Receitas de investimentos, bruto	4.808	8.057
Participação de fundos especiais – Nota 8.6	(23)	(162)
Receitas de investimentos, líquido	4.785	7.895
Outras receitas	85	100
Total receita	47.091	51.103

NOTA 12 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Desde 2013, o Banco adotou sistema de orçamento baseado em resultados, com indicadores que possibilitam medir os resultados atingidos e seu custo, ligando as metas de governança, operacionais, financeiras e administrativas às atividades e aos recursos para elas requeridos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Banco atingiu uma percentagem de execução de seu orçamento administrativo equivalente a 76%. A composição das despesas administrativas por tipo de atividade funcional é a seguinte:

	De 1 de janeiro a 31 de dezembro de	
	2021 USD	2020 USD
Classificação das despesas		
Despesas de pessoal	7.067	6.917
Despesas de serviços	206	185
Serviços profissionais	561	459
Classificação de risco de crédito	51	152
Auditoria externa	61	68
Despesas administrativas	956	961
Serviços financeiros	190	126
Total do orçamento administrativo executado	9.092	8.868
Classificação de outras despesas		
Depreciação	379	321
Diferenças cambiais	42	(129)
Total de despesas administrativas	9.513	9.060

NOTA 13 – ANÁLISE DE MATURIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

As tabelas abaixo apresentam análise dos ativos e passivos em função do período no qual se espera que sejam recuperados ou pagos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente:

	Corrente (Menos de 1 ano) USD	Não corrente (Mais de 1 ano) USD	Total USD
31 de dezembro de 2021			
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	128.261	-	128.261
Investimentos			
A valor justo ¹	352.788	-	352.788
A custo amortizado	151.850	-	151.850
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	106.702	1.396.964	1.503.666
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	2.366	-	2.366
Juros e comissões de empréstimos	10.673	-	10.673
Outros ativos			
Derivativos para proteção do fluxo de caixa	694	-	694
Propriedade e equipamentos, líquido	-	5.742	5.742
Diversos	321	427	748
Total Ativos	753.655	1.403.133	2.156.788
PASSIVOS			
Dívidas	65.446	861.295	926.741
Outros passivos	3.005	144	3.149
Fundos especiais	4.054	17.837	21.891
Total Passivos	72.505	879.276	951.781
31 de dezembro de 2020			
ATIVOS			
Caixa e equivalentes de caixa	32.037	-	32.037
Investimentos			
A valor justo	152.856	168.205	321.061
A custo amortizado	85.722	-	85.722
Carteira de Empréstimos			
Empréstimos a receber	72.829	1.164.202	1.237.031
Juros e outros encargos acumulados			
De investimentos	1.821	-	1.821
Juros e comissões de empréstimos	10.600	-	10.600
Outros ativos			
Propriedade e equipamentos, líquido	-	5.934	5.934
Diversos	643	119	762
Total Ativos	356.508	1.338.460	1.694.968
PASSIVOS			
Derivativos para a proteção de fluxos de fundos	5	-	5
Dívidas	135.333	432.991	568.324
Outros passivos	1.895	87	1.982
Fundos especiais	3.066	12.000	15.066
Total Passivos	140.299	445.078	585.377

¹Em 31 de dezembro de 2021, todos os investimentos classificados como disponíveis para venda e mensurados ao VJORA, são mantidos com vistas a financiar os desembolsos esperados de empréstimos em 12 meses.

NOTA 14 – IMUNIDADES, ISENÇÕES E PRIVILÉGIOS

Em conformidade com o estabelecido no “Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios do Banco para o Desenvolvimento da Bacia do Prata no território dos Países Membros”, instrumento de direito internacional devidamente ratificado pelos cinco países membros, o Banco pode ter em seu poder recursos em qualquer moeda, divisas circulantes, bem como títulos, ações, valores e bônus, podendo transferi-los livremente de um país para outro e de um local para outro no território de qualquer país e convertê-los em outras moedas.

O referido Acordo determina, igualmente, que o Banco e seus bens estão isentos, no território dos países membros, de todo imposto direto e de direitos aduaneiros, no que diz respeito a artigos importados ou exportados para seu uso oficial, acrescentando que, em princípio, não reclamará a isenção de impostos ao consumo, à venda nem de outros impostos indiretos. No entanto, os países membros adotarão, sempre que for possível, as disposições administrativas pertinentes para a isenção ou o reembolso do montante correspondente a esses impostos quando fizerem, para seu uso oficial, aquisições de alto custo em cujo preço o imposto estiver incorporado.

De forma complementar, tanto o Acordo de Imunidades, Isenções e Privilégios quanto os Convênios de Sede, assinados com o Estado Plurinacional da Bolívia e a República do Paraguai, estabelecem que as propriedades, bens e ativos do Banco estarão isentos de todo tipo de impostos, contribuições e gravames, sejam nacionais, estaduais, municipais ou de qualquer outro tipo.

NOTA 15 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

(a) Descrição do segmento

O Banco, com base em análise de suas operações, determinou que tem um único segmento operacional, pois não administra suas operações alocando seus recursos em função da contribuição de operações individuais para geração de receita líquida. O Banco não faz distinção entre a natureza dos empréstimos ou serviços prestados, seu processo de preparação ou o método para elaborar suas operações de empréstimos ou prestar serviços a seus países membros. Todas as operações são realizadas na sede do Banco com apoio dos escritórios de ligação. As operações realizadas pelo banco consistem em outorgar financiamento a seus países membros, considerados segmentos para os efeitos desta nota: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

(b) Ativos por segmentos

A composição da carteira de empréstimos por país é a seguinte:

	<u>Carteira bruta USD</u>	<u>Comissões a pagar USD</u>	<u>Desvalorização USD</u>	<u>Carteira de empréstimos USD</u>	<u>Juros e comissões a receber USD</u>	<u>Total USD</u>
31 de dezembro de 2021:						
Argentina	403.808	(1.335)	(7.373)	395.100	3.030	398.130
Bolívia	355.393	(283)	(2.060)	353.050	2.566	355.616
Brasil ¹	179.242	(792)	(1.222)	177.228	1.192	178.420
Paraguai ¹	311.546	(916)	(721)	309.910	2.066	311.976
Uruguai	269.610	(269)	(963)	268.378	1.819	270.197
Total	1.519.600	(3.595)	(12.339)	1.503.666	10.673	1.514.339

	<u>Carteira bruta USD</u>	<u>Comissões a pagar USD</u>	<u>Desvalorização USD</u>	<u>Carteira de empréstimos USD</u>	<u>Juros e comissões a receber USD</u>	<u>Total USD</u>
31 de dezembro de 2020:						
Argentina	322.860	(1.470)	(4.922)	316.468	3.152	319.650
Bolívia	331.636	(672)	(2.068)	328.896	2.948	331.844
Brasil ¹	142.045	(1.275)	(1.135)	139.635	1.119	140.754
Paraguai ¹	215.773	(833)	(670)	214.270	1.428	215.698
Uruguai	239.181	(473)	(946)	237.762	1.953	239.715
Total	1.251.495	(4.723)	(9.741)	1.237.031	10.600	1.247.631

¹ Inclui USD 72.000 de saldos de dois empréstimos sem garantia soberana aprovados e totalmente desembolsados em 2020 (30 de junho de 2020 – USD 36.000). Em 31 de dezembro de 2021, as comissões acumuladas não pagas de empréstimos sem garantia soberana totalizam USD 191 (em 31 de dezembro de 2020 – USD 370) e os juros acumulados a receber, USD 185 (em 31 de dezembro de 2020 – USD 186). A provisão para perdas por desvalorização potencial em empréstimos sem garantia soberana é de USD 1.217 (em 31 de dezembro de 2020 – USD 1.250). Vide Nota 8.4, para mais detalhes.

A composição da carteira bruta por país e sua distribuição por tipo de projeto é a seguinte:

	<u>Infraestrutura de comunicações, transporte, energia e logística USD</u>	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento produtivo USD</u>	<u>Infraestrutura para o desenvolvimento socioeconômico USD</u>	<u>Empréstimos SGS USD</u>	<u>Total USD</u>
31 de dezembro de 2021:					
Argentina	199.851	65.529	138.428	-	403.808
Bolívia	340.051	-	15.342	-	355.393
Brasil	128.880	-	14.362	36.000	179.242
Paraguai	263.295	12.251	-	36.000	311.546
Uruguai	224.028	28.848	16.734	-	269.610
Total	1.156.106	106.628	184.866	72.000	1.519.601
31 de dezembro de 2020:					
Argentina	135.379	65.511	121.970	-	322.860
Bolívia	314.653	-	16.983	-	331.636
Brasil	88.172	-	17.873	36.000	142.045
Paraguai	165.772	14.001	-	36.000	215.773
Uruguai	210.754	15.000	13.427	-	239.181
Total	914.730	94.512	170.253	72.000	1.251.495

¹ O montante registrado como “Total” inclui USD 72.000 de empréstimos SGS a receber de financiamentos outorgados a bancos de capital principalmente público. Esses financiamentos não encaixam em nenhuma das classificações usadas nos financiamentos outorgados a países membros com garantia soberana (vide Nota 8.4, para mais detalhes).

O saldo a desembolsar em empréstimos corresponde principalmente a empréstimos em estado de execução da carteira de empréstimos com garantia soberana. Sua distribuição por país é a seguinte:

	<u>31 de dezembro de 2021 USD</u>	<u>31 de dezembro de 2020 USD</u>
Argentina	313.214	287.539
Bolívia	71.390	116.716
Brasil ¹	142.564	180.737
Paraguai	146.136	250.413
Uruguai	27.711	57.067
Total	701.014	892.472

¹Inclui USD 6.000 de empréstimos sem garantia soberana.

Além disso, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente, os empréstimos aprovados pelo Banco e pendentes de desembolso, porque o contrato de empréstimo não havia sido assinado ou ainda aguardava ratificação do Poder Legislativo do país membro, são os seguintes:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
	USD	USD
Argentina	65.300	85.000
Bolívia	100.000	-,-
Brasil	206.510	94.877
Paraguai	276.246	276.246
Uruguai ¹	42.000	21.000
Total	690.056	477.123

¹Inclui USD 42.000 de empréstimos sem garantia soberana.

O rendimento médio da carteira de empréstimos é apresentado a seguir:

	De 1 de janeiro a 31 de dezembro de			
	2021		2020	
	Saldo médio	Retorno	Saldo médio	Retorno
	USD	%	USD	%
Carteira de empréstimos	1.385.548	3,05	1.093.977	3,94

(c) Receitas por segmentos

As receitas de juros e outras são apresentadas a seguir:

	Juros sobre empréstimos	Outras receitas operacionais	Total
	USD	USD	USD
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021:			
Argentina	9.782	2.177	11.959
Bolívia	8.860	806	9.665
Brasil ¹	4.455	1.227	5.682
Paraguai ¹	6.177	1.931	8.108
Uruguai	6.336	471	6.807
Total	35.609	6.612	42.222
De 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020:			
Argentina	9.940	1.934	11.874
Bolívia	10.584	1.070	11.654
Brasil ¹	4.065	1.286	5.351
Paraguai	5.061	1.678	6.739
Uruguai	6.788	702	7.490
Total	36.438	6.670	43.108

¹Inclui juros acumulados, no total de USD 2.218, e encargos de comissão de administração, de USD 79, correspondentes a empréstimos sem garantia soberana outorgados a bancos públicos de desenvolvimento no Brasil e no Paraguai, respectivamente (31 de dezembro de 2020 – USD 826 e USD 418, como outros juros e outros encargos relacionados a empréstimos sem garantia soberana).

NOTA 16 – COLIGADAS

Conforme assinalado nas Notas 1 e 6.4, o Banco outorga financiamentos com garantia soberana a seus cinco países tomadores de recursos, que, por sua vez, são seus donos e acionistas, bem como financiamentos sem garantia soberana a bancos de desenvolvimento em que o poder público seja sócio majoritário e entidades e empresas públicas nos âmbitos nacional e subnacional. Todas as operações de financiamento são realizadas em total cumprimento das políticas e diretrizes aprovadas pela Assembleia de Governadores, a Diretoria Executiva ou o Presidente Executivo, conforme requerido. Consequentemente, o Banco não realiza transações com seus países membros em termos diferentes dos estabelecidos em suas políticas e diretrizes.

Os saldos e transações mantidos com coligadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, correspondem aos saldos mantidos com o FOCOM, o PCT e o PAC, como é explicado em maior detalhe nas notas 4.12, 4.13 e 8.6, respectivamente.

NOTA 17 – CONTINGÊNCIAS

Não foram identificadas contingências que pudessem afetar de forma significativa as Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

NOTA 18 – FATOS POSTERIORES

O Banco avaliou a existência de fatos posteriores à data das demonstrações financeiras e até 18 de fevereiro de 2022, data na qual as demonstrações financeiras ficaram prontas para serem emitidas, e não foram identificados outros eventos com possível impacto significativo nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

Juan E. Notaro Fraga
PRESIDENTE EXECUTIVO

Fernando Scelza
PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Fernando A. Fernández Mantovani
CHEFE DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

Rafael Robles
GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

(Tradução livre do original emitido em espanhol)

FONPLATA
BANCO MULTILATERAL DE DESENVOLVIMENTO

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e
2020

ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Balanço patrimonial
Demonstração do resultado do exercício
Demonstração dos resultados abrangentes
Demonstração dos fluxos de caixa
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Notas explicativas das demonstrações financeiras

\$ – milhares de dólares americanos



ANEXO III

Apoio a Iniciativas de
Desenvolvimento Humano

Como parte da política de relacionamento com os seus países membros e no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa, o FONPLATA – Banco de Desenvolvimento fomenta, apoia e participa de diferentes iniciativas de Desenvolvimento Humano no em seu contexto regional e internacional de ação. Num ano de 2021 marcado pelas consequências econômicas e sociais da pandemia de COVID-19 em nível global, consolidando e ampliando o caminho trilhado em 2020, foi realizada a reestruturação das ações adequadas ao contexto.

Diploma em Inovação e Tecnologia Social do Instituto Social do MERCOSUL

No âmbito de acordo com o MERCOSUL, o FONPLATA fortaleceu os laços com essa organização regional para promover o desenvolvimento e a integração sociocultural e econômica. Nesse contexto, uniu forças com o Instituto Social do MERCOSUL (ISM), apoiando a formação de competências em Inovação e Tecnologia Social que o instituto proporciona por meio de seu “Diploma em Inovação e Tecnologia Social”.

Publicação “Sob Pressão. Os Custos Econômicos da Gestão Inadequada da Água”

Em parceria com a Agência Suíça de Desenvolvimento, foi solicitado ao *Economist Intelligence Unit* documento de análise executiva, com o objetivo de chamar a atenção das autoridades nacionais, empresários e do público em geral para os custos associados à gestão inadequada das águas transfronteiriças, considerando também os efeitos das mudanças climáticas. Esta publicação é a primeira do gênero para o FONPLATA.

Webinar “Gestão Ambiental Sustentável: o desafio dos municípios inteligentes”

Trata-se de espaço para compartilhar experiências de sucesso na gestão municipal e promover modelos práticos que permitam implementar a gestão ambiental e social como pontapé inicial para se tornarem cidades sustentáveis. Participaram autoridades dos municípios brasileiros de Corumbá e Ponta Porã, com os quais o FONPLATA colabora financiando projetos de desenvolvimento, que apresentaram as práticas de gestão ambiental que realizam e os desafios que enfrentam. Em paralelo ao *webinar*, foi realizada Mesa-Redonda Verde em que as empresas participantes realizaram reuniões na busca por fornecedores confiáveis e competitivos e potenciais clientes com o intuito de ampliar suas redes de contatos com empresas comprometidas com a gestão ambiental.

Programa de Vocações Regionais Sustentáveis do Paraná

Este programa teve como objetivo integrar produtos locais de cada região do Estado do Paraná às cadeias de valor, gerando empregos de forma sustentável, fortalecendo as relações sociais, culturais e ambientais. Foi realizado na cidade de Morretes e o FONPLATA contribuiu para a capacitação dos produtores rurais nas melhores práticas de desenvolvimento sustentável e para a realização de uma feira de exposições de produtos locais feita por pequenos produtores locais e da cadeia turística.

Webinar Internacional “Infraestrutura de Financiamento para Integração Regional”

Organizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – Brasil, essa atividade foi realizada com o apoio e participação de importantes membros do FONPLATA e Proyecto Pauta 3. Contou com a presença de autoridades do Brasil, Paraguai e Uruguai, além de representantes de organizações como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros. Envolveu duas mesas redondas sob os temas: “Infraestrutura como instrumento de Integração Regional” e “Fontes de Financiamento para infraestrutura e Ambiente Regulatório”.

Apoio à Cultura

Em 2021, diversas atividades culturais foram apoiadas em nosso país sede. Ao longo do ano, o FONPLATA continuou a apoiar o *Manzana 1 Espacio de Arte* para a realização de atividades presenciais e virtuais.

Também contribuimos para a realização da Feira Independente de Publicação e Impressão *Enjambre de Libros*, que foi realizada no mês de novembro nas cidades de La Paz, Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra. A feira semipresencial contou com estandes de livros de editoras independentes, exposições, master classes e oficinas sobre escrita criativa, edição, impressão e gestão cultural que ficaram a cargo de escritores, editoras e gestores culturais locais e internacionais.

Comitê de Voluntariado e Responsabilidade Social Corporativa

Como todos os anos, entre as atividades mais importantes realizadas em 2021, o Comitê de Voluntariado FONPLATA se destacou ao se unir a outras instituições para a iniciativa *Árbol de los Deseos* da Escola Infantil do Hospital Oncológico de Santa Cruz de la Sierra.



Alianças e participação em eventos para o desenvolvimento

Em 2021, o FONPLATA foi participante indispensável em diferentes atividades e convênios. Entre eles, o Banco de Desenvolvimento aderiu à proposta *Mainstreaming Climate in Financial Institutions* e foi signatário da declaração “*Water-FinanceCoalition*”, para mobilizar recursos para projetos de água e saneamento, a luta contra os efeitos das mudanças climáticas e a proteção da biodiversidade. Também apoiou a Coalizão para o Investimento Social e a iniciativa “Reconstruindo melhor após a COVID, investimento social como chave para a recuperação econômica sustentável”, que foi apresentada na COP-26; e como membro da Aliança dos Bancos de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe contribuíram para o documento: “O papel dos Bancos subnacionais de desenvolvimento no financiamento urbano e territorial resiliente na recuperação pós-COVID”. Além de participar das reuniões ordinárias de 2021 do Conselho de Mercado Comum do MERCOSUL – Estados Partes e Associados, o FONPLATA participou do lançamento da Aliança dos Bancos Subnacionais de Desenvolvimento para alinhar os Bancos de Desenvolvimento com a Agenda 2030 e seus ODS e o Acordo de Paris; do Fórum de Desenvolvimento organizado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE); do Workshop “Programação de ações climáticas efetivas na América Latina e no Caribe”; do “Ciclo de Palestras da GCAD: “O papel do FONPLATA na Recuperação PÓS-COVID”, organizado pelo Grupo de Trabalho de Cooperação para o Desenvolvimento do Conselho Argentino de Relações Internacionais (CARI); do Seminário “Integração Logística Regional” no Uruguai; dos Dias Europeus de Desenvolvimento, no grupo de discussão “Parcerias para finanças climáticas e uma recuperação verde”; do Primeiro Comitê Gestor da Aliança dos Bancos Subnacionais de Desenvolvimento (SDB) na América Latina; do primeiro workshop entre pares da Aliança dos Bancos Subnacionais de Desenvolvimento; do Fórum CAVIALPA 2021, no Paraguai, nos painéis “Sustentabilidade da dívida pública como instrumento de obras públicas” e “PPP, chave na mão e Concessões: Iniciativa privada como complemento ao financiamento público e apresentação ministério da Fazenda”, entre outros eventos.

SEDE

Santa Cruz de la Sierra, Bolívia
Telefone +591 3 315 9400 • Fax: +591 3 3371713
Av. San Martín N° 155, Bairro Equipetrol,
Edificio Ambassador Business Center, 4° andar

ESCRITÓRIOS OPERATIVOS

Buenos Aires, Argentina

Telefone +54 11 4315 0146
Av. Libertador N° 218, 5° andar, C1001ABP

Brasília, Brasil

Edifício Armando Monteiro Neto ,
Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloque I, 5° andar
CEP 70.040-913, Asa Norte, Brasília (DF)

Assunção, Paraguai

Telefone: +595 21 453 320
Independencia Nacional esq. Fulgencio R. Moreno, 15° andar,
Edificio El Productor, 1229

Montevideú, Uruguai

Telefone: +598 9233 9348
Plaza Independencia 759, edificio Victoria Plaza Office
Tower, 11° andar

SITIO WEB

www.fonplata.org

CONTACTO

contacto@fonplata.org



FOTOGRAFIA

Capa: *Obras na Rota Provincial N° 13* / Provincia do Chaco – Argentina

Contracapa: *Programa Semeando água* – Colhendo luz - Departamento de Potosí, Bolívia
FONPLATA (p. 6, 24, 32, 140)

Cortesía BEI (Contracapa, p. 17, 25, 26, 65)

Cortesía AYSA – Argentina (p. 66 e 67)

Cortesía Governo da Província do Chaco – Argentina (Capa, p. 1 e 2, 22)

Cortesía Ministério do Interior – Argentina (p. 23)

Cortesía FPS – Bolívia (p. 62 e 63)

Cortesía DEC / Prefeitura de Criciúma: (p. 21)

Cortesía MOPC – Paraguai (p. 18, 27)

Cortesía ANP – Uruguai (p. 28, 29, 31)

Cortesía Lorena Schiava D’Albano (p. 9, 10, 136 e 137)



FONPLATA
Banco de Desenvolvimento